

UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA – USS

TEÓFILO CARLOS DE OLIVEIRA

**BATIZADOS E CASAMENTOS BOTOCUDOS:
EXPRESSÕES DE SUBORDINAÇÃO NO VALE DO MUCURI
DO SÉCULO XIX**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA – USS

TEÓFILO CARLOS DE OLIVEIRA

**BATIZADOS E CASAMENTOS BOTOCUDOS:
EXPRESSÕES DE SUBORDINAÇÃO NO VALE DO MUCURI
DO SÉCULO XIX**

Dissertação de mestrado
desenvolvida por Teófilo Carlos de
Oliveira, como requisito parcial para
obtenção do título de mestre em
História Social pelo programa de
Mestrado da Universidade Severino
Sombra.

Orientadora: Philomena Gebran

VASSOURAS
2007
TEÓFILO CARLOS DE OLIVEIRA

**BATIZADOS E CASAMENTOS BOTOCUDOS:
EXPRESSÕES DE SUBORDINAÇÃO NO VALE DO MUCURI
DO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao programa de mestrado da Universidade Severino Sombra, como requisito para obtenção de Grau de Mestre em História Social.

Aprovado em _____ de _____ de _____

DEDICATÓRIA

A você, Marcíria, que carinhosamente divide comigo todos os momentos de angústias e alegrias. Da expectativa do exame de seleção à finalização deste trabalho, você foi essencial.

AGRADECIMENTO

A Deus que misteriosamente se encontra na força da natureza, fonte na qual encontro energia e disposição para realização grandes transformações simultâneas em minha vida.

À minha família agradeço a herança da determinação. A minha mãe pelo incentivo, você é meu porto seguro. Aos meus irmãos, cunhados e sobrinhos, pela compreensão de minhas ausências em nossos encontros lá no alto da serra. Eu sempre sinto falta de vocês. Agradeço em especial à Aline, porque viveu o processo de pesquisa de seu mestrado junto a mim, partilhando incertezas e indefinições, como partilhamos toda a nossa história de vida. À nova família que de Marcíria recebi, agradeço pela força e carinho.

Impossível seria não agradecer a Márcio Achtchin, intelectual de generosidade imensurável, com quem tive a oportunidade de estabelecer uma amizade salutar ao meu crescimento pessoal e profissional. Devido a sua paixão pela história de nosso povo foi que consegui chegar às preciosas fontes utilizadas nessa pesquisa. Muito obrigado!

Embora o exercício da pesquisa e sua redação seja uma atividade de cunho solitário, tornar-se-ia muito difícil se não tivéssemos pessoas amigas e dispostas a contribuir para a construção do conhecimento. Neste caso, deixo o meu muito obrigado a você Alcilene, sempre a postos para ouvir e se sensibilizar com os problemas dos outros. Você foi muito importante nesse processo.

Ao “mestre” Weber porque transgredimos a regra de sermos colegas de sala de aula ao longo do curso e chegamos a uma relação de amizade, obrigado por tudo, sempre tive a certeza que em você em posso confiar. A Ludmilla, agradeço pela disposição e dedicação com que se propôs a me na etapa final deste trabalho. Vocês são ótimos, obrigado!

Agradeço a professora Philomena minha orientadora.

Por último, mas não menos importante deixo o meu muito obrigado a Ana Moura, professora do programa de mestrado da Universidade Severino Sombra, com quem pude partilhar minhas inquietações e sanar muitas dúvidas, a quem admiro muito. A todos, portanto, meu muito obrigado!

“Cultura é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social.”

Alfredo Bosi

RESUMO

O estudo propõe uma análise da obra missionária cristã dos frades capuchinhos, enviados ao Vale do Mucuri pelo Estado imperial brasileiro, com o objetivo de promover a civilização das populações originárias, desocupar as terras para o trabalho industrioso e disciplinar o novo trabalhador mineiro. Esse novo trabalhador foi identificado nos mestiços, frutos dos casamentos entre etnias realizados no Aldeamento de Itambacuri. Sob esse aspecto, destacamos os sacramentos católicos como medida de subordinação da cultura nativa ao universo civilizado e questionamos a legitimidade religiosa dos batizados e casamentos ocorridos em Itambacuri, identificando-os com os objetivos do grupo civilizado. Através desses símbolos do catolicismo, buscou-se a afirmação dos valores civilizados e a eliminação dos grupos nativos da região de Itambacuri. Esse processo de eliminação da identidade e memória dos grupos étnicos nativos do Mucuri atendeu a dois objetivos: o da Igreja e do Estado, ambos unidos por valores religiosos como estratégia de subordinação dessas populações, que se tornariam “cristãos, nacionais e produtivos”. Ao mesmo tempo em que a ação missionária gerou a perda de identidade dos nativos, permitiu a sobrevivência dessa população a uma frente pioneira leiga (fazendeiros e colonos de Filadélfia). A tensão gerada através deste contato é diluída ao longo dos anos pela organização de uma memória local que enfatiza o “heroísmo missionário cristão” e apaga a cultura nativa, embora não consiga apagar a marcante presença da população nativa na composição da população local.

Palavras-chave: Batizados, casamentos, botocudos, missão, civilização, sobrevivência e subordinação.

ABSTRACT

The study proposes an analysis of the work Christian missionary of the friars capuchinhos, envoys to the Order of the Mucuri by the Brazilian imperial State with objective of civilization for the native populations, emptiness of lands for the industrious work and discipline for the miner industrious news. This new worker was identified us mixed race, fruits of the marriages between ethnic groups carried out in the Aldeamento of Itambacuri. In this sense we detach the catholic sacraments as measure of submission of the native culture to the universe civilized and we question the religious legitimacy of the christenings and marriages occurred in Itambacuri, identifying them with the objectives of the group civilized. Through these symbols of the Catholicism, sought itself the assertion of the values civilized and the elimination of the native groups of the region of Itambacuri. This trial of elimination of the identity and memory of the ethnic groups natives of the Mucuri attended to two objectives: the of the Church and of the State. Both united by religious values as strategy of submission of those populations, that would become "Christian, national and productive". At the same time in that the action missionary generated the loss of identity of the natives, permitted the survival of this population to a pioneering front layman (farmers and colonists of Philadelphia). The tension generated through this I contact is diluted in long I please by the organization of a local memory that emphasizes the "heroism Christian missionary" and puts out the native culture, but cannot put out to outstanding presence of the native population in the composition of the local population.

Keywords: Christenings, marriages, botocudos, mission, civilization, survival and submission.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1.....100

Fotografia 2.....141

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Matrimônios entre os nativos de Itambacuri.....51

Gráfico 2 Famílias Assentadas.....94

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Vale do Mucuri19

Mapa 2. Localização geográfica de Itambacuri.....40

LISTA DE TABELA

Tabela 1 *Batizados* em Itambacuri por época da distribuição dos lotes de terras.....69

| | |
|--|-----|
| 1. INTRODUÇÃO | 18 |
| 2. CAPITULO I – MISSÃO CRISTÃ: DESOCUPAÇÃO DE TERRAS E DISCIPLINA PARA O NOVO TRABALHADOR MINEIRO..... | 34 |
| 2.1. Quem foram eles?..... | 42 |
| 2.2. Fundação do aldeamento de Itambacuri e a civilização dos nativos | 47 |
| 2.3. Batizados e casamentos no aldeamento do Itambacuri | 52 |
| 2.4. O crescimento populacional do aldeamento e sua importância na política indigenista imperial..... | 65 |
| 2.5. Nativos civilizados: interesse do governo, da missão e dos fazendeiros da região. | 72 |
| 3. CAPITULO II – SACRAMENTOS CATÓLICOS: UM MEIO EFICAZ DE SUBORDINAÇÃO DA CULTURA NATIVA AO UNIVERSO CIVILIZADO. | 84 |
| 3.1. Casamentos mistos como meio de inserir os signos da civilização na vida cultural do nativo. | 91 |
| 3.2. Filhos mestiços civilizados: orgulho missionário..... | 99 |
| 3.3. Os sacramentos católicos como condição de pertencer ao novo grupo social..... | 105 |
| 3.4. O status do nativo que recorria aos sacramentos católicos..... | 107 |
| 4. CAPÍTULO III – BATIZADOS E CASAMENTOS ENTRE OS BOTOUCUDOS DE ITAMBACURI: CELEBRAÇÕES PRÓ-FORMES COMO OBJETO DE CIVILIZAÇÃO..... | 117 |
| 4.1. Os laços de compadrios contraídos em Itambacuri na primeira década do Aldeamento..... | 122 |
| 4.2. Distinção entre os sacramentos ministrados a nativos e brancos e a importância do parentesco por afinidade em Itambacuri..... | 134 |
| 4.3. Supressão cultural nativa: Mitos e Esquecimentos na estruturação de uma cidade civilizada..... | 140 |
| 5. CONCLUSÃO..... | 151 |

| | |
|----------------------|-----|
| 6. FONTE..... | 158 |
| 7. BIBLIOGRAFIA..... | 158 |

INTRODUÇÃO

A partir de 1845, com o decreto nº 426 – *regulamento da catequese e civilização dos índios*, a política indigenista do Império, no propósito de promover civilização dos selvagens, retoma a parceria com a missão da Igreja Católica,

preconizando os métodos “pacíficos” para a conversão do nativo. “O Estado dividia mais uma vez os encargos da administração da questão indígena com as ordens religiosas católicas”.¹

Mesmo antes desse decreto, à época de José Bonifácio, evocavam-se os “métodos brandos” para a civilização dos nativos ainda em estado selvagem, recomendando-se a atração e persuasão destes e evitando-se a força das armas. A idéia de brandura no tratamento ao nativo em estado selvagem está contida no plano de inserção destes na sociedade brasileira e o aproveitamento de sua mão-de-obra. Neste sentido, o *Regulamento das Missões* aponta as diretrizes do pensamento político oficial indigenista para a segunda metade do século XIX, no Estado brasileiro:

O Regulamento das Missões, promulgado em 1845 (dec.426), é o único documento indigenista geral do Império. Detalhado ao extremo, é mais um documento administrativo do que um plano político. Prolonga o sistema de aldeamentos e explicitamente o entende como uma transição para a assimilação completa dos índios.²

A civilização e a incorporação do nativo à sociedade brasileira são de fato a tônica desse período, contando com uma administração leiga auxiliada pelos missionários católicos, especialmente os frades da ordem dos capuchinhos, importados da Itália pelo Segundo Reinado brasileiro, os quais, muitas vezes tiveram suas funções ampliadas:

¹ AMOROSO, Marta Rosa. Mudança de Hábito: *Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos*. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1998.

² Trecho extraído na íntegra da obra de CUNHA, Manuela Carneiro. *Legislação Indigenista do Século XIX*. p. 11.

Por uma parte, embora o missionário apareça no regulamento apenas como um assistente religioso e educacional do administrador, de fato, talvez pela carência de diretores de índios minimamente probos, é freqüentíssima a situação de missionários que exercem cumulativamente os cargos de diretores de índios.³

Mesmo revelando uma dinâmica de conflitos entre si, missionários e governo brasileiro atuaram paritariamente no ideal de formação nacional. Com seu processo de nacionalização retardado, se comparado ao dos vales vizinhos, Rio Doce e Jequitinhonha, o Mucuri passa, oficialmente a partir da criação da Companhia de Comércio e Navegação, fundada pelo político liberal Theófilo Benedicto Ottoni, na segunda metade do século XIX, a fazer parte de um esforço de integração ao mundo civilizado e nacional.

No que se refere à Província de Minas Gerais, a região do Mucuri foi uma das últimas áreas da Mata Atlântica a conhecer o avanço da civilização. O sonho de desbravar o mistério das matas, ainda intocadas pela mão do homem civilizado não pertencia só a um homem. Muitos já haviam tentado ocupar a região. Desde fins do século XVIII, sucederam-se várias aventuras frustradas, enquanto muitos perderam-se pelas matas, outros foram vítimas do consumo de plantas venenosas, e a maior parte voltou aterrorizada, após sofrer ataques dos índios ditos botocudos, cuja fama era de apreciadores ferozes da carne humana.⁴

Esse esforço integratório encontra como uma de suas maiores barreiras a população nativa da região, que ali vivia alheia à idéia de nação centralizada concebida pelo universo lógico do homem branco. Nesta concepção, observa-se “o conceito de nação, numa forte inter-relação entre os comportamentos civilizados e a organização das sociedades sob forma de Estado”.⁵

³ CUNHA. Op. Cit. p. 12.

⁴ DUARTE, Regina Horta. *Notícia sobre os Selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte:UFMG, 2002. p33.

⁵ ELIAS, Norbert. 1990 apud DUARTE, Regina Horta. *Notícia sobre os Selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p.18.

Mapa 1 Vale do Mucuri



Inserir o Vale do Mucuri no Estado nacional significava ocupá-lo com “estilo de vida a partir de signos civilizatórios”. Isso implicava um trabalho árduo de conversão não apenas religiosa, mas também de costumes do homem selvagem; assim, as relações passariam a ser homogeneizadas sob um padrão estabelecido por quem tivesse os mais fortes argumentos ou as mais sofisticadas armas. Nessa região, em fins do século XIX, o Estado e os colonizadores souberam imbricar com eficácia esses dois instrumentos de civilização.

Nas tentativas de fixações na região contígua às matas, eram freqüentes os confrontos entre fazendeiros e índios com a morte e escravização destes e a invasão das propriedades, caça do gado e vinganças guerreiras atingindo aqueles. Em 1846, Honório Otoni comunicou ao presidente da Província de Minas Gerais ter mandado uma escolta de soldados e um língua para a proximidade do rio todos os Santos (afluente do Mucuri), com o objetivo de

chamar os índios à catequese. Sem isso, seria grande e inútil despesa derrubar as matas e fazer romper fogo nos grandes cerrados.⁶

Avessos à concepção de civilização que se lapidou ao longo de séculos na Europa, os nativos da região do Mucuri não possuíam moradia fixa e ignoravam completamente os “bons costumes”, apresentados entre os colonizadores brancos, sendo identificados como índios bravios desde os primeiros contatos. “A imagem da selvageria parece de fato adequada para demonstrar, pedagogicamente, seu desejável reverso, ou seja, as ‘luzes’ e o ‘progresso’”⁷ de uma sociedade civilizada.

A idéia de civilização presente nos discursos e nas ações dos colonizadores do Mucuri revela a intenção de aproveitamento do nativo como mão-de-obra, elemento importante neste momento perpassado pelo processo de abolição da escravidão. Soma-se ainda ao aproveitamento da força de trabalho, o interesse pela ocupação das terras habitadas pelos nativos. No entanto, para a utilização dos novos trabalhadores e ocupação das terras infestadas de nativos, os colonizadores não usaram como estratégia a exclusão, mas, um modelo de civilização pautado no missionarismo cristão, objetivando a inclusão destes à sociedade brasileira:

A preocupação com a “civilização” dos índios observada no século 19 parece, de fato, como mostra M. Carneiro da Cunha (1992:04), representar um deslocamento gradual dos interesses presentes nos projetos coloniais em pauta, ou seja, o da simples utilização da mão-de-obra indígena para a efetiva ocupação de suas terras. Nesse sentido, a “desinfestação” das terras – seja de índios, seja das próprias matas – torna-se responsável pela sua valorização: inúteis em si mesmos, índios e recursos naturais significavam, no entanto, “riquezas” virtuais, ou seja, realizáveis a partir do “trabalho” e de sua “conversão” em bens assimiláveis nos termos de uma

⁶ DUARTE, Regina Horta. *Notícia sobre os Selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p22.

⁷ MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e Revolta: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas*. Bauru: Edusc, 2003.

racionalidade científica que almejava “controlar” socialmente a natureza, suas forças, suas ameaças e perigos.⁸

O contato entre os nativos e o homem civilizado na região do Vale do Mucuri foi intensificado a partir da segunda metade do século XIX, proporcionando um encontro entre grupos com organizações culturais muito diferentes. Surgem naturalmente relações conflituosas na coexistência destes grupos, abrindo possibilidade de mudanças nos costumes de cada um: “Podemos agora afirmar que existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultado da dinâmica do próprio grupo cultural, e uma segunda que é resultado do contato de um sistema cultural com um outro”.⁹

Na região, a exemplo de todo o território brasileiro, não há dúvidas de que as transformações culturais observadas nas populações nativas ocorreram pelo contato, sendo a imposição de costumes do homem branco uma rotina nesse processo, efetivado por meio da força ou pela persuasão dos argumentos da fé cristã.

Temos variados resultados de encontros entre grupos étnicos diferentes, mas, aqui, daremos tratamento específico à metamorfose ocorrida nos padrões culturais dos homens que habitavam as selvas na região do Mucuri, com a chegada dos costumes da sociedade cristã civilizada.

No Mucuri do final do século XIX, a missão se fez o mais forte instrumento de controle aos “impulsos selvagens” do homem nativo, ensinando muito mais do que a devoção à fé cristã. Nos aldeamentos missionários, de fato, havia, na maioria das

⁸ Trecho extraído na íntegra da obra de MATTOS, Izabel Missagia. *Civilização e Revolta: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas*. p. 118.

⁹ LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um Conceito Antropológico*. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 96.

vezes, um grande esforço por parte dos frades capuchinhos em desagregar os valores da sociedade nativa e inculcar os lapidados costumes civilizados.

Inserida no Vale do Mucuri, nordeste mineiro, a trinta quilômetros ao sul do município de Teófilo Otoni, a pequena cidade de Itambacuri surgiu com o aldeamento de grupos nativos que se encontravam na região e nos arredores da cidade, então denominada Filadélfia, fundado pela subordem franciscana dos Capuchinhos no final do século XIX.

O aldeamento Nossa Senhora dos Anjos do Itambacuri cumpria o ideal de civilização através da evangelização proposta pelo decreto de nº 246 de 24 de julho de 1845, conhecido como o *regulamento das missões*. Através desse, o Segundo Reinado brasileiro entregava à Ordem dos Capuchinhos italianos a responsabilidade da cristianização e civilização das comunidades nativas do Brasil.

Tendo sido V. Revma. pelo governo Imperial nomeado diretor do aldeamento central do Vale do Mucuri, e como vice diretor frei Ângelo, como me foi comunicado pelo governo provincial; e sendo conveniente que, em todos os aldeamentos indianos desta província se observem as disposições do decreto nº426 de 24 de Julho de 1845, bem como as instruções, que, por ordem do mesmo governo provincial, dei a Frei Virgílio de Amblar, diretor do aldeamento central da Imaculada Conceição do Rio Doce¹⁰.

O município de Itambacuri fundado pelos missionários capuchinhos constitui, hoje, um importante elemento para estudo e novas revelações à historiografia da região. Considerado um modelo próspero de aldeamento de índios durante o final do Império e início da República, Itambacuri já se tornou objeto de estudo de alguns pesquisadores, como a antropóloga Izabel Missagia de Mattos e frei Jacinto de

¹⁰. PALAZZOLO, Frei Jacinto de. *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973. p43.

Palassolo, que, na maioria das vezes, destacaram a importância e o carisma dos padres capuchinhos Frei Seraphin de Gorísia e Frei Ângelo de Sassoferrato.

O desenvolvimento desse trabalho não pretende fazer uma descrição da saga franciscana no empreendimento da conversão do nativo pagão, ou simplesmente justificar sua presença e atuação como contemporizador dos diversos conflitos existentes entre os nativos e os cidadãos de Teófilo Otoni. Menos ainda, pretende-se realizar uma abordagem que relegue a população nativa do final do século XIX à condição de vítima do processo missionário catequizador, que buscava a conversão e inserção destes em novos padrões de valores culturais.

O que se propõe com o desenvolvimento desta pesquisa é um estudo e análise de relações divergentes, onde há uma defesa mútua de interesses. De um lado, o homem brasileiro de costumes europeizados, no caso do aldeamento de Itambacuri, conduzido por europeus natos; de outro, o homem das selvas, que vivia na região usufruindo das florestas densas, até então acostumado às disputas mais ou menos equilibradas entre seus grupos, sem o incômodo do civilizador. Essas disputas geralmente se pautavam sobre questões de ocupação e demarcação de território para realização da caça, pesca e coleta de frutos e raízes, principal fonte da economia dos nativos.

O Vale do Mucuri já conhecia uma ocupação humana. Diferentes sociedades indígenas construíram ali sua vida: os Macuni, Malali, Machacali, Naknenuk, Aranau, Bakuê, Bituruna e Jiporok. Muitas delas eram unificadas pelo pejorativo nome, dado pelos brancos, de botocudos (alusão ao uso de botoque nos lábios ou nos lóbulos das orelhas.)¹¹

¹¹ DUARTE, Regina Horta. **Notícia sobre os Selvagens do Mucuri**. Belo Horizonte:UFMG, 2002. p22.

A partir dessa análise podemos entender que os civilizados, de acordo com seus valores de acumulação de riquezas, necessitavam das terras mineiras para desenvolvimento dos seus negócios em consonância com o projeto de ocupação, integração e desenvolvimento da política econômica do Império brasileiro. Já os índios, genericamente denominados botocudos, se viram diante do desafio de preservar suas terras e seus costumes frente àquele que chegava, numa demonstração de forças superiores à de seu cotidiano.

Esse estudo tem, pois, ponto de partida, a fundação do aldeamento de Nossa Senhora dos Anjos de Itambacuri no ano de 1873, inaugurado e conduzido por Frei Seraphin e Frei Ângelo. O objeto central da pesquisa é o missionarismo empreendido pelos frades capuchinhos e o modelo de civilização implantado por eles entre as populações nativas aglomerada, no aldeamento.

O missionarismo e a civilização, objeto desse estudo, se inserem no campo da história cultural a partir de uma análise das relações entre o civilizado colonizador e o nativo, denominado genericamente de botocudo, das selvas do Mucuri, sendo analisados dentro do contexto político e ideológico do final do século XIX e início do século XX.

A proposta é estudar a Missão e a Civilização a partir das expressões culturais, identificadas nos sacramentos de batizados e matrimônios que envolveram nativos e nacionais¹² em rituais católicos, celebrações solenemente presididas pelos frades capuchinhos logo após a fundação do Aldeamento de Nossa Senhora dos Anjos de Itambacuri. A abordagem do tema está inserida no campo da história cultural, a partir de dois aspectos relevantes que norteiam a presente pesquisa.

¹² Nacional é o termo utilizado, nos livros de registros de Batizados e Casamentos do Arquivo da Paróquia de Itambacuri, para fazer distinção entre o brasileiro “civilizado” e o nativo das selvas do Mucuri. Ambos recorrentes aos sacramentos.

Em primeiro lugar, é contemplado o estudo das expressões e dos valores culturais através dos batizados e casamentos dos nativos, que aconteceram dentro do aldeamento de Nossa Senhora dos Anjos de Itambacuri. O registro destes sacramentos ministrados aos nativos pode ser encontrado nos livros de certidões de batismo e matrimônio do arquivo da Paróquia Nossa Senhora dos Anjos em Itambacuri.

Ao trabalhar com os registros de batizados e casamentos, a pesquisa mostrou-se de grande importância e contribuição à historiografia regional. Vários autores já apresentaram estudos sobre a importância do aldeamento para a história brasileira; alguns chegaram até a apresentar alguns dados sobre os referidos sacramentos. No entanto, não se levantou um estudo a partir dos numerosos livros com seus fartos registros, trazendo diferentes situações de batizados e casamentos envolvendo os nativos de toda a região.

Observa-se que esse grande número de registros dos sacramentos direcionados aos nativos do aldeamento e das regiões vizinhas, aponta para a recorrência desses aos costumes católicos e às mudanças culturais introjetadas em seu meio com a chegada dos missionários civilizadores.

Em segundo lugar, levanta-se a questão da memória da população de Itambacuri, através da observação e estudo dos atores que se tornaram para a história local verdadeiros “mitos”, e daqueles que paulatinamente foram entrando para o esquecimento na cultura popular itambacuriense.

Nesse sentido, a pesquisa pretende trazer à luz da historiografia regional a importância da discussão sobre os mitos, construídos em torno de alguns agentes históricos que hoje são vistos com devoção e entusiasmo. Por outro lado, questiona-se o esquecimento de outros agentes, como consequência da produção

historiográfica regional que selecionou, ao longo da construção da história local, os elementos da memória coletiva que deveriam ser preservados, deixando à margem da escrita outros agentes também participativos como os nativos que povoavam a região antes da fundação do aldeamento.

O desenvolvimento da pesquisa se limita a um estudo da região de Itambacuri na primeira década da existência de fundação do aldeamento (1873 – 1883), realizando um estudo dos batizados e casamentos ocorridos nesse período e as relações entre estes sacramentos e a composição social da cidade nos dias atuais. Coloca-se a necessidade de uma abordagem que analise a relação estabelecida entre o aldeamento e suas regiões adjacentes, provedoras dos nativos ali recrutados.

Outro ponto de importância a ser observado e discutido é o missionarismo como forma de apaziguamento das relações conflituosas entre os nativos e os colonos da cidade de Filadélfia, especialmente após a saída do político e empresário Teófilo Otoni que se destacou na articulação do contato pacífico entre os líderes nativos e seus colonos.

No viés desse espaço temporal, considera-se importante um estudo dos costumes da população nativa de Itambacuri, desde suas pioneiras atitudes civilizadas expressas através dos batizados e dos casamentos à organização de um pequeno município mineiro tradicionalmente católico, onde dificilmente é possível se observar um traço cultural de seus primeiros povoadores nativos.

Através do estudo sobre o missionarismo e o modelo de civilização empreendida pelos padres capuchinhos, coloca-se uma análise sobre os resultados da catequização e conquista do Vale do Mucuri, verificando-se a importância estratégica da miscigenação como recurso ímpar na promoção de

uma nova identidade de homem, que deixava progressivamente os costumes oriundos das selvas:

A convergência da utopia missionária com o projeto de “civilização” da nação planejada pelos administradores das políticas indigenistas pode ser observada na concepção de aldeamento indígena como o gérmen de uma futura e próspera cidade. Por outro lado, é no projeto mesmo destas futuras cidades que a promoção da miscigenação e a constituição de um povo mestiço seriam estimulados – a partir mesmo da legislação pombalina de 1757 até, ainda mais explicitamente, no Regulamento das Missões de 1845 – como fundamento para consolidação da nação. Esta tendência pode ser depreendida a partir da admissão, no interior dos aldeamentos, de agentes não indígenas, para estimular o povoamento dos novos centros protos-urbanos.¹³

No caso de Itambacuri, o estímulo à miscigenação pode ser facilmente verificado no livro de registros de casamentos, prática já iniciada desde o primeiro momento em que os dois frades missionários capuchinhos ali se estabeleceram no ano de 1873. A princípio, observa-se que estes sacramentos foram destinados aos nativos como instrumento de composição da família cristã, difundida entre estes com a chegada dos missionários. Ao matrimônio sempre foi precedido o sacramento do batismo, que pretendia inculcar no nativo a idéia de ser filho de Deus, “assumindo, a partir da solenidade do batizado, uma postura cristã”.

Ainda por época do início do aldeamento, evidenciam-se os matrimônios envolvendo os nativos da região e os nacionais residentes em Itambacuri. Os registros relacionando as uniões entre esses elementos de diferentes grupos étnicos se avolumam progressivamente, até que o elemento indígena começa a se tornar escasso nos registros dos livros de matrimônio.

¹³ Fragmento de texto retirado na íntegra da obra: MATTOS, Izabel Missagia de. *CIVILIZAÇÃO E REVOLTA: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas*. Edusc, Bauru.2004.P 260.

Através desta pesquisa, buscamos trazer uma análise até então não realizada por outros historiadores sobre a influência dos batizados e casamentos na composição da população de Itambacuri, e da interpretação historiográfica a partir da análise seriada de documentos de batismos e casamentos indígenas.

A abordagem será feita a partir do final do século XIX, com a chegada dos capuchinhos e a sistematização daquele reduto como pólo habitacional dos nativos da região. Estabeleceremos, para isso, uma relação entre o trabalho missionário expresso em vários fatores, dando destaque aos mencionados sacramentos, onde se verificou a aproximação entre os nacionais que chegavam à região em busca das facilidades oferecidas pelos missionários; e os nativos da extensa região que envolve o aldeamento Nossa Senhora dos Anjos, formalmente oficializada através dos casamentos realizados pelos frades capuchinhos.

Por volta da década de 1890, o aldeamento de Itambacuri mostrava-se em grande desenvolvimento, recebendo numerosa quantidade de migrantes que fugiam da seca que assolava o nordeste brasileiro e que, na ocasião, atingia também grande parte do Vale do Mucuri. Preservado pela abundância de águas em seus arredores, o aldeamento não sofria com a seca, tornando-se um nicho propício para aqueles que desta fugiam.

Soma-se às condições geográficas favoráveis o bom acolhimento dispensado aos nacionais que, chegando a Itambacuri, encontravam disponíveis bons lotes de terras que muitas vezes recebiam de doações feitas pelos aldeadores missionários. Esse fator também pode ser analisado a partir de documentos encontrados no arquivo de Itambacuri. Trata-se do livro de recenseamento das famílias pojichás, realizado no ano de 1912, que traz como título: *Famílias Indígenas que Receberam Lotes de Terras Definitivos*.

Na observação dos dados, encontra-se um número expressivo de nacionais como cônjuges componentes das famílias descritas acima como pojichás. Assim, pode-se neste momento do trabalho questionar uma relação entre a concessão dos lotes e a disposição para o matrimônio inter-étnico que auferiam os filhos mestiços, considerados os bons frutos do trabalho missionário capuchinho, que alargavam as dimensões das terras civilizadas para o Estado brasileiro.

Ao desdobrarem-se satisfatoriamente os problemas propostos no plano deste estudo, espera-se, por um lado, uma elucidação quanto à história regional, partindo-se de um resgate dos atores nativos que atuaram ao longo do desenvolvimento da atual cidade de Itambacuri e que entraram para o esquecimento na memória popular. Assim, torna-se possível o registro de sua importância, suas resistências, seus possíveis nomes, dando memória aos poucos cidadãos daquele local, que se reconhecem de alguma maneira como herdeiros da população nativa que povoava a região.

Por outro lado, faz-se necessária uma discussão sobre os mitos assimilados pela população local e regional, em torno de figuras como a de Frei Seraphin de Gorísia, Frei Ângelo de Sassoferato e outros poucos nacionais. Ao se colocar alguns questionamentos em torno do imaginário popular acerca dessas figuras, não se tem a intenção de minimizar suas participações na construção histórica da região, mas de abrir espaço para outros atores que também dela tenham participado e devem ser inscritos nas páginas da historiografia regional. Assim, os batizados e os casamentos introduzidos desde a fundação do aldeamento podem ser analisados como elementos que viabilizaram a formação de uma sociedade que perdeu muitos atores importantes da memória local, na construção de sua história.

O primeiro capítulo deste estudo dedica-se ao entendimento de como se processou a chegada e fixação do homem civilizado às terras do Vale do Mucuri. Abordamos, assim, a importância da fundação do aldeamento de Itambacuri para a consolidação do ideal civilizado, atendendo às expectativas tanto do governo imperial, ansioso em constituir um Estado brasileiro centralizado e, conseqüentemente, um sentimento de nacionalidade, quanto dos próprios fazendeiros da região que viviam em constante choque com os indígenas, pela disputa de terras.

Ainda neste capítulo discutiremos a importância dos sacramentos católicos, restritos aqui a batizados e casamentos, na incorporação e assimilação por parte dos índios da cultura cristã, e os reflexos que este encontro entre duas culturas distintas provocou ao longo da primeira década de fundação do aldeamento. Por fim, abordaremos o crescimento demográfico em Itambacuri, visível através de livro de recenseamento de 1912 e nos assentamentos de batismos e casamentos, meios dos quais os frades capuchinhos se utilizaram para civilizar os selvagens, atraindo-os para a cultura cristã civilizada e inserindo-os neste novo mundo.

No segundo capítulo, discutiremos a importância da distribuição de sacramentos realizada pelos frades capuchinhos fundadores do aldeamento, na consolidação do empreendimento missionário e civilizador. Essa abordagem tem por objetivo promover uma análise crítica dos fatos, sem vitimizar o índio que, ao longo do tempo, foi capaz de ampliar sua cultura através da apreensão do universo cultural dito civilizado que, por meio da habilidade e da força, se sobrepôs à cultura indígena, dissolvendo-a gradativamente. Tentaremos entender também as formas de aquisição de status frente ao mundo civilizado, possíveis ao nativo do Vale do Mucuri através de casamentos mistos, analisados a partir dos benefícios que o

indígena adquiria ao pertencer ao grupo civilizado, como também o homem civilizado por catequizar o selvagem, mantendo-o sob seu domínio.

No terceiro capítulo, abordaremos como se processaram os laços de compadrio entre os grupos nativos e os brasileiros de Itambacuri na primeira década de existência do aldeamento, a importância social e a legitimidade religiosa desses sacramentos. Por fim, analisaremos a importância estratégica dos laços de parentesco entre nativos e civilizados e os elementos que favoreceram a construção da memória itambacuriense, voltada para a valorização da saga dos frades capuchinhos, buscando o entendimento de como a cultura indígena foi sendo diluída ao longo dos anos e sua memória se perdendo a partir da construção histórica de Itambacuri.

Assim, o estudo do missionarismo e “civilização” no Vale do Mucuri, observados através dos batizados e casamentos, podem ser explicados numa interface de duas dimensões historiográficas: em primeiro lugar, o campo da história cultural que discute o missionarismo como instrumento de “civilização”, o estudo específico dos sacramentos católicos ministrados aos nativos como expressão cultural do homem branco cristão e sua incorporação à cultura nativa. Em segundo lugar, o campo da história política, onde se concebe o missionarismo desenvolvido na região como um projeto criado e subvencionado pelo Segundo Reinado. Ainda lançamos o conceito de subordinação da população nativa e seu enquadramento nas instituições governamentais do Estado brasileiro.

CAPÍTULO I

MISSÃO CRISTÃ: DESOCUPAÇÃO DE TERRAS E DISCIPLINA PARA O NOVO TRABALHADOR MINEIRO.

Durante o Segundo Reinado, estabeleceu-se uma política de inserção dos espaços que ainda estavam sendo ocupados e desbravados no interior do Brasil. Eram espaços fronteiriços e de atrito com as comunidades nativas regionais. Para o sucesso de tal empreendimento, reavivava-se a aliança entre o Estado e a Igreja Católica, utilizando o missionarismo cristão como uma das estratégias que possibilitariam a presença colonizadora do homem branco e a contemporização dos confrontos entre este e os indígenas.

Nossa pesquisa deu enfoque à região do Vale do Mucuri, local onde se observa, a partir da segunda metade do século XIX, o contato permanente entre o colonizador e as populações originárias da região. Na primeira etapa da colonização, a volumosa população nativa, dispersa pela região e dividida em diversas etnias, tornou-se um impedimento à expansão das fronteiras de ocupação.

A questão do contato com o nativo no Brasil havia sido novamente repensada no início do Segundo Reinado e ganhou forma de lei no decreto nº 246, de 24 de julho de 1845, “Regulamento das Missões”, como ficou conhecido. Esse decreto traduz a confirmação de aliança entre o Estado e a Igreja, preconizando o aldeamento missionário como instrumento mediador das relações entre o homem branco e o homem da selva.

Nesse decreto, percebemos a permanência de valores que permearam o uso do missionarismo desde os tempos coloniais, baseados em postulados cristãos, tanto da cultura colonialista quanto da sociedade e Estado monárquico, dos quais

destacamos, em nossa pesquisa, o conceito de civilização como um conjunto de sociabilidades cristãs, fundamentalmente o de família monogâmica. Sacralizada pelo casamento religioso, a formação dessa família implicava e era o ápice de um processo de catequese iniciado pelo batismo, onde as normas cristãs seriam adotadas na vida do nativo.

A legislação brasileira abandonava a prática de massacres e extermínios, justificados pela ideologia na criação do conceito de “guerra justa”, e retornava ao expediente de controle do nativo por meio da missão cristã. Não menos violentos do que as guerras de extermínio, impelidas pelo governo joanino sobre as populações nativas, se tornaram os aldeamentos missionários que proliferaram pelo Brasil a partir da segunda metade do século XIX.

Não pretendemos reverter a imagem prodigiosa dos missionários neste período, passando-os de heróis a vilões. Tampouco desejamos perpetuar a perspectiva simplista que relega os grupos nativos a vítimas que jamais conseguiram se adaptar ao processo que lhes foi imposto, extrair benefícios da situação adversa que se tornou para eles a missão e a “civilização”.

Ainda para elucidar o conceito de civilização que aqui será utilizado, endossarei os argumentos de Regina Horta Duarte, que apresenta a vida nômade dos indígenas como o avesso da concepção de civilização que se lapidou ao longo de séculos entre os europeus. De maneira geral, as populações nômades brasileiras eram “consideradas pelo viés das faltas a elas atribuídas (falta de Estado, de moral, de trabalho, de boas maneiras, de religião, etc.)”¹⁴.

Quando pontuo não ter a pretensão de reverter a imagem dos missionários, de heróis a vilões, não está implícito nessa afirmativa o desejo de mantê-los nos “holofotes” da história. Pelo contrário, abrimos aqui mais um espaço para discussão

¹⁴ DUARTE, Regina Horta. *Notícia sobre os Selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p.19.

sobre a participação do missionarismo no processo de “assimilação” das populações nativas do Brasil imperial que, através da organização de seus aldeamentos, fizeram o enquadramento dessas populações numa sociedade marcada por uma nova cultura.

A violência do trabalho missionário é inerente à ação de persuadir, com os signos da civilização ocidental, uma população adaptada às selvas, com costumes práticos e de interesses muito divergentes dos ocidentais, assim como será sempre considerada violenta e traiçoeira o uso das “setas voadoras”, que surpreendiam os resignados trabalhadores a serviço dos grandes empresários brasileiros, pioneiros na ocupação do interior das terras de Minas Gerais no Vale do Mucuri.

É preciso deixar claro que há neste momento da história do Brasil, assim como em tantos outros, um conflito de gente. De gente que pensa e age diferente. Sem perder de vista essa constatação, podemos refletir sobre as transformações geográficas e humanas ocorridas durante o Segundo Reinado com a disseminação dos aldeamentos missionários. Nesses aldeamentos, cada grupo defendia a causa na qual estava imediatamente envolvido.

Temos assim os elementos que compõem um jogo de interesses, quais sejam: interesses do Estado, dos colonos e os possíveis interesses indígenas. Nesses últimos, as possibilidades esbarraram em conflitos com os colonizadores brancos, causando mortes e expulsões da região. Esse embate verificou-se em razão de forças e estratégias peculiares às possibilidades e à ciência de cada grupo. Portanto, não é necessário impor estereótipos aos atores envolvidos no processo, reconhecê-los como agentes ativos na defesa de seus interesses particulares e coletivos. Dessa análise, depreende-se a história dos catequizados e catequizadores, nas florestas brasileiras do Vale do Mucuri.

O modelo de aldeamento revigorado no Brasil do século XIX empreendeu um poderoso instrumento de erradicação das populações nativas, observado em processo paulatino, que se pautou por duas vias principais. Por um lado, houve a sacralização dos valores tidos como civilizados, porque cristãos, e a depreciação dos valores e costumes dos nativos aldeados. A introdução dos novos símbolos e rituais do “universo civilizado” se apresentava não somente como novos, mas como superiores àqueles conhecidos e praticados entre os nativos.

Nos aldeamentos criados no interior das florestas brasileiras, percebemos a intenção de um encontro pacífico de culturas distintas, embora o interesse principal das autoridades que os regeram e dos líderes da política indigenista do Império fosse garantir uma flexibilização unilateral, ou seja, adoção por parte dos selvagens (não civilizados) dos valores cristãos de sociabilidade, que lhes permitiriam fazer parte das comunidades civilizadas. Isso significava, naturalmente, o abandono, somente por parte dos índios, da sua herança cultural que fosse considerada imprópria aos novos valores adotados.

Os costumes do povo nativo, suas tradições e rituais são aos poucos alterados e adequados aos valores culturais da comunidade “civilizada” dos aldeamentos. Nessa perspectiva, podemos observar mudanças na concepção de status entre os indivíduos dos grupos nativos: aqueles que se identificavam menos com os valores culturais de seu povo de origem tornavam-se bem vistos pela sociedade do aldeamento e, por isso, dignos de condecorações. O abandono progressivo dos costumes das selvas significava “integração” à população aldeada. Instalava-se, assim, uma repressão sutil de ordem cultural.

Se bem que não se possa falar, no caso de repressão oficial violenta nos moldes da repressão joanina, pelo menos existe no Segundo Império uma repressão de ordem étnica e cultural. Talvez se a considere mais danosa, porque sutil. Não ficava bem ser índio. Por isso mesmo surgiram aqueles indígenas que renegaram suas raízes e preferiram ocultar sua identidade para melhor serem aceitos pela sociedade envolvente. É portanto essa uma forma política de dominação bastante eficiente e desintegradora.¹⁵

Os aldeamentos brasileiros Com carinho, tornaram-se um meio eficiente para descaracterizar o fenótipo dos nativos, ou seja, eliminar o elemento étnico, fato que ocorre através do incentivo à miscigenação entre estes e os brancos. Em alguns casos, esses aldeamentos se tornaram reduto de atração à mão-de-obra de brasileiros pobres que, em busca principalmente de doações de terras para cultivo, acabaram, por incentivo dos aldeadores, estabelecendo relações conjugais com os nativos “pacificados”, gerando assim os filhos mestiços que seriam mais facilmente inseridos à sociedade civilizada brasileira.

Os aldeamentos foram os mais eficientes meios para consecução do empreendimento civilizador, pretendido pelo governo imperial, e catequético, pretendido pelos missionários católicos. Planejados e conduzidos pelos ditos civilizados, os aldeamentos tinham o nítido objetivo de incutir no nativo o pensamento do mundo ocidental cristão, tornando-se o espaço por onde transitaria a cultura do homem das selvas e a do homem branco, até o momento da consolidação de uma uniformidade cristã, sem que as diferenças se elevassem ao potencial das armas de fogo ou das flechas certeiras.

Assim a recomendação de usarem “meios brandos e persuasivos” no trato com os índios a partir de José Bonifácio (vide por exemplo 24/05/1823. 21/08/1825) passa a fazer parte do discurso oficial. O decreto 426 de

¹⁵ MARCATO, Sônia de Almeida. *A Repressão contra os Botocudos em Minas Gerais*. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. BOLETIM DO MUSEU DO ÍNDIO. P. 14.

24/07/1845 (o Regulamento das Missões), assim como o Regulamento das Colônias Agrícolas do Paraná e Mato Grosso (1857) recomendam a persuasão na atração dos índios. Por duas vezes pelos menos o Imperador reprovava explicitamente as expedições de extermínio promovida pelo presidente da província de Mato Grosso contra os índios...¹⁶

Nesse estudo, concentramos nossa abordagem nas relações sociais desenvolvidas entre os nativos da região do Vale do Mucuri, no nordeste de Minas Gerais, e os colonos brasileiros que ocuparam essa região no final do século XIX. Os colonos pioneiros buscavam se estabelecer conquistando terras e prestígio na região há pouco ocupada através da fundação da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, maior responsável pelo florescimento da cidade de Filadélfia, hoje, Teófilo Otoni. Entretanto, o projeto integratório deslanchado pelo destacado político liberal, Teófilo Benedito Otoni, esbarrava nos confrontos sangrentos entre os antigos habitantes da região, os nativos, e os recém-chegados “civilizados”.

As informações sobre os confrontos entre os nativos e os “colonos civilizados” do município de Teófilo Otoni ganharam eco pelo Brasil, sensibilizando o governo imperial à prestação de auxílio à obra de integração do nordeste mineiro às terras reconhecidas como nacionais. Assim, o Segundo Reinado, fundamentado no decreto nº 246 de 24 de julho de 1845, decidia criar, nas matas do Vale do Mucuri, uma catequese religiosa com a proposta missionária de conversão das tribos nativas pagãs ao cristianismo e “civilização” destes povos das matas.

O decreto acima mencionado é comumente conhecido como “Regulamento das Missões”. Nesse decreto, define-se um direcionamento básico da política indigenista oficial do Brasil imperial. Por meio dele, o destino dos “selvagens” do Brasil foi entregue praticamente à ordem italiana dos capuchinhos. Ficavam os missionários capuchinhos, a partir desse momento, com a incumbência de atrair,

¹⁶ CUNHA, Manuela Carneiro. Legislação Indigenista do século XIX. P. 7

pacificar, “civilizar” e tornar apta ao trabalho a população nativa. Para o Vale do Mucuri foram enviados dois representantes da ordem dos capuchinhos que, em consonância com as deliberações legais e provimentos do Império, fundaram no município de Teófilo Otoni o aldeamento de índios Nossa Senhora dos Anjos de Itambacuri.

Emancipado em dezoito de março de 1924, o município de Itambacuri, localizado no nordeste mineiro, entre as cidades de Teófilo Otoni e Governador Valadares, conta, hoje, com aproximadamente quinze mil habitantes. Antes, um distrito do município de Teófilo Otoni, Itambacuri está a uma distância de trinta quilômetros de sua antiga sede. Grande parte do seu povo, ainda hoje, vive direcionado espiritualmente pelos padres da Ordem dos Capuchinhos. É uma cidade pequena, típica do interior mineiro, onde a população vive com tranqüilidade e identifica no trabalho missionário a história do município.

Mapa 2 - Localização geográfica de Itambacuri

Tendo como propósito uma leitura minuciosa desses registros, o trabalho busca a participação dos atores nativos e “civilizados” envolvidos nesses ritos e o acompanhamento do processo que desencadeou, em longo prazo, uma possível perda da identidade do homem da selva, forçado a aderir a um novo ambiente cultural.

O legado étnico nativo e cultural foi disfarçado pela miscigenação intensamente incentivada pelos aldeadores através dos casamentos mistos, que, aliavam nativos e os brancos. Sua herança cultural foi extirpada de tal maneira que na cidade de Itambacuri, originária de um aldeamento indígena, não há nenhum tipo de alimento para a memória/história local, no que diz respeito aos povos nativos que povoavam abundantemente a região até o final do século XIX, assunto que abordaremos no último capítulo.

Quem foram eles?

Ainda no início do século XIX, o nordeste mineiro se encontrava povoado por grupos nativos. Estes mantinham esporádicos contatos com o “homem branco civilizado”. Alguns destes nativos se encontravam fixados na região do nordeste mineiro de forma definitiva, enquanto outros o atravessavam em correntes migratórias.

Os grupos nativos que permaneceram livres do contato com a civilização luso-brasileira até o século XIX, abrangiam grandes blocos de tribos e subtribos de origem Jê, assim classificados por Martius, cientista que maiores informações

conseguiu entre aqueles que, até a época, haviam estudado os nativos da região.¹⁷ Estes diversos grupos de origem Jê foram chamados de maneira simplificada e generalizadora de botocudos.

Por tratarmos nesse estudo dos aspectos religiosos e sua relação com a subordinação cultural dos grupos nativos do Mucuri, usaremos o designativo botocudo, não por expressar satisfatoriamente os referidos grupos, mas por faltarmos possibilidades para discutirmos o assunto nessa etapa da pesquisa.

O designativo botocudo foi aplicado a quase todos os nativos da vasta região interior-leste do Brasil. Tal denominação é generalizante e partiu da observação de um traço cultural comum aos povos das selvas do interior do Brasil – o uso dos botoques, uma madeira introduzida na região bucal, cuja função seria realizar um alongamento labial, que deformava o rosto do nativo. A observação do uso deste artifício que conferia ao “homem selvagem” o lábio projetado, foi descrita por vários viajantes que percorreram a vasta região durante o século XIX.

Aryon d' All Igna Rodrigues classificou os botocudos como pertencentes ao tronco “macro-jê”, afirmando haver diferenças entre os nativos botocudos da região de São Paulo, Paraná e Santa Catarina e os da região de Minas Gerais e Espírito Santo. O primeiro bloco, falante dialetal pertencente à família jê. O segundo bloco, não está filiado à família e sim aos dialetos, trazendo assim múltipla fragmentação ao grupo conforme se pode observar nas inúmeras tribos: Naknanuk, Krekmúm, Djiporoka, Bakuên, Pojixá, Krenak, além dos designativos locais muito aplicados na região, portanto, todos peças componentes do mundo nativo botocudo.

¹⁷ JOSÉ, Oilian. *Os indígenas de Minas Gerais: Aspectos sociais, políticos e etnológicos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965. 217p.

Desde os primeiros contatos com o homem branco, os botocudos foram vistos como índios traiçoeiros e vingativos, pois eram considerados de costumes pérfidos, hostis contra seus inimigos e difíceis de contato para a civilização. Cada pequeno grupo possuía seu líder, destacado caçador e guerreiro entre seu povo, que chefiava homens e mulheres nas guerras e guerrilhas empreendidas contra as tribos vizinhas. Os conflitos externos nasciam, geralmente, de problemas advindos da delimitação das terras para a exploração da caça, pesca e coleta dos respectivos grupos. Ao pressentir sua região invadida por outras tribos, os nativos botocudos respondiam com violência. Ao líder, ainda era atribuída a função de solucionar os problemas no interior do grupo.

Quanto aos costumes, viviam de uma economia de subsistência apoiada exclusivamente na caça e na coleta de frutos e raízes. Organizavam-se em pequenos bandos nômades e, por essa característica, não desenvolveram lapidadas engenharias de habitações, ou sofisticados instrumentos de trabalho e domésticos. Ao contrário, eram claramente de espírito prático e provisório, próprio do nomadismo, como se observa:

Os Botocudos viviam em completa nudez. Usavam, no entanto, ampla gama de adornos corporais – botoques, toucados, pulseiras, perneiras, colares – incluindo-se a pintura, desconhecendo a tatuagem. Os homens usavam estojo peniano feito com folhas, enquanto que em outros era comum sujeitar o pênis contra o abdômen, preso ao cinto abdominal. A tecnologia incluía o trançado e um alto apuro na elaboração de armas - arco e flecha.

¹⁸

¹⁸ Fragmento extraído na íntegra: MARCATO, Sônia de Almeida. *A Repressão Contra os Botocudos em Minas Gerais*. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. BOLETIM DO MUSEU DO ÍNDIO.

A prática religiosa do indígena botocudo tem traços peculiares, como a certeza da existência de uma vida após a morte. Na concepção do indígena, aqueles que trabalharam arduamente nesse plano material teriam a oportunidade de usufruir benefícios em uma vida espiritual, idealizada pelo indígena como uma grande e fértil floresta. Aos preguiçosos estava reservado um verdadeiro deserto, sem fertilidade ou sequer bons rios. Outra característica religiosa que pode ser mencionada diz respeito à dualidade – bem e mal – sempre presente nas relações religiosas do botocudo, onde o pajé era o mediador entre o índio e a divindade. Para esse havia divindades boas e más, e a desobediência provocava a ira dos deuses, que manifestavam sua fúria através dos raios e trovões, sendo a lua o deus que concentrava maior poder. Tinham o hábito de enterrar os seus mortos logo após o falecimento, temendo que espíritos maus pudessem apoderar-se de sua alma. Os locais destinados ao sepultamento eram bem iluminados (para que o sol iluminasse o morto), geralmente com muitas plantas ao redor; os familiares levavam constantemente oferendas em forma de alimentos, que eram renovados constantemente. Depositavam o defunto em urnas de barro cozido e nelas colocavam as armas e alguns pertences que o índio usara em vida.

O espírito guerreiro e vingativo, associado à visão religiosa que o botocudo possuía fazia com que estes atribuíssem todas as suas desgraças a feitiços realizados por outras tribos visando prejudicá-los. Movidos por essa crença, promoviam guerras contra tribos vizinhas com frequência.

À crença em feitiços referiam-se com frequência, e atribuíam esses sofrilégios a tribos vizinhas ou longínquas. Basta dizer que os botocudos, desvairados pela opressão supersticiosa, atribuíam a seus inimigos de

morte, os puris, a responsabilidade por todas as desgraças que lhes aconteciam.¹⁹

A partir do início do século XIX, o isolamento dos nativos botocudos povoadores do Vale do Mucuri começa a ser rompido. Nessa época, os viajantes estrangeiros e os brasileiros em expedições, começam a se tornar freqüentadores destas selvas e divulgadores da “ferocidade” dos nativos que nelas se abrigavam, embora também se tivesse notícia do caráter dócil e alegre do nativo botocudo quando se articulava o contato sem violência e, preferencialmente, com a promoção de presentes como ferramentas, objetos de couro entre outros. Em dezembro de 1809, José Pereira Freire de Moura, regente da aldeia de Lorena dos Tocoíós, nas proximidades do Rio Jequitinhonha, apresenta uma descrição sobre o nativo mineiro:

Os Índios Botocudos Ambarés são certamen.^{te} hua tribu derivada, mas apartada dos Botocudos q. habitão os matos do Rio-Doce. Eles tem a mesma lingoa pouco difere da Botocuda, sendo della hum dialecto. Os ornamentos dos botoques no beijo, e nas orelhas, o serem antropófagos, não se lhe conceder domicilio certo, andarem sempre em pequenas partidas para poderem subsistir; porq. Vivem da caça, e da pesca, não tendo menor conhecimen.^{to} de cultura: todo isso concorre p.^a se poder dizer com justeza q. são, ou fazem hua tribu dos Botocudos.²⁰

Este mundo místico e cultural, próprio do universo botocudo, é descortinado em meados do século XIX através do encontro com o mundo “civilizado” do branco, encontro que, por tantas diferenças, causou estranheza para ambas as partes e

¹⁹ JOSÉ, Oilian. Os indígenas de Minas Gerais: Aspectos sociais, políticos e etnológicos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965. p.92.

²⁰ MOURA. Notícias e observações sobre os índios botocudos que freqüentavam as margens do Rio Jequitinhonha. Chamados de Âmbares, ou Aymorés. Apud. - MARCATO, Sônia de Almeida. A Repressão contra os Botocudos em Minas Gerais.

desencadeou uma relação de interesses opostos: de um lado o índio, quando se vê farto dos presentes do colonizador ou quando julga não ser mais apropriado se submeter às condições de recebê-los, passando a entender o branco como invasor de seu espaço; por outro lado, o branco, ao reconhecer os índios como indivíduos inseparáveis das terras que habitam, passando a identificá-los como um obstáculo ao desenvolvimento proposto pelo empreendimento da colonização e integração das terras mineiras ao Império brasileiro. Assim, o nordeste mineiro não foge à corriqueira prática de hostilidade entre índios e colonizadores que produziram massacres e emboscadas. Tornava-se urgente uma solução que pudesse por fim ao terror predominante nas matas entre índios e fazendeiros, e que contribuísse para o desenvolvimento regional e ampliação das fronteiras do Estado brasileiro.

Além do pesado trabalho de derrubada – certamente legado aos escravos e soldados recrutados das camadas mais miseráveis da população – os índios habitantes das matas constituíam mais um obstáculo. Uma vez aberto o caminho e fundadas as fazendas, a violência da opressão continuava a desdobrar-se em conflitos extremamente sangrentos. Já em 1836, Victor Renault apresenta a presença indígena como o principal obstáculo ao desejo de ocupação. Segundo ele, o significativo “numero de bugres que infestavam as matas do Mucuri” representava um problema a ser resolvido prioritariamente para o sucesso de qualquer empreendimento.

²¹

Fundação do Aldeamento de Itambacuri e a “Civilização” dos Nativos

No ano de 1872, os padres italianos da ordem missionária dos capuchinhos, Frei Serafim de Gorísia e Frei Ângelo de Sassoferrato foram designados para se

²¹ DUARTE, Regina Horta. *Notícia sobre os Selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

encarregarem da catequese dos nativos botocudos do Vale do Mucuri, pelo Ministro imperial da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o ilustre Barão de Itaúna.

O trabalho missionário tinha, entre outros objetivos, o de contemporizar as relações entre os colonos dos empresários da família Otoni, desbravadores das matas do Mucuri e os grupos nativos botocudos. A princípio o trabalho dos missionários foi visto como meio de conduzir melhor essas relações que não convergiam à cordialidade, esbarrando o desenvolvimento pretendido para a região na criação da Companhia do Vale do Mucuri.

Chegando à Filadélfia, atual cidade de Teófilo Otoni, os missionários Freis Serafim de Gorísia e Ângelo de Sassoferato foram conduzidos à fazenda Liberdade, do destacado capitão Leonardo Esteves Otoni, influente proprietário da região, localizada a aproximadamente vinte e cinco quilômetros da pequena cidade. Na propriedade de capitão Leonardo, os padres missionários estabeleceram seus primeiros contatos com os nativos das selvas do Mucuri, já inseridos como trabalhadores disciplinados da fazenda.

O bom povo de Filadélfia saudou com respeitosa alegria a chegada dos filhos de São Francisco de Assis, na esperança de que ali ficassem. Bem cedo, porém, essa alegria mudou-se em pesar, pois os missionários, cumprindo as ordens recebidas ao saírem da capital do Império, deixaram o povoado de Filadélfia, retirando-se para a fazenda do capitão Leonardo Esteves Otoni, distante uns vinte e cinco quilômetros. Nesta fazenda, cujo proprietário mantinha relações com algumas tribos de índios, os missionários foram bem recebidos. Ali se demoraram seis meses, colhendo informações, fazendo observações, elaborando projetos, demorando-se em excursões e explorações em plena floresta, à procura do sítio que melhor correspondesse à fundação de um aldeamento central, para mais facilmente reunir as diversas tribos de índios, que vagavam nas imensas matas.²²

²² PALAZZOLO, Frei Jacinto de. *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense.

Os seis meses de contato com os nativos considerados pacíficos nessa fazenda e as experiências nas florestas do Vale do Mucuri, possibilitaram aos frades capuchinhos, além do contato com a figura de seus futuros aldeados, um superficial conhecimento geográfico da região. Nessa empreitada contaram com as preciosas informações dos nativos que viviam ou freqüentavam a fazenda de capitão Leonardo, que lhes descreveram um local de águas fartas e apropriado para a missão.

Conduzidos por esses nativos, Frei Serafim de Gorísia e Frei Ângelo de Sassoferato chegaram ao ponto descrito. Era “Encogek”, espinha de cachorro, nome dado pelos nativos ao local por associação de semelhanças entre as serras que o rodeavam e a espinha de um cachorro. Nesse ponto passa um rio, já naquela época conhecido em algumas cartas geográficas da região, denominado Tambacuri, correspondendo, na linguagem indígena, a rio encachoeirado ou correntoso.

Deparando-se com a região rica em águas, de vale fértil e estrategicamente distante dos “povoados civilizados”, os missionários capuchinhos não tiveram dúvidas de que se tratava do local mais adequado para a realização de contatos com os nativos e a organização do aldeamento cristianizador. Ao nome do rio, Tambacuri, os frades acrescentaram a vogal I²³, alegando facilitar e embelezar a pronúncia e que, a partir de então, passaria também a expressar o aldeamento denominado Nossa Senhora dos Anjos de Itambacuri, sendo assim prontamente reconhecido pelo Império brasileiro.

Desde os tempos da colonização da região pela família Otoni, com a fundação da Companhia do Mucuri, o contato entre os nativos botocudos e os “brancos civilizados” passou a ser mais freqüente e, com algumas exceções,

²³ Dados extraídos da obra de: PALAZZOLO, Frei Jacinto de. *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense

chegava a ser amistoso. Fundado oficialmente no ano de 1873, o aldeamento Nossa Senhora dos Anjos de Itambacuri estava destinado a atender às expectativas da população da pequena cidade de Teófilo Otoni.

Ao mediar as relações cotidianas dos nativos hostis ao projeto civilizador, os frades capuchinhos iriam viabilizar a integração definitiva da paisagem do nordeste mineiro, ainda em estado natural, ao Império brasileiro. No dia treze de abril do referido ano foi celebrada a primeira missa para os nativos e “civilizados”, com altar improvisado numa choça de madeira tosca, coberta com cascas de pau; o local da primeira missa ficou conhecido como Igreja dos Cavacos.²⁴

O aldeamento de Nossa Senhora dos Anjos de Itambacuri, recém-fundado, passou a agregar nativos vindos de variadas regiões, contendo diferentes grupos da “família botocudo”, conforme pode ser comprovado no livro de certidão de batizados e de casamentos, disponível para observação no arquivo da Paróquia Nossa Senhora dos Anjos, em Itambacuri. Nesses documentos é possível observar nativos vindos de regiões e grupos como: Noreth, Poté, Potão, entre outros. Os nativos, atraídos ao aldeamento, foram envolvidos pela fé cristã e logo alguns deles passaram a cumprir os ritos sacramentais da igreja católica, rituais recém-conhecidos dos seus grupos.

O deslocamento desses nativos de suas tribos ao aldeamento de Itambacuri, provavelmente não foi o maior desafio aos frades capuchinhos, Freis Serafim de Gorísia e Ângelo de Sassoferrato. Há algumas décadas alguns nativos já haviam entrado em permanente contato com os desbravadores da Companhia do Vale do Mucuri de Teófilo Benedito Otoni, tornando-se estes índios o ponto inicial da ação missionária por serem, teoricamente, mais receptíveis ao contato cultural, como

²⁴ Dados extraídos da obra de: PALAZZOLO, Frei Jacinto de. *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce*. 3 ed. São Paulo: Brasiliana

também a diretriz para as estratégias da implantação de uma cultura cristã, sendo “domesticados” pelos “civilizadores leigos”.

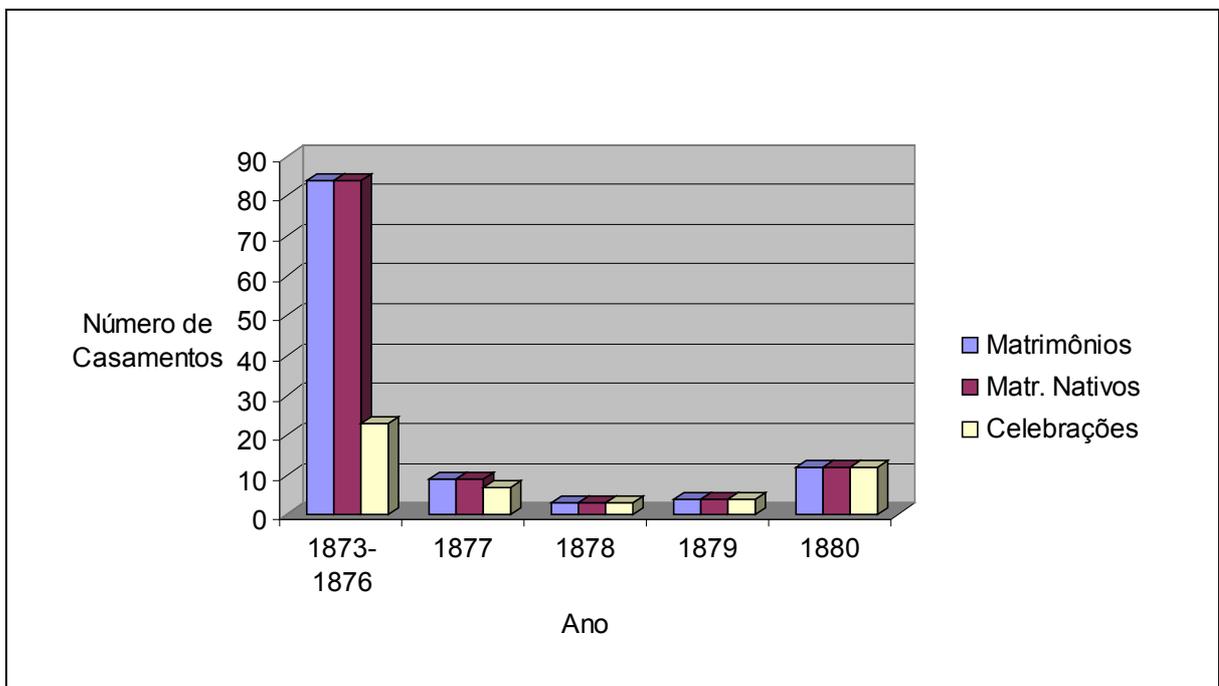
A intensa divulgação do aldeamento ali instalado e a distribuição de presentes aos nativos visitantes foram um dos expedientes amplamente utilizados na atração de muitos grupos nativos que, pacificamente, chegavam a Itambacuri. Essa era e ainda hoje é uma antiga estratégia de aproximação com populações com os quais se quer estabelecer contato: deixam-se os presentes e se observa se são recolhidos ou mesmo trocados por outros, postos por estas populações. Torna-se o primeiro sinal de possibilidade em maiores contatos. A eficácia do empreendimento catequizador capuchinho caminhava progressivamente na selva do rio Mucuri.

O rápido avanço da catequese no aldeamento fica evidenciado no livro de certidões de batismos, onde se vê uma grande quantidade de nativos “recorrendo” a esse sacramento para seus filhos recém – nascidos e mesmo para os nativos em idade adulta, logo nos primeiros meses de existência do aldeamento.

De fato, os frades capuchinhos souberam aproveitar as relações estabelecidas com os nativos anteriormente absorvidos pelo grupo colonizador da região. Podemos verificar no livro de certidão de casamentos da Paróquia Nossa Senhora dos Anjos de Itambacuri, como primeiro registro, o casamento de Félix Ramos da Cruz e Umbelina Pahóc, oficializando assim, mais que a união entre cônjuges nativo e branco, a proximidade entre a tribo dos Crakeatan e um elemento do universo civilizado, tornando-se porta de entrada para a ação missionária dos Freis capuchinhos, Serafim de Gorísia e Ângelo de Sassoferato.

Batizados e casamentos no aldeamento do Itambacuri

Gráfico 1 - Matrimônios entre os nativos de Itambacuri²⁵



²⁵ Gráfico 1 representando o número de casamentos entre 1873 e 1880. Dado catalogado no livro de casamento do aldeamento de Itambacuri, disponível na Paróquia Nossa Senhora dos Anjos.

O gráfico 1 expressa os números observados no primeiro livro de casamentos do aldeamento em seus seis anos iniciais. Observamos que, entre o mês de junho de 1873, época do primeiro matrimônio de Itambacuri, e dezembro de 1876, a novidade das bênçãos divinas se difundiu amplamente entre os homens da selva. Registrou-se uma demanda média de dois casamentos por mês, ao longo dos quatro anos, número expressivamente alto para um aldeamento recém-inaugurado e de baixo índice populacional.

O que se conclui, a partir dos documentos, é que os sacramentos entre os nativos do Mucuri eram ministrados tão logo esses se propusessem a recebê-los. Há assim um caráter objetivo e prático nas uniões oficializadas pelos aldeadores de Itambacuri, onde os empecilhos da distância entre as tribos de origem dos cônjuges e o aldeamento, assim como as testemunhas, fundamentais ao sacramento, são solucionados pelos missionários através da viabilização de ritos coletivos.

Podemos então constatar, a partir do gráfico, do primeiro quadriênio de existência do aldeamento que, em apenas 23 celebrações, os missionários oficializaram 84 casamentos envolvendo os nativos da região, chegando a sacramentar o matrimônio de até dezoito casais em uma única celebração, tendo todos os casais os mesmo padrinhos do universo civilizado de Itambacuri.

Essa perspectiva de celebrações que oficializavam a união entre os nativos botocudos da região do Mucuri segue até aproximadamente o início da década de 1880, quando o aldeamento se torna palco de relações mais complexas, em detrimento do considerável número de imigrantes brasileiros pobres recebidos em Itambacuri.

A análise da importância desses sacramentos deve começar pelo caráter exemplar do primeiro casamento, realizado no aldeamento, como verificamos no

livro de assentamentos de matrimônios. Félix Ramos da Cruz havia por época da fundação do aldeamento, feito amizade com o capitão Pahóc, líder da numerosa tribo dos Crakeatan, casando-se mais tarde com sua filha Umbelina, ato formalizado como primeiro assentamento do primeiro livro de casamentos de Itambacuri. Assim, Félix ganhou a confiança daquela tribo, tornando-se grande conhecedor de seus costumes, servindo então de intérprete nas relações entre estes e os colonos da região.

... Félix Ramos ganhou assim a confiança dos índios, que levava de quando em quando a passear entre os civilizados, servindo de intérprete. A tribo comandada pelo cap. Pahóc, contava com 800 homens em arcos, além de outras tribos de 100 homens localizados nos limites, em pontos estratégicos, para defesa contra possíveis incursões inimigas. Em 1870, os senhores José Silvério da Costa e Casimiro Gomes Leal, diretores civis dos índios com residência respectivamente em Minas e Trindade, receberam a visita de uma centena de índios sob o comando do cap. Pahóc e conduzidos pelo língua Félix Ramos e seu genro.²⁶

Entre brancos e nativos, a aproximação efetuada pelo estabelecimento de laços de parentesco foi praticada desde os tempos da colonização. Como um processo dialético, os contatos possuem características conflitantes, tensionamento, mas também complementaridades, similitudes, propiciando hibridismos culturais, de especificidades novas. Também guerras e alianças, concubinatos e casamentos, escravização e tutela. O estabelecimento de alianças através de relações de parentesco refletia as alianças pactuadas entre portugueses e índios, conferindo aos colonos certo prestígio dentro das estruturas indígenas. Esses prestígios permitiam o assento local dos colonos. Por outro lado, poderíamos perguntar se os grupos indígenas não almejavam, mesmo que não conseguissem, o mesmo tipo de

²⁶ PALAZZOLO, Frei Jacinto de. *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce*. 3 ed. São Paulo: Brasileira.

prestígio dentro das estruturas de dominação colonialista. A troca material e subjetiva não poderia ser esperada pelos dois grupos?²⁷ Nossos estudos confirmam essa hipótese sobre a oficialização religiosa do casamento entre o civilizado Félix Ramos e a nativa Umbelina Pahóc.

Félix, um homem civilizado da região, tendo já conquistado a amizade de capitão Pahóc, pai de sua esposa, a nativa Umbelina, se tornou um elo entre os missionários e algumas tribos da região. Félix Ramos proporcionou uma aproximação salutar à incipiente obra missionária que passou a contar com o apoio da numerosa tribo que se encontrava sob o comando de seu sogro. Além de prenciar o propósito miscigenador dos aldeadores de Itambacuri, podemos considerar essa união mista, realizada pelo diretor do aldeamento, Frei Serafim, como um instrumento estratégico de incursão da missão cristã civilizadora sobre os selvagens botocudos da região.

A proximidade entre os diretores do aldeamento e Félix Ramos, o língua, como ficou conhecido posteriormente, por articular o contato entre brancos e nativos e por compreender a língua dos mesmos, não foi meio ímpar para chegar aos nativos da região; entretanto, coadunava-se aos instrumentos diligentes para infiltração no meio “selvagem”. Outro benefício em abençoar a união desses cônjuges, logo no início da empreitada missionária, seria a possibilidade de manter fácil contato com um líder reconhecido por numerosa tribo.

As novas relações introduzidas na população indígena inicial do aldeamento missionários incorporar-se-ia, ainda, à lógica das relações de parentesco: o principal intérprete e mediador político em ocasiões de desentendimentos

²⁷ Texto adaptado de MOURA, Ana Maria da Silva. Os filhos do demônio: Sobre contatos e mestiçagem entre colonos e indígenas. In: Desigualdades. Publicação do grupo de pesquisa LESC do Programa de Pós Graduação em História Social da USS. ISBN859026623-0. Philomena Gebran et alli (orgs). 2003. p. 251

entre os índios e missionários, o brasileiro Félix Ramos, era com efeito, casado com Umbelina, filha do chefe Pohóc, e companheiro constante do sogro. Esta primeira relação de afinidade, estabelecida antes da chegada dos frades, porém logo formalizada por frei Seraphin, não apenas facilitaria o estabelecimento de relações de aliança entre missionários e nativos como, em diversas situações, de fato, serviu para salvar suas vidas.²⁸

Realizados os primeiros contatos e estabelecidos definitivamente no centro das matas do Mucuri, a notícia da chegada dos dois frades capuchinhos correu por toda a região entre os nativos. Esses, motivados pelos presentes recebidos das mãos dos missionários, convergiam para o aldeamento onde estabeleceram relações ainda tímidas com os frades, conforme observamos nos relatos de frei Ângelo, que os descreve sempre como desconfiados e arredios. Em muitos casos, esse primeiro contato caminhou por algum tempo para a vida no aldeamento, sendo utilizados os próprios nativos mais adaptados à nova vida cristã, para se tornarem os maiores difusores do empreendimento catequético.

... Demonstrando já terem se apropriado de elementos da cultura cristã em períodos ainda anteriores à instalação da Companhia do Mucuri, segundo relatou Teófilo Otoni, é possível que alguns grupos apresentassem-se aos missionários, atraídos pelo seu “chamado” que transmitiam, em nome de Sua Majestade Imperial, a promessa de oferecer àqueles “infelizes” uma “vida melhor” (frei Ângelo, 1915:15).²⁹

O progressivo crescimento do aldeamento de Itambacuri, em sua primeira década de existência, tornou-se claro e reconhecido pela sociedade da região. O espaço da missão havia sido, nesta primeira década, palco para realização de

²⁸ MATTOS, Izabel Missagia de. *CIVILIZAÇÃO E REVOLTA: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas*. Edusc, Bauru.2004.P 299 - 300.

²⁹ MATTOS, Izabel Missagia de. *CIVILIZAÇÃO E REVOLTA: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas*. Edusc, Bauru.2004.P 266 - 267.

aproximadamente 400 batizados e 200 casamentos, ministrados pelos padres diretores, envolvendo em ambos os casos os nativos da região, que afluíam para Itambacuri à “procura” das bênçãos para “legitimar” sua união.

O aldeamento transformava a paisagem de mata virgem em campos cultivados, o que, na visão de frei Serafim de Gorísia, ficou definido em poucas palavras apologéticas ao trabalho dos missionários: “O que antes era mato virgem, abrigo de índios e feras, transformava-se em vasto, salubre e ubérrimo território, muito próprio para toda cultura e indústria agrícola”.³⁰

Nossa pesquisa pretende contribuir para a produção histórica dessa região, visando analisar a formação e desenvolvimento do povoado de Itambacuri, originário de um aldeamento de nativos no Vale do Mucuri, cuja função principal era a cristianização e a “civilização” dos nativos a partir da ação missionária. Para isso, realizamos análise de farta documentação de assentamentos de batizados e casamentos. Esses documentos podem ser encontrados no arquivo particular da Paróquia Nossa Senhora dos Anjos, da ordem dos frades menores capuchinhos, na cidade de Itambacuri.

Mais especificamente, a pesquisa se desdobra na interpretação destes registros de sacramentos, presididos pelos frades capuchinhos, diretores do aldeamento de Itambacuri. Esses documentos encontram-se fartamente compilados em livros do referido arquivo. O batismo, por simbolizar a introdução do indivíduo à comunidade cristã católica, tornou-se uma das primeiras preocupações dos missionários.

A partir desse sacramento é que se torna possível a extirpação do paganismo na selva; por isso, os dois apóstolos missionários se apressaram na distribuição dos

³⁰ Frei Seraphin de Gorísia. apud MATTOS, Izabel Missagia de. *CIVILIZAÇÃO E REVOLTA: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas*. Edusc, Bauru.2004.P 266 - 267.

sacramentos que introduziam o nativo à vida cristã e, através da persuasão religiosa sobre as crenças dos grupos nativos, tecia-se uma rede de “sociabilidade” que transformava os padrões culturais da “família selvagem”. Logo em seus três primeiros anos, o aldeamento de Itambacuri auferiu aproximadamente 130 “novos cristãos” para o catolicismo, através do sacramento do batismo.

Ronaldo Vainfas, em sua obra, “A Heresia dos Índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial”³¹; produz um discurso sobre os nativos tupinambás do Brasil colônia, cuidando dos aspectos religiosos de um grupo no Recôncavo Baiano por volta do ano de 1580.

Radicados os frades em tempos e espaços distintos, a catequese acontece para os padres capuchinhos do aldeamento de Itambacuri no século XIX, assim como para os Jesuítas durante o século XVI no Recôncavo Baiano, plasmada pelo batismo. Entretanto, ressaltamos aqui as peculiaridades do rito de iniciação ao catolicismo para um e outro grupo nativo, em seus respectivos períodos e espaços.

Interessante perceber, no texto de R. Vainfas, a utilização de signos e ritos do catolicismo por um grupo sectário de Jaguaripe, como meio de resistir às influências do próprio catolicismo e do colonialismo português na região. Nesse sentido, o autor destaca a apropriação do sacramento do batismo pelos nativos como meio de resistência ao próprio sacramento do catolicismo. Ao incorporar o rito do batismo à santidade, organização religiosa dos nativos daquela região, descrita na obra como seita, esse sacramento se transformou num instrumento de inversão e neutralização dos males do cristianismo e do colonialismo. Uma espécie de rebatismo, “batismo

³¹ A obra de Vainfas é utilizada como um meio de elucidação da prática do batismo ao longo da catequização dos nativos no Brasil e para efeito de comparação da visão do batismo pelos receptores do sacramento, sem perder de vista que os fatos se passam em tempo e espaço e realidade política distintos.

para livrar do batismo”, que limpa os neófitos da nódoa mortal do sacramento cristão.

... Os próprios Jesuítas assinalaram à farta este particular horror que os índios sentiam diante do sacramento católico, sobretudo dos batismos in extremis, usuais nos aldeamentos por ocasiões das pestes variólicas. Os pajés proclamavam, então, que o “batismo matava”, ao constatarem que os índios morriam tão logo recebiam os “santos óleos”. Aos olhos dos índios, se o batismo dos padres lhes trazia a morte – morte real e simbólica –, o rebatismo da santidade significava para eles a vida – vida eterna na terra da imortalidade.³²

Podemos observar que o grupo nativo baiano quinhentista identificou os batizados ministrados pelos padres católicos como um prelúdio à morte. Na crença de evitar os males ou mesmo a morte, criaram inclusive um mecanismo próprio para reverter à ação malévolos do sacramento; para isso, assimilaram e adaptaram o ritual católico a um ritual próprio, com poderes para desfazer os males introjetados no nativo por ocasião de seu primeiro batizado nas mãos dos missionários. O batizado recriado pelo grupo nativo limpava os males do sacramento cristão.

Passados trezentos anos, o batizado continuou sendo o meio introdutório do indivíduo na vida cristã católica, como ainda hoje o é. No final do século XIX, período de florescimento do aldeamento de Itambacuri, o processo de ocupação das terras brasileiras já estava bastante consolidado, se comparado ao período do grupo nativo baiano, e o contato entre os nativos do Mucuri e o homem “civilizado” havia se tornado intenso e violento. O aldeamento se tornava cada vez mais um núcleo social de pluralidade cultural, local onde era possível articular a convivência entre os

³² VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São paulo:Companhia das Letras, 1995.

grupos nativos e os “civilizados”, sem que a guerra fosse o recurso final para esse contato.

No aldeamento de Itambacuri, assim como no Recôncavo Baiano, os batizados também podem ser considerados, em alguns aspectos, como um instrumento utilizado pelos nativos em benefício próprio. Porém, ao contrário do grupo quinhentista, podemos, através da observação das relações de sociabilidade estabelecidas em Itambacuri, afirmar que os nativos aldeados não renegaram deliberadamente os sacramentos do catolicismo cristão, embora alguns possivelmente o tenham feito.

No Vale do Mucuri do século XIX, as tensões entre os grupos nativos e a frente leiga pioneira na ocupação das terras se elevavam ao potencial de verdadeiros massacres, que progressivamente atingiam cada vez mais os homens das selvas do Mucuri. Assim, os batizados e a internação em um aldeamento próprio para nativos foram vistos por muitos grupos das selvas como meio de resguardar a própria vida.

Nesse caso, podemos inferir que, se aos olhos do grupo nativo baiano o batismo dos padres lhes trazia a morte – morte real e simbólica –, ³³ na ótica dos nativos do Mucuri os batizados foram encarados como alternativa possível de sobrevivência. Estar “devidamente batizado” sugere a “liberdade” de trânsito entre os “universos, selvagem e civilizado”, podendo ser o sacramento cristão um instrumento de promoção social do nativo frente aos demais indivíduos do aldeamento.

Todavia, os benefícios do sacramento iniciático do batismo não se estendiam apenas aos grupos nativos. A missão católica está do outro lado do jogo com seus

³³ Termo utilizado por: VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

interesses bem definidos: os diretores capuchinhos do aldeamento de Itambacuri, também se valiam da distribuição dos sacramentos como recurso para incutir no nativo os valores cristãos. Se, por um lado, os nativos “se beneficiavam” do status adquirido através do sacramento diante da população do aldeamento, por outro lado, é ali que os padres missionários tinham a possibilidade de interferir nos costumes do homem da selva.

Configura-se na região durante esse período, uma relação de interesses conflituosos, mas administrado parcimoniosamente por ambos os lados. O missionário, obstinado a cumprir seus preceitos religiosos e políticos, tinham para isso que apresentar números e atividades satisfatórios às autoridades que subvencionavam a obra catequética. O nativo, por sua vez, diante do “avanço do empreendimento civilizador” na região, busca tirar proveito da situação desfavorável, internando-se no aldeamento e “recorrendo” aos rituais católicos, fonte de reconhecimento social naquele centro proto-urbano em que se tornava Itambacuri.

Podemos acompanhar, nessas relações, um jogo de interesses, no qual cada ator se posiciona de forma a tirar o máximo de proveito possível das situações delineadas no espaço do aldeamento. Uma vez “inserido” no “universo cristão civilizado”, através do batismo, o nativo passa a receber instruções morais, culturais e religiosas. Este é o preço da possibilidade de transitar entre os demais grupos nativos da região e o “universo branco civilizado”, sem o exercício da guerra.

Ao realizarmos uma leitura do segundo batizado do primeiro livro de registros desse sacramento disponível na Paróquia Nossa Senhora dos Anjos em Itambacuri, um fato nos chama atenção: o de atentar para a influência moral, cultural e religiosa dos missionários capuchinhos sobre os nativos da região.

Ano de mil oitocentos e setenta e três no dia onze de maio, eu Frei Seraphin de Gorísia como acima baptizei o menino Domingos Venâncio filho de Anna Balbina, casada com José Joaquim Rego, a primeira de Potão e o segundo de Pote, mas pressuposto filho de Feliciano Jajaque de Potão, todos índios, ele parecete de seis anos.

Forão Padrinhos: Torquato Possato de Souza Bicalho e madrinha Clemência Barros da Cruz, o primeiro da cidade de Mariana e a segunda de Trindade.

Frei Seraphin de Gorísia missionário apostólico Capuchinho. ³⁴

Nesse exemplar, podemos observar o batizado do nativo Domingos Venâncio aos seis anos de idade, celebrado pelo diretor frei Seraphin de Gorísia apenas um mês após a fundação do aldeamento missionário. Pode-se notar que os padrinhos do nativo, especialmente o padrinho, o senhor sargento Torquato Possato de Souza Bicalho, primeiro professor do aldeamento, era um homem muito próximo dos frades diretores. Entretanto, observando uma seqüência de documentos deste mesmo gênero, questionamos a proximidade entre este e seus compadres nativos, situação que discutiremos em detalhes no capítulo III.

Há nesse registro uma ressalva que assinala uma interferência dos missionários, representantes do “universo civilizado cristão”, recém-chegados, sobre os costumes e valores da comunidade nativa da região. Domingos Venâncio recebe o sacramento acompanhado de sua mãe Anna Balbina, por sua vez, acompanhada de seu marido José Joaquim Rego. Entretanto, registra-se o nome de um pressuposto pai, Feliciano Jajaque, nativo originário da mesma tribo de Anna Balbina.

Lendo os detalhes do documento de batismo do menino Domingos Venâncio, podemos verificar o esforço de edificação da família monogâmica cristã, idealizada

³⁴ Segundo registro de batizado encontrado na primeira página do livro de batismos da Paróquia Nossa Senhora dos Anjos na cidade de Itambacuri. Consultado em agosto de 2006.

pelos missionários capuchinhos na região do Mucuri. Ao ressaltar o nome do pressuposto pai, Feliciano Jajaque, o diretor frei Serafim destaca a responsabilidade da educação mediante a paternidade biológica e deixa latente a falta de legitimidade do filho mediante os cônjuges que procuram o sacramento do batismo para ele.

Assim, no segundo batizado de uma série desse sacramento realizado no aldeamento de Itambacuri, podemos observar o propósito de intervenção direta dos padres capuchinhos nos hábitos e costumes do nativo. Formalizou-se a partir de então, expressões como “filho natural” e “filho legítimo”, utilizadas nos registros de Itambacuri com freqüência, para exortar a qual condição moral se encontrava o nativo recorrente aos sacramentos católicos. Além de deixar em registro a procedência dos filhos, era necessário fazer com que os homens nativos da região associassem a prática da poligamia, muito difundida na região, ao pecado e ao desrespeito à religião à qual estavam “recém-convertidos”.

A poligamia, um dos hábitos mais arraigados entre os povos, era admitida normal e persistentemente na maioria das tribos mineiras. “... Os Coroados, dizia, com oportunidade, Marlière, em 1826, estão se christianizando há 60 annos, e ainda achei polygamia entre eles...” (56). Contudo, a mitigá-lo, aceitava-se no mundo selvagem de Minas que a primeira mulher de um indígena tivesse certa ascendência sobre suas outras mulheres. De qualquer modo, porém, não se tolhia o desregramento masculino e não escapavam os homens das conseqüências da posse de várias mulheres: cansaço físico, indolência, explosões de ciúme, agressividade anormal, hábito de furtar para satisfazer o sustento das diversas concubinas.³⁵

No combate à poligamia, os aldeadores capuchinhos lançaram mão da sacralização da união entre o homem e a mulher, para difundir a idéia de que o casamento religioso e a fidelidade conjugal eram garantia de um galardão celestial

³⁵ JOSÉ, Oilian. *Os indígenas de Minas Gerais: Aspectos sociais, políticos e etnológicos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965. p. 95 - 96.

eterno. Por isso mesmo, logo após a inauguração da missão em Itambacuri, os padres capuchinhos se apressaram na distribuição dos sacramentos, tanto quanto possível, realizando casamentos entre os nativos que afluíam de regiões diversas para receberem as bênçãos do matrimônio.

Nos primeiros anos da missão em Itambacuri, essas celebrações aconteceram na maioria das vezes em rituais coletivos, que oficializavam a união entre vários cônjuges nativos de uma só vez. Entre os anos de 1873 e 1876, encontramos em Itambacuri 84 registros de casamentos realizados em 23 celebrações; portanto, grande parte dos casamentos do aldeamento, nesse período, se deu em cerimônias coletivas, conforme podemos verificar nos documentos.

A maior parte dos matrimônios solenemente celebrados no aldeamento de Itambacuri, nesses três primeiros anos, envolveu cônjuges nativos que passaram a viver no aldeamento, ou que, mesmo habitando as florestas próximas, estabeleceram “boas relações” com os missionários capuchinhos, “recorrendo” aos sacramentos. Em relação à natureza étnica dos primeiros matrimônios realizados em Itambacuri, ressaltamos que esses foram realizados primeiramente entre os nativos, sinalizando a “mudança de vida” entre os cônjuges nativos através do ritual católico.

Nesse sentido, temos uma exceção, que foi o já mencionado matrimônio de Félix Ramos e Umbelina Paóc. O primeiro casamento realizado em Itambacuri foi também a primeira união inter-étnica celebrada pelos frades capuchinhos no aldeamento.

Aos vinte dois de junho de mil oitocentos e setenta e três, eu Frei Seraphin de Gorísia, Missionário Apostólico Capuchinho, tendo prometido os três pregões exigidos e não achando nenhum impedimento canônico: passei a

casar solenemente por palavras de mútuo consenso a moradores de Nossa Senhora dos Anjos do Itambacury, Félix Ramos da Cruz (filho legítimo de Rufino Ramos da Cruz e Teodora do mesmo nome) com Umbelina Pacau (ou Pahoc), filha de Antônio e Justina Pacau, cônjuges indígenas do Itambacury: o que teve lugar nesta capela indígena na presença dos seguintes testemunhas = do Sargento Torquato Possato de Souza Bicalho, Pedro Ferreira da Silva e José Francisco da Silva, com Benção e S Missa conforme ao rito da S. madre Igreja Cathólica Romana.³⁶

O fato de os primeiros casamentos realizados no aldeamento oficializarem as relações entre os cônjuges nativos da região, não significa a preferência desses pela opção dos casamentos entre si, ou um incentivo dos missionários na reprodução da população nativa. Ao contrário, podemos observar o claro incentivo aos casamentos mistos que aliaram os nativos aos brancos, facilitando o processo de atração dos mesmos aos costumes do “homem civilizado”, tão logo isto se tornasse viável no aldeamento.

A exceção no primeiro momento dos matrimônios entre nativos, configurado na união de Félix e Umbelina, por ser uma união inter-étnica, conformava o ideal de matrimônio planejado para o desenvolvimento da missão nas selvas do Mucuri.

Como fruto desses casamentos mistos planejados pelos aldeadores viriam as crianças mestiças, mais fáceis de se educar na fé cristã e mais propícias aos costumes do “mundo civilizado”, estando tão logo, mais aptas ao trabalho. Todavia, o aldeamento ainda em sua incipiente formação, não possuía uma população de homens e mulheres “nacionais” em quantidade suficiente para se darem em matrimônio aos nativos, como aconteceria posteriormente.

³⁶ Primeiro registro de casamento encontrado na primeira página do livro Matrimônios da Paróquia Nossa Senhora dos Anjos na cidade de Itambacuri. Consultado em agosto de 2006.

O Crescimento Populacional do Aldeamento e sua Importância na Política Indigenista Imperial

Ao pesquisar sobre os sacramentos ocorridos, por época, no aldeamento de Itambacuri, nos livros de batismos e casamentos, tornou-se possível, por acaso, a consulta a um outro documento, que também pode revelar informações muito importantes. Trata-se de um livro de recenseamento das famílias que receberam lotes de terras das mãos dos padres diretores do aldeamento. O censo aconteceu em 1912 e registrou 132 famílias residentes em Itambacuri, detentoras de lotes de terras recebidos provavelmente na década de 1880.

Apesar do desamparo oficial e da absoluta escassez de meios pecuniários, Frei Serafim não desanima e, como ele mesmo nos informou, esclarecendo o conteúdo do inventário, tomou uma corajosa medida: Franqueou o território do aldeamento a bons brasileiros que tiveram coragem de se estabelecer naquela vastíssima mata...³⁷

O livro de recenseamento realizado em 1912 traz como título, “Famílias Indígenas que Possuem Lotes de Terras Definitivos”, numa alusão clara aos assentamentos dos grupos nativos da região que convergiam para o aldeamento de Itambacuri, em residência fixa. É curioso observar, entretanto, a “lógica étnica” que se desdobra nesse documento. Ao se fazer um levantamento dos casais que foram agraciados com a doação do lote, encontra-se nesses registros, uma grande incidência do elemento “nacional”.

³⁷ PALAZZOLO, Frei Jacinto de. *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense. P.94.

A partir dessa observação, podemos indagar sobre a relação dos lotes, como um tipo de instrumento facilitador para atração e permanência de novos habitantes na região, uma espécie de prêmio aos grupos de famílias camponesas pobres da região, ou mesmo os flagelados pela seca do sertão da Bahia na época, que se propusessem a dinamizar a obra missionária de Itambacuri.

Todavia, devemos aqui enumerar os benefícios trazidos por esses “flagelados nacionais”, imigrantes do aldeamento, no florescimento da obra missionária. Podemos então, analisar um “trinômio de vantagens” vislumbradas por Frei Serafim, ao franquear essas terras aos corajosos brasileiros que tivessem disposição para laborar nas florestas densas de Itambacuri.

Em primeiro lugar, a vantagem para os aldeadores, pode ser pontuada através da confluência de trabalhadores pobres brasileiros, com braços aptos ao trabalho, que ao desinfestar as terras de suas densas matas, tornavam-se exemplos para o nativo e viabilizavam a produção de grãos na região, quase sempre carente dos recursos governamentais.

Ao saber do aldeamento e da possibilidade de receber um “lote de terras”, os brasileiros despossuídos se “submetiam” a algumas regras básicas da convivência religiosa no aldeamento e contribuições “voluntárias” favoráveis à obra missionária, em troca de terras legalmente concedidas e possivelmente livres dos impostos do Estado brasileiro, já que o aldeamento é um empreendimento subvencionado pelo governo.

Assim, o eco da franquia das terras para cultivo e assentamento em Itambacuri, ressoou longe, e ainda na década de 1880, a população do aldeamento teve um aumento considerável. Configurava-se um período em que a seca assolava o país e o povoado de Itambacuri, rico em águas, tornou-se um recanto propício

para acolher a leva de famílias, vindas do nordeste do Brasil, precisamente Ceará e Bahia, assim como do norte da província de Minas Gerais. Essa população imigrante foi incorporada às obras públicas em andamento e tinha que, por meio próprio, cuidar dos interesses particulares, conferindo ao aldeamento, “ares de progresso”, sonhados por seus diretores missionários.

O trabalho “social” na construção de obras públicas dirigidas pelos missionários, realizado pelos caboclos, retirantes e índios aldeados pode ser, inclusive, concebido como uma “contribuição voluntária”, ainda que não computável na contabilidade do aldeamento, destinada aos administradores da catequese pelos novos povoadores, em retribuição à infra-estrutura anteriormente estabelecida, destinada ao aldeamento dos indígenas.³⁸

A segunda vantagem pode ser verificada no engrossamento da população “civilizada” do aldeamento fato que, constituiu a possibilidade de articular uma rede de sociabilidade fortemente marcada pela influência religiosa católica. Ao conformar a rede social mais densa e dinâmica, em virtude do aumento populacional, especialmente o aumento da população não nativa, torna-se possível para os missionários reafirmar os valores e preceitos cristãos e, através da intensa repetição dos rituais católicos, formar um “caldo cultural” capaz de diluir paulatinamente os valores e crenças dos nativos aldeados.

Em terceiro lugar, os padres missionários se beneficiaram da situação utilizando ainda com mais eficácia a presença dos imigrantes que afluíram para Itambacuri, através do incentivo ao enlace matrimonial entre esses e os nativos do aldeamento e da região. Os imigrantes, apesar de trazer de longe seus costumes

³⁸ MATTOS, Izabel Missagia de. *CIVILIZAÇÃO E REVOLTA: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas*. Edusc, Bauru. 2004. P 391.

peculiares, aproximavam-se muito mais do “ideal civilizado” proposto pela missão cristã do que os nativos.

Assim, os retirantes, ao unirem-se aos nativos, facilitavam significativamente a incursão do trabalho missionário sobre a vida dos mesmos. A composição das famílias inter-étnicas viabilizava a estruturação de um novo “tecido social”, atingindo direta e indiretamente, a “família selvagem”. O nativo em união com o “branco civilizado”, era submetido a uma larga flexibilização de seus hábitos, costumes e crenças, abdicando dos mesmos e curvando-se a um aprendizado integral dos costumes mais cotidianos.

Uma vez sacramentado, o nativo não perdia sua condição de homem da selva, sendo assim identificado pelos companheiros “selvagens” em situação mais ou menos distante dos “costumes civilizados”, tornando-se modelo e, ao mesmo tempo, um elo que viabilizava a transposição da “selvageria” à “civilização”. Por essa ótica podemos observar uma onda expansiva do projeto de civilização do homem branco sobre as comunidades nativas na região, fato apreendido da imposição aliada à propagação persuasiva da doutrina religiosa cristã que passou a se apropriar dos nativos para atração e conversão de seu povo.

O acompanhamento etnográfico do processo de sociabilidade instaurado pela catequese do Itambacuri demonstra como os índios considerados “puros” foram demovidos do seu lugar de pessoas integrantes de uma teia sócio-simbólica – representada por sua posição na rede de parentesco nativa, que coube aos missionários desmobilizar, para o lugar de indivíduos isolados, representantes de um passado “remoto”, uma vez que apenas aos mestiços caberia o papel participativo de trabalhar para a “civilização”, de acordo com a ótica operativa da catequese capuchinha.³⁹

³⁹ MATTOS, Izabel Missagia de. CIVILIZAÇÃO E REVOLTA: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas. Edusc, Bauru. 2004. P 400.

O significativo crescimento demográfico do aldeamento de Itambacuri pode ser observado nos registros de batizados e casamentos que ali foram realizados, em sua primeira década de existência, evidenciando um explosivo aumento na recorrência aos sacramentos cristãos distribuídos pelos padres aldeadores. Podemos verificar que, a partir do ano 1882, o registro dessas celebrações tem o cuidado de especificar o grupo étnico do “recorrente” aos sacramentos católicos, preocupação até então desnecessária por se tratar de um aldeamento “indígena” e a prática das celebrações estarem destinadas prioritariamente aos nativos da região.

O fato é que as franquias dos lotes de terras aos brasileiros dispostos ao trabalho, como discutimos anteriormente, produziram os resultados esperados pelos missionários capuchinhos, como podemos analisar nos dados descritos no livro de batismo da Paróquia de Itambacuri e transcritos no quadro a seguir:

*Batizados em Itambacuri por época da distribuição dos lotes de terras*⁴⁰

| Ano | Batizados | Índios | Nacionais | Mestiços |
|------|-----------|--------|-----------|----------|
| 1879 | 18 | | | |
| 1880 | 36 | | | |
| 1881 | 34 | | | |
| 1882 | 118 | 29 | 89 | - |
| 1883 | 107 | 35 | 70 | 02 |

Assim, podemos inferir que o encorpado “caldo cultural”, produzido pelo aumento considerável de indivíduos do “universo civilizado”, foi progressivamente minando a “pureza” da etnia e cultura nativa. Uma estratégia que poderia ser considerada sutil e amena quando comparada à força das armas de fogo que

⁴⁰ Dado catalogado no primeiro livro de registros de batizados do aldeamento de Itambacuri, disponível na Paróquia Nossa Senhora dos Anjos. Agosto / 2006. Entre os anos de 1879 e 1881, os registros não especificam a etnia dos recorrentes ao batismo.

dissiparam completamente comunidades nativas, no período joanino brasileiro, não seria mais danosa para o homem da selva, que passou a ter que “viver sem poder ser índio”.

Do mesmo modo que os demais “estrangeiros”, os imigrantes ingressos naquela zona pioneira, os povos botocudos foram gradativamente transformados em “nacionais”, tendo em vista uma concepção de nacionalidade que exigia o abandono da língua materna e da adoção do código civil brasileiro, identificado ele próprio, com as regras e sacramentos do catolicismo, massivamente ministrados pelos missionários diretores dos aldeamentos indígenas.⁴¹

Obstinados na defesa da causa missionária, os dois frades capuchinhos, freis Serafim e Ângelo, diretor e vice-diretor do aldeamento, driblaram muitas situações adversas à missão, como: carência de recursos financeiros e os inimigos da catequese, além de dificuldades corriqueiras no que tange às relações com os nativos, até que Itambacuri chegasse a uma efervescente vida social de um núcleo proto-urbano.

Reclamações por falta de recursos pecuniários provenientes dos compromissos do governo com o aldeamento e a ambição dos fazendeiros da região sobre a mão-de-obra dos nativos foram realidades constantes nos relatórios de frei Serafim de Gorísia. Mesmo sensível a esses entraves, o aldeamento de Itambacuri obteve crescimento distinto e projeção na província de Minas Gerais, produzindo os novos trabalhadores a partir da miscigenação e disciplina religiosa aos mais “novos nacionais” brasileiros.

⁴¹ MATTOS, Izabel Missagia de. CIVILIZAÇÃO E REVOLTA: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas. Edusc, Bauru. 2004. P 390.

O reconhecimento ímpar conquistado pela catequese de Itambacuri entre os demais aldeamentos da província e do Império foi devido à promoção da mestiçagem concebida com a finalidade de produzir uma raça “mista” e industriosa que, na prática, constituía uma estratégia administrativa para a desarticulação dos botocudos e a conseqüente “desinfestação” de seus territórios de mata, destinados à direção dos capuchinhos.⁴²

Não podemos deixar de identificar a “vitoriosa trajetória” do aldeamento de Itambacuri com a inversão numérica entre nativos e brancos, a partir da década de 1880. É certo que o reconhecimento da eficácia da obra missionária ali desenvolvida e a conquista do respeito pelos capuchinhos diretores entre os políticos do país, estão intimamente associados ao fato de que, nesse aldeamento, a presença dos nativos foi progressivamente passando por uma metamorfose e se descaracterizando. Em Itambacuri, a promoção da mestiçagem foi desde muito cedo estimulada, tornando-se amplamente efetivada; mais tarde, conferindo ao povoado as esperadas características de “civilização”.

Nativos Civilizados: Interesse do Governo, da Missão e dos Fazendeiros da Região.

O processo de “civilização” deslanchado em Itambacuri e a construção de uma nova identidade, livre dos costumes das selvas atenderam prioritariamente aos interesses de duas Instituições consagradas no Brasil imperial: a Igreja e o Estado.

⁴² MATTOS, Izabel Missagia de. CIVILIZAÇÃO E REVOLTA: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas. Edusc, Bauru. 2004. P 390.

Unidos em discurso comum, essas instituições, se apropriaram da fé e dos rituais religiosos como estratégia de subordinação da população nativa do Mucuri. Assim, o governo imperial e os missionários católicos caminharam juntos com o objetivo de fabricar novos homens que fossem cristãos, civilizados, nacionais e produtivos.

Por sua vez, o Estado, ao configurar definitivamente suas fronteiras no século XIX, se via na necessidade de apropriar-se dos recursos produtivos proporcionados pelo país. Seu interesse incidia na articulação de um território ocupado, tributário e homogêneo culturalmente. Nesse sentido, a exemplo das conclusões de Manuela Carneiro da Cunha, podemos afirmar que as preocupações do Estado se pautaram, naquele momento, muito mais pelo interesse nas terras ocupadas pelos nativos do que com o seu aproveitamento como elemento social brasileiro.

Entretanto, havia consciência de que a integração e dinamização industriosa das “terras desertas” do Brasil se esbarravam nas correrias de grupos nativos, existentes em abundância nas florestas densas do Mucuri e, naturalmente, intimidadores das pretensões integratórias do governo imperial.

Da Independência até 1861, a catequese e a civilização dos índios fazem parte das competências do ministério do Império. A 16/02/1861 passa para o ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, pois a questão indígena já era, como vimos, sobretudo uma questão de terras.⁴³

A iniciativa da fundação de um aldeamento indígena nas matas do Vale do Mucuri, por parte do Estado, atendeu a um socorro para a família Otoni e uma elite que colonizava aquelas terras, a partir da Companhia de Comércio e Navegação do

⁴³ Trecho extraído na íntegra da obra de CUNHA, Manuela Carneiro. Legislação Indigenista do Século XIX. Edusp, São Paulo. 1992 p. 14.

Mucuri. Para além do socorro aos colonos da região, estavam os próprios interesses do Estado, uma vez que as terras do Mucuri se encontravam em processo de ocupação e integração nacional retardado, se comparado aos Vales vizinhos, do Rio Doce e do Jequitinhonha.

Assim, o Estado oitocentista regulamentou a catequese e a “civilização dos nativos”, como meio de contemporizar as relações entre “selvagens” e “colonos civilizados”, uma maneira de impulsionar o progresso regional, reafirmando a parceria com a missão católica e preconizando os meios “pacíficos” para a conversão dos “selvagens”. Estado e Igreja, juntos mais uma vez, na questão da catequização e “civilização” do nativo brasileiro.

Desde os tempos de José Bonifácio, a política brasileira discutia os métodos brandos para civilização dos nativos ainda em estado selvagem, recomendando-se a atração e persuasão desses e evitando a força das armas. A idéia de brandura no tratamento ao nativo em estado selvagem está contida no plano de inserção dos mesmos à sociedade brasileira e ao aproveitamento de sua mão-de-obra.

Nesse sentido, o “Regulamento das Missões” aponta as diretrizes do pensamento político oficial indigenista na segunda metade do século XIX no Estado brasileiro. É preciso esclarecer aqui que o Estado não abandonou a idéia de aproveitamento da mão-de-obra dos nativos como meio de desenvolvimento nacional, pelo contrário, até o incentivou, mas seu interesse principal, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, incidiu sobre as terras por estes ocupadas.

O processo de espoliação torna-se, quando visto na diacronia, transparente: Começa-se por concentrar em aldeamentos as chamadas “hordas selvagens”, liberando-se várias áreas, sobre as quais seus títulos eram incontestes, e trocando-as por limitadas terras de aldeias; ao mesmo tempo, encoraja-se o estabelecimento de estranhos em sua vizinhança; concedem-se terras inalienáveis às aldeias, mas aforam-se áreas dentro delas a estranhos; deportam-se aldeias e concentram-se grupos distintos; a seguir, extinguem-se aldeias a pretexto de que os índios se acham “confundidos

com a massa da população”; ignora-se o dispositivo da lei que atribui aos índios a propriedade das terras extintas e concedem-se-lhes apenas lotes dentro delas; revertem-se as áreas restantes ao Império e depois às províncias que as repassam aos municípios para que as vendam aos foreiros ou as utilizem para a criação de novos centros de população. Cada passo é uma pequena burla, e o produto final, resultante desses passos mesquinhos, é uma extirpação total⁴⁴

Assim entendido, o aldeamento de Itambacuri, se tornou um oásis para o governo e para as mentes obstinadas pela missão cristã: por um lado, um espaço sagrado, assim podendo ser considerado, pelo simples fato de contar com a presença constante de dois padres, fato não corriqueiro na época, em pequenos povoados.

Somando-se a isto, é o terreno da expansão da fé cristã, da consecução de novos fiéis ao catolicismo em tempos de expansão protestante, onde a população, desde muito cedo, passou a identificar “desenvolvimento, progresso e bons costumes” com os sacramentos cristãos que só os missionários tinham “poderes” para conferir.

Por outro lado, o aldeamento passou a representar fonte substancial de riqueza, viabilizada pela construção social de uma cidade que, em sua composição, demandava a desinfestação das terras de matas e o expurgo da “gente das matas”, revertendo as terras em produtivas e os nativos, em produtores disciplinados, “inscritos no código civil brasileiro” e comunicando-se através da língua “civilizada”. Colhendo as possíveis vantagens, no campo de seu projeto integratório e econômico, mesmo diante de muitos percalços, o Estado confere “poderes” por longos anos ao diretor capuchinho frei Serafim de Gorísia.

⁴⁴ Trecho extraído na íntegra da obra de CUNHA, Manuela Carneiro. Legislação Indigenista do Século XIX. Edusp, São Paulo. 1992 p. 23.

... Aos 27 de outubro de 1894, o secretário de Estado Francisco Sá nomeou frei Serafim diretor efetivo daquele aldeamento, legitimando-o ante as forças políticas contrárias existentes no município de Teófilo Otoni e consolidando seu papel de colaborador com os interesses do governo estadual na expansão daquela promissora fronteira agrícola e extrativista. Para o posto de inspetor para a terra e colonização foi nomeado, na mesma época, o Dr. Carlos Prates, cuja aliança com os missionários de Itambacuri significou investimentos em projetos de desenvolvimentos na região – principalmente no que diz respeito a aplicação de recursos para a construção de estradas e escolas. A missão revestia-se, assim, de características muito diferentes da época do “pioneirismo” de sua fundação.⁴⁵

Embora já tenhamos apresentado a questão da associação entre a consecução do prestígio pelos frades missionários de Itambacuri, junto aos políticos do Império e mesmo da República, ao “progresso da civilização” em Itambacuri, algumas considerações sobre o tema ainda se fazem necessárias. De fato, a prosperidade do aldeamento esteve atrelada ao caráter cada vez menos indígena que nele se observava. Ao olhar conveniente do governo, pressupunha-se uma integração dos “selvagens” ao setor produtivo brasileiro.

Entretanto, resgatamos aqui esse “conceito de integração” eloqüente entre o setor missionário cristão e o Estado brasileiro, levantando novos problemas que negam a veracidade desse discurso. Poderíamos salientar que, estar integrado, implica estar engajado, o que naturalmente pressupõe liberdade. Liberdade de fazer parte, essa é a concepção que denota integração. Para que haja integração é necessário que exista interação, fato não observado no processo de “civilização” dos nativos de Itambacuri, a exemplo do que aconteceu em todo o país. Assim, para explicar o processo de “civilização” desencadeado em Itambacuri no final do Império brasileiro, reportar-me-ei ao conceito de “inclusão subordinada” discutido por MOURA e Lima (2002), aplicado para a missão jesuítica durante o Brasil colonial.

⁴⁵ MATTOS, Izabel Missagia de. CIVILIZAÇÃO E REVOLTA: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas. Edusc, Bauru. 2004. P 381-382.

Preferimos, ao apontarmos a “questão indígena” na colônia, analisá-la, então, pelo conceito de inclusão subordinada ao da exclusão-conceito generalizante-, como suporte teórico. Isto significa, também, pensarmos na possibilidade de recriação de laços comunitários, de trabalho, de cultura e, fundamentalmente de ações e reações políticas frente aos padrões da dominação. Permite fôlego às culturas, ao mesmo tempo de circularidade e de reprodução de seus próprios padrões, originais ou recriados à necessidade de viver e sobreviver.⁴⁶

Se no caso do aldeamento, exclusão for pensada como sinônimo de afugentamento do grupo, esse conceito não será válido para explicar as relações de sociabilidade tecidas com a chegada dos missionários no Mucuri. Pelo contrário, observou-se a “inclusão” destes no “universo civilizado”. Entretanto, tal inclusão só aconteceu em Itambacuri de forma condicionada, onde a “inserção” dos grupos nativos se pautou mediante o progressivo caminhar da civilização. Isto significa uma reestruturação radical nos “costumes selvagens”, uma total flexibilização de sua cultura, significando que deveriam estar receptivos à consumação de valores sociais básicos, como trabalho, religião cristã, sedentarismo, até às peculiaridades de uma realidade desconhecida, como o uso de talheres, entre outros, próprios do mundo cristão e “civilizado”.

A concepção de civilização é, nesse caso, de consciência unilateral, pensada e conduzida pelo “universo branco” para enquadramento dos elementos nativos, reestruturando-os a uma nova maneira de comportamento social. Igualmente, a missão cristã, grande aliada do projeto de “civilização” almejado pelo Estado Imperial, é outra consciência genuína do “universo branco” que, através da conversão religiosa do nativo, abria campo para sua atração aos “recantos

⁴⁶ MOURA, Ana Maria da Silva; LIMA, Carlos A. M. na obra *Devoção e Incorporação: Igreja, escravos e índios na América portuguesa*. P. 276.

civilizados” e paulatina assimilação dos signos da civilização. Assim, o nativo era “incluído” na sociedade do aldeamento de Itambacuri, desde que se sujeitasse a não seguir costumes de nativos, configurando-se assim, uma “inserção subordinada feita por estratégias pontuais de exclusão”.⁴⁷

Dessa forma, nativos inclusos por subordinação ao “mundo civilizado”, representavam, por si mesmos, fonte potencial de riqueza, desenvolvimento, arroteamento e integração das terras incultas do Mucuri pela ótica do Estado.

Por sua vez, os missionários agregavam o sentimento de conclusão da obra catequizadora daqueles que não conheciam a luz do evangelho e os preceitos da fé que professavam; representavam a consciência de estar com a “missão cumprida”. Em se tratando ainda dos nativos “inclusos” à sociedade produtiva da região do aldeamento, podemos salientar ainda um terceiro elemento, para o qual estes despertavam os interesses: os grandes fazendeiros da região.

Diferentemente da identificação que existiu entre os interesses dos missionários de Itambacuri e o Estado brasileiro, aflorou na região uma relação tensa entre os diretores do aldeamento e os grandes fazendeiros. Esse atrito entre os proprietários pioneiros e os missionários remonta, historicamente, à época da fundação do aldeamento.

Quando chegados à Teófilo Otoni em 1872, os dois missionários foram recebidos na fazenda Liberdade, do capitão Leonardo Esteves Otoni, que, trabalhava suas terras com numerosos escravos e muitos nativos “domesticados” da tribo Poton. Com sutileza e determinação, os missionários envolveram os primeiros nativos, que bem cedo passaram a respeitá-los e a trabalharem juntos, formando grandes plantações. Entretanto, a boa acolhida de capitão Leonardo em poucos

⁴⁷ MOURA, Ana Maria da Silva; LIMA, Carlos A. M. na obra *Devoção e Incorporação: Igreja, escravos e índios na América portuguesa*. P. 273 - 274.

meses evoluiu para um relacionamento mais tenso com os missionários capuchinhos.

Entretanto, o capitão Leonardo, antes tão generoso, começou como dizem, a “encolher a corda”. Não se sabe se enciumado pela grande simpatia e amizade que os padres despertaram nos gentios, ou pela conseqüente valorização das terras devido ao progresso da colônia. Proclamou que por direito de ocupação as terras lhe pertenciam.⁴⁸

Reconhecido por sua perspicácia, frei Serafim, ainda cedo, percebeu o interesse de seu anfitrião e dos fazendeiros da região em estabelecer o aldeamento em suas terras para, tão logo, serem indenizados pelo Império. Com ordens expressas para estabelecer o aldeamento em terras ainda não ocupadas e determinação no cumprimento aos interesses da missão, aproveitou o período de estadia nas terras do capitão Leonardo para ganhar a confiança dos nativos e realizar expedições para conhecimento geográfico da região, especulando sobre o melhor lugar para se fundar o aldeamento. Conquistada a admiração dos primeiros nativos com os quais fez contato, ganhou-lhes a amizade e, através deles, chegou ao local que julgou ser o mais apropriado para o estabelecimento do aldeamento missionário.

As tensões incipientes dos tempos da fundação do aldeamento ganharam contorno a partir de seu desenvolvimento e eficácia na atração do nativo e aproveitamento de sua mão-de-obra nos múltiplos trabalhos engendrados no aldeamento. Outro fator que involuntariamente animou o desafeto dos fazendeiros da região em relação aos diretores missionários foi o fato de Itambacuri atrair uma leva de nacionais pobres que, em detrimento de suas fazendas, corriam para o aldeamento em busca de terras agricultáveis, e lá as encontravam. Verifica-se

⁴⁸ CULTRERA, Samuele. *Entre os Selvagens*. Trad: PEREIRA, Teodolindo A. Silva. BDMG Cultural, 2001. p. 51.

então, uma disputa por mão-de-obra de ambas as partes, que foi muitas vezes deslocada para outros problemas.

No discurso missionário encontramos acusações como seduções, perversões, entre outras identificações malévolas que levaram frei Serafim a oficial relatório ao governo para que se tomassem providências contra os fazendeiros da região. Na retórica dos fazendeiros, observamos denúncias de ditadura escancarada em Itambacuri, de desperdício dos recursos públicos, da falta de índios para “civilizar”, entre outras.

Representados no cenário político de Teófilo Otoni por alguns vereadores e por alguns políticos influentes, os ricos proprietários não pouparam os diretores de Itambacuri. Entre os problemas apontados, observamos a acusação de despotismo por parte do diretor frei Serafim, que chegava a manter encarcerados homens que desobedeciam as suas leis supremas, sem o devido julgamento.

Em uma ata de reunião da Câmara Municipal de Teófilo Otoni, deparamo-nos com uma assembléia em que os vereadores levantavam o propósito de “emancipar o aldeamento e livrá-lo da ditadura dos seus atuais diretores que proíbem a intervenção das autoridades e dessa câmara no referido aldeamento, impedindo a arrecadação de impostos”.⁴⁹

Entre acusações e falácias, apesar de não terem conseguido destituir os diretores do cargo, ou emancipar o aldeamento, o fato é, que por vezes, esses grandes fazendeiros de Teófilo Otoni chegaram a abalar a credibilidade dos missionários frente ao governo, inclusive proporcionando veto de verbas. Todavia,

⁴⁹ Ata de reunião da Câmara Municipal de Teófilo Otoni. Apud. MATTOS, Izabel Missagia de. CIVILIZAÇÃO E REVOLTA: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas. Edusc, Bauru. 2004. P 379.

esta tensão entre fazendeiros e missionários dificilmente deixa entrever claramente seu mais agudo motivo: a disputa entre eles pela mão-de-obra dos nativos aldeados.

Frei Samuel Cultrera, frade missionário italiano que chegou como reforço aos já velhos diretores, freis Serafim e Ângelo, passou pouco tempo entre os missionários de Itambacuri; por ser sensível ao clima era facilmente acometido de moléstias, tendo, pois de abandonar a causa missionária e retornar para a Itália, onde escreveu a obra *“Entre os Selvagens”*, mais tarde, traduzida pelo itambacuriense, Teodolindo A. Silva Pereira.

Analisando os textos ofensivos e defensivos a respeito das hostilidades entre os ricos fazendeiros da região e os diretores do aldeamento, é na apaixonada narrativa de frei Samuel que podemos verificar claramente o interesse de ambos os segmentos no litígio pela mão-de-obra dos nativos “incluídos” na população produtiva do aldeamento.

Queriam que aquelas centenas de braços ficassem sob seu domínio de escravagistas, que fossem trabalhar para eles e não para a missão de Itambacuri, onde recebiam tratamento humano e educação cristã ao lado da proteção contra a desenfreada exploração exercida por alguns civilizados. Esses indivíduos, acreditando-se prejudicados, falavam continuamente dos padres, inventavam infinitas histórias hediondas que eram contadas em clima de desconfiança. Assim, influenciavam com seu prestígio político as autoridades, para que tirassem aquela pedra de seus sapatos.⁵⁰

Ao relatar que os fazendeiros desejavam que os nativos fossem trabalhar para eles, em vez de trabalharem para o aldeamento, frei Samuel, que acompanhou em detalhes as narrativas sobre esses fatos, diretor frei Serafim sobre esses fatos, deixou transparecer a importância conferida aos braços nativos, não só pelos fazendeiros da região, mas também pelos missionários de Itambacuri.

⁵⁰ CULTRERA, Samuele. *Entre os Selvagens*. Trad: PEREIRA, Teodolindo A. Silva. BDMG Cultural, 2001. p. 51.

Considerando que o período enfocado perpassa o progressivo processo de abolição da escravidão, os trabalhadores nativos já “domesticados” pela missão se apresentavam como uma medida paliativa ao problema da falta de mão-de-obra regional. Assim, esporadicamente, os fazendeiros da região começaram a aliciar, da maneira que podiam, os nativos para suas empreitadas.

Procurando atingir o “calcanhar de Aquiles” dos nativos, o gosto pela cachaça, para obtenção de eficiência de seu intento. Essa prática logo se difundiu entre os fazendeiros da região, inquietando os diretores do aldeamento. A preocupação dos missionários com a evasão de nativos já “civilizados”, residentes no aldeamento, pode ser encontrada em relatório de frei Serafim de Gorísia, de setembro de 1879, à autoridade competente do Império.

“O maior entrave que tem impedido melhores resultados de cultura e civilização dos índios, provém quase sempre das seduções de fora, por uns perversores brasileiros, que os chamam ao trabalho de poucos dias em épocas mais úteis, a troco de aguardente, ficando eles depois na mata por muito tempo, antes de entrarem outra vez no aldeamento, e quando regressam voltam depravados e doentes e com muitas aleivosias por conselhos maus que recebem de fora. Isto acontece porque esta mata virgem lhes fornece muita caça e mais víveres e porque muitas vezes falta à autoridade local a necessária energia e boa vontade para conosco, e uma lei mais apropriada e conveniente ao país, que sabiamente ajude os índios”.

⁵¹

Nos períodos em que os recursos governamentais demoravam a chegar nos cofres do aldeamento, a prática do racionamento se efetivava e o nativo, ainda de espírito imediatista, próprio da vida nômade, era o primeiro a se ressentir pela falta de brindes na compensação de seus trabalhos e comportamento adequado aos

⁵¹ Relatório de frei Serafim de Gorísia. Apud. PALAZZOLO, Frei Jacinto de. *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense. P.94.

padrões da missão. Muitos deles, já acostumados às ferramentas e aos bens materiais do “universo civilizado”, aproveitam-se do “alto conceito” de sua mão-de-obra, disputada entre os dois grupos, oscilando entre um e outro, em busca de maiores benefícios.

Os insultos veladamente trocados entre missionários e fazendeiros, somado a outras nuances que se configuraram em problemas de ordem financeira, social, cultural e religiosa ao longo da existência do aldeamento de Itambacuri, contribuíram para acirrar a disputa pela mão-de-obra dos nativos. Para além das dificuldades de atração dos nativos ao aldeamento estavam as condições de sua permanência, uma vez que sua força produtiva era de interesse dos missionários capuchinhos, assim como também dos grandes proprietários rurais das adjacências de Itambacuri.

CAPÍTULO II

SACRAMENTOS CATÓLICOS: UM MEIO EFICAZ DE SUBORDINAÇÃO DA CULTURA NATIVA AO “UNIVERSO CIVILIZADO”

Sacramentar é, segundo as normas do catolicismo, documentar um compromisso assumido. Assim, ao ingressar na religião cristã através dos sacramentos, o nativo se comprometia com os novos padrões religiosos, sendo imprescindível uma adaptação de sua cultura às novas exigências desses padrões religiosos. Podemos dizer que o sacramento é o início da oficialização da integração do homem da selva à fé cristã. Em outra perspectiva, ainda poderíamos entendê-lo como o desfecho de um processo de sedução, conquista, integração e acordo, onde cada um dos grupos, missionários e selvagens, após vislumbrarem diversas possibilidades de sobrevivência, pactuaram-se através dos sacramentos católicos

tornando-se um ícone de cordialidade e alternativa de convivência, regra facilmente observada na composição social construída no aldeamento de Itambacuri.

Sobre as relações dos nativos da região do Vale do Mucuri com os colonos civilizados e principalmente com a religião cristã, concordo com MATTOS (2004) quando diz “identificar no pensamento ameríndio ‘uma abertura para o outro’, fundante no dualismo que caracteriza sua organização sociocsmológica e anterior à colonização”. Assim, os símbolos do catolicismo, como os sacramentos e festas religiosas, causavam impacto e despertavam grande interesse nos povos indígenas, fato observado pelo alemão J.J. Von Tschudi antes da fundação do aldeamento de Itambacuri.

Um grande número de botocudos no Mucuri é batizado, ou seja, eles foram borrifados com água benta por um padre católico mas não têm a menor noção da religião cristã. Frequentemente as índias trazem suas crianças para serem batizadas em Filadélfia para receberem lá também um presente de batizado.⁵²

É natural que tenha havido uma modificação nas perspectivas do nativo borrifado pela água benta e do padre católico que o batizou após a fundação do aldeamento de Itambacuri. Os sacramentos religiosos estiveram, a partir da criação desse aldeamento, ligados intimamente às questões culturais de um e outro grupo, organizando uma nova teia de sociabilidade para o homem civilizado e para o nativo. No aldeamento, ao sacramento segue-se um contato constante entre os missionários aldeadores e os nativos que recorreram ao expediente desses sacramentos; daí, observamos um conjunto cultural em constante metamorfose.

⁵² TSCHUDI, 1971 [1866]: 267 Apud: MATTOS, Izabel Missagia de. *CIVILIZAÇÃO E REVOLTA: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas*. Edusc, Bauru.2004.P 299 - 300

Nesse novo centro proto-urbano, tornou-se comum a prática constante dos rituais católicos e uma narrativa que privilegiava os ícones da cultura dos civilizados frente aos selvagens, ícones que, na concepção do homem brasileiro do século XIX, simbolizavam uma transformação cultural muito positiva na vida do homem das selvas do Mucuri.

Mas o novo processo não se esgota na reiteração dos esquemas originais: há um plus estrutural de domínio, há um acréscimo de forças que se investem no desígnio do conquistador emprestando-lhe às vezes um tônus épico de risco e aventura. A colonização dá um ar de recomeço e arranque a culturas seculares.⁵³

Poderíamos mesmo inferir que os colonizadores do Vale do Mucuri, tiveram a clara intenção de potenciar os elementos da cultura luso-brasileira como valores universais para a vida humana frente às populações originárias. As relações de poder, as estruturas política-econômicas se reproduziram na selva, se misturaram aos símbolos existentes na cultura indígena e, pela força da repetição, acabaram por gerar a possibilidade de alteração em longo prazo na composição cultural dos nativos do Mucuri, como discutiremos adiante. Está inexoravelmente ligada a essa metamorfose cultural dos selvagens do Mucuri a mestiçagem incentivada e conseguida neste aldeamento, propiciadora de hibridismo cultural, da permanência de alguns símbolos, alteração e construção de novos símbolos.

É na riqueza da simbologia do catolicismo que os padres capuchinhos, Frei Serafim e Frei Ângelo, diretores do aldeamento, encontraram acesso para incursão na vida dos nativos da região, obtendo grande sucesso na obra missionária de Itambacuri. Retomando a afirmativa de MATTOS (2004), há no pensamento do

⁵³ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 4 ed. Companhia das Letras. São Paulo, 1992.

homem selvagem “uma abertura para o outro”, abrindo espaço para que esta riqueza simbólica apresentada pelos missionários seja um princípio de identificação entre eles e os grupos nativos, e motivo de aproximação para a leitura e reconhecimento dos símbolos:

Todo comportamento humano se origina no uso de símbolos. Foi o símbolo que transformou nossos ancestrais antropóides em homens e fê-los humanos. Todas as civilizações se espalharam e perpetuaram somente pelo uso de símbolos... Toda cultura depende de símbolos. É o exercício da faculdade de simbolização que cria a cultura e o uso de símbolos que torna possível a sua perpetuação. Sem o símbolo não haveria cultura, e o homem seria apenas animal, não um ser humano... O comportamento humano é o comportamento simbólico. Uma criança de gênero homo torna-se humana somente quando é introduzida e participa da ordem de fenômenos superorgânicos que é a cultura. E a chave deste mundo, e o meio de participação nele, é o símbolo.⁵⁴

Considerando a diversidade simbólica difundida no aldeamento de Itambacuri, cuidamos nesse estudo especificamente de dois sacramentos católicos, o batismo e o casamento, amplamente distribuídos desde a chegada dos capuchinhos às terras do aldeamento. Se identificamos o nativo regional como um interessado pelos costumes de sociedades alheias, podemos também ressaltar a maneira como isto foi aproveitado pelo colonizador ao longo da construção da relação entre eles e os indígenas em todo o continente americano, como meio de persuasão à cultura das populações pré-colombianas. Assim, compartilhar com os civilizados de seus símbolos, a princípio não pareceu aos nativos um ato de submissão, pelo contrário, pode ter significado um ato de liberdade; encontravam nessa comunhão simbólica uma forma de adentrar num novo mundo com novas experiências.

⁵⁴ WHITE, Leslie. Apud: LARAIA, Roque de Barros. CULTURA: Um conceito Antropológico. 19 ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2006.

Por outro lado, o homem branco em seu intento colonizador e missionário, com prévio conhecimento da realidade cultural do nativo do Vale do Mucuri no século XIX, tinha posições e estratégias mais rígidas e objetivos bem definidos quanto ao contato com o homem da selva. As relações da sociedade civil no entorno do aldeamento refletia os interesses do Estado e da Igreja, quanto à convivência com o nativo. Nesse momento, nos deteremos aos objetivos da Igreja que, na realização de seu ideal missionário, foi utilizada como instrumento de difusão da cultura lusa na conformação do sentimento de nacionalidade e integração das terras do Mucuri infestadas pelas populações originárias, interesses nítidos do Estado brasileiro.

Não resta dúvida que grande parte dos padrões culturais de um dado sistema não foram criados por um processo autóctone, foram copiados de outros sistemas culturais. A estes empréstimos culturais a antropologia denomina difusão. Os antropólogos estão convencidos de que, sem a difusão, não seria possível o grande desenvolvimento atual da humanidade.⁵⁵

Assim, os missionários de Itambacuri cuidaram de conseguir fazer com que os nativos do aldeamento aprendessem o significado dos mais variados símbolos cristãos. Ao mesmo tempo em que essa difusão cultural enriquecia o nativo com novas experiências, ela também o limitava por cercear a prática e o empréstimo dos símbolos de sua cultura, e é nesse sentido que afirmamos estar os missionários, ou mesmo os brasileiros leigos do aldeamento, com objetivos bem definidos quanto ao contato com os nativos.

⁵⁵ LARAIA, Roque de Barros. CULTURA: Um conceito Antropológico. 19 ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2006.

Entre missas, novenas, terços e procissões, práticas comuns a um aldeamento católico, naturalmente seria inevitável o acontecimento de práticas do xamanismo nativo, que burlavam os regulamentos missionários. Se considerarmos que a difusão cultural e a troca de experiências são inerentes ao contato de seres humanos, poderíamos afirmar que nesse caso aconteceu uma troca desproporcional, onde se verificou um esforço substitutivo dos rituais nativos pelos cristãos, ficando estes rituais da cultura do selvagem do Mucuri relegados à condição de marginalidade social. O entendimento do sentido dos signos sagrados do cristianismo e sua adesão poderiam representar para o nativo uma maneira de romper com sua nova condição de marginalizado frente ao universo cultural branco.

Assim, decodificar o sentido e a importância de um símbolo do catolicismo poderia ter diferentes significados para os atores envolvidos no processo missionário. Para o nativo, o conhecimento do que é novo, um enriquecimento de sua cultura; para o missionário, um instrumento útil de dominação, pelo uso desses ícones simbólicos como meio de subordinar a cultura do homem das selvas do Mucuri ao universo cultural civilizado católico. Como nos referimos acima, o colonizador das terras do Mucuri, ao entrar em contato com os nativos, já tinha bem definido o intuito dominador que tornava a relação entre selvagem e civilizado desigual. Esse “processo colonial impedia que a aculturação simbólica se fizesse livre, lisa e horizontalmente sem desníveis e fraturas de sentido de valor” (BOSI 1992).

Nessa relação desigual, tornou-se farta a riqueza simbólica do catolicismo brasileiro e paulatinamente esparsas as manifestações culturais e religiosas da “família botocuda” no Vale do Mucuri no século XIX. Poderíamos comparar aqui, a apropriação dos símbolos do catolicismo utilizados pelos missionários capuchinhos

como meio de persuadir culturalmente o nativo de Itambacuri às relações estabelecidas entre os missionários jesuítas e os tupi-guaranis durante longo período colonial no Brasil, quando se observou o esforço jesuíta em substituir as cerimônias da população nativa “por uma liturgia coral e pinturesca que se desdobrava em procissões e vias-sacras nos adros dos templos”.

Nessa linha de mediações tangíveis, a catequese do Brasil valorizou, quanto pode, a prática dos sacramentos, sinais corpóreos da relação entre os homens e Deus. E, ao lado da linguagem simbólica do pão e do vinho (a Eucaristia), da água (do Batismo), do óleo (da Confirmação ou Crisma) e dos corpos (o Matrimônio), difundiam-se veículos modestos, mas constantes, os objetos ditos sacramentais, como o incenso e a água benta, as relíquias, as medalhas, os rosários e terços, os santinhos, os escapulários, os círios e os ex-votos, um sem-número de signos que tornavam acessível a doutrina ensinada aos índios e negros da colônia.⁵⁶

Portanto, discutiremos nesse capítulo o uso desses símbolos que matizaram uma nova estrutura social no aldeamento de Itambacuri, principalmente através dos batizados e casamentos, eixo central desta nova rede de sociabilidade estabelecida. Se por um lado havia uma série de objetos que tornava possível a fé se materializar diante dos olhos do nativo aldeado ou freqüentador de Itambacuri, por outro lado, os sacramentos habilitavam estes a participarem da vida religiosa do aldeamento e traziam a concepção de moral e bons costumes. De fato, os símbolos foram um meio de atrair e sensibilizar o homem da selva, que passou a consumir esta nova rede de sinais e ícones, como recurso para sua valorização diante dos missionários e da população civilizada do aldeamento.

Casamentos mistos como meio de inserir os signos da civilização na vida cultural do nativo.

⁵⁶ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 4 ed. Companhia das Letras. São Paulo, 1992.

Ao pesquisarmos sobre a riqueza simbólica do catolicismo disseminada pelos aldeadores capuchinhos em Itambacuri, reconhecemos a importância de todos os signos envolvidos no processo de catequização e transculturação do nativo. Como apontamos anteriormente, essas formas materiais instigadoras de reverência à divindade cristã permearam as relações dos botocudos, conforme podemos observar nessa descrição anterior à fundação do aldeamento de Itambacuri.

As idéias confusas que têm da divindade parecem bebidas nas conversações de alguns que entendem o português, e tem ouvido a diversos missionários... Vi diversas sepulturas onde enterravam alguns de seus mortos. Todas estão ornadas com a cruz da redenção, e observei com religiosa atenção a passagem de alguns por junto daquela mansão de seus finados. Todos faziam genuflexão perante a cruz, e voltando-se depois para a sepultura, uns davam sua bênção, outros pediam-na, outros saudavam simplesmente, conforme o parentesco e relação que tinham com o morto.⁵⁷

Entre essa riqueza simbólica que inspirava, convidava e muitas vezes confundia os novos adeptos do catolicismo, destacaremos a eficácia do matrimônio misto como meio de se chegar ao universo cultural das populações originárias, criando a possibilidade de uma reprodução biológica que desestruturaria o fenótipo nativo, reconhecidos no século XIX pela população colonizadora do Mucuri como “índio puro”, inapto ao trabalho e de pouca inteligência para se amoldar às normas do mundo civilizado. Assim, esses casamentos inter-étnicos, que envolviam brancos pobres acolhidos de ondas migratórias e os nativos das diversas tribos do Vale do

⁵⁷ OTTONI. 1859. Apud. MATTOS, Izabel Missagia de. *CIVILIZAÇÃO E REVOLTA: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas*. Edusc, Bauru.2004.

Mucuri que convergiam para o aldeamento de Itambacuri, pareceram uma solução em médio prazo nessa empreitada de desarticulação da cultura da população nativa.

A prática dessas uniões envolvendo nativos da região e brancos tornaram-se comuns, sendo abençoadas pelos padres missionários de Itambacuri e respaldadas pelo governo brasileiro que vislumbrava a possibilidade da transformação do “índio puro”, com toda sua carga depreciativa em uma “raça” industriosa, elemento viabilizado por esses casamentos geradores da mestiçagem desejada.

No dia dezessete de julho de mil oitocentos e oitenta e sete conferi o s. sacramento do matrimônio a José Ferreira dos Santos, filho de João Ferreira dos Santos e Delphina Rodrigues com Carolina Calú, filha natural da índia Justina Luiza, tendo sido testemunhas Pedro Pereira da Conceição e Rosa Esteves da Conceição, moradores do Itambacury.

Fr. Serafim de Gorisa.⁵⁸

O exercício de dominação de uma cultura sobre outra não se dá de forma singela, pelo contrário, é através de ideais e estratégias sofisticadas que isso se torna possível. Para dominar é preciso criar clichês e ensinar a quem se quer dominar a fazer a leitura desses pseudônimos invariáveis. Referimos, nesse caso, ao velho costume católico de legitimar ou não a existência do ser humano. Frei Serafim de Gorísia, ao documentar o matrimônio do brasileiro José Ferreira com a nativa Carolina Calú, deixou entrever a redenção da nativa Carolina Calú, que se casava corretamente sob os princípios da Santa Igreja Católica, diante da realidade de pecado de sua mãe, que teve a filha fora das normas sagradas do sacramento

⁵⁸ 22º casamento ocorrido em Itambacuri no ano de 1887. Registrado no primeiro livro de casamentos do aldeamento, indicando à esquerda superior do texto a expressão mestiço para esclarecer que a união se dava entre um brasileiro e uma índia.

católico do casamento, esclarecimento latente na informação de que Carolina seria uma “filha natural”.

A expressão “filha natural” deveria soar como um código indicativo de algum erro, alguma situação que relegasse o indivíduo à condição de pecado; para isso, era necessário fazer com que o nativo entendesse o significado dessa expressão. Contrapondo-se a essa condição pecaminosa, encontramos entre diversos assentamentos a expressão “filho legítimo”. Assim, os clichês, “filho natural” e “filho legítimo”, passaram a ser utilizados com freqüência nos assentamentos de batismos e casamentos e seriam mais um, entre os novos valores agregados pelos nativos da região na consumação de novos costumes culturais em substituição aos seus. Tornou-se fundamental para a boa convivência do nativo no aldeamento entender que filho natural é aquele que nasce fora da instituição do sacramento católico do matrimônio; principalmente, compreender que essa condição denota pecado. Entretanto, havia possibilidades de libertação desse pecado através dos casamentos religiosos católicos e a introspecção do modelo de família monogâmica implementado pelos frades capuchinhos em Itambacuri.

Naturalmente essas uniões, desde sua gênese, concebidas no altar da Igreja Nossa Senhora dos Anjos, indicavam uma relação vertical, onde os valores culturais nativos eram sobrepujados pelos valores ditos civilizados. Contudo, não podemos deixar de registrar que essas celebrações mistas habilitavam os cônjuges a uma mediação, capaz de possibilitar de alguma maneira o rompimento da estranheza cultural de ambos os lados, onde em princípio pretensamente as duas partes poderiam sair beneficiadas, fato que discutiremos adiante.

Há uma lacuna na historiografia brasileira quanto à apresentação de dados e discursos sobre os casamentos mistos que aliaram nativos e brancos. Por isso, nos

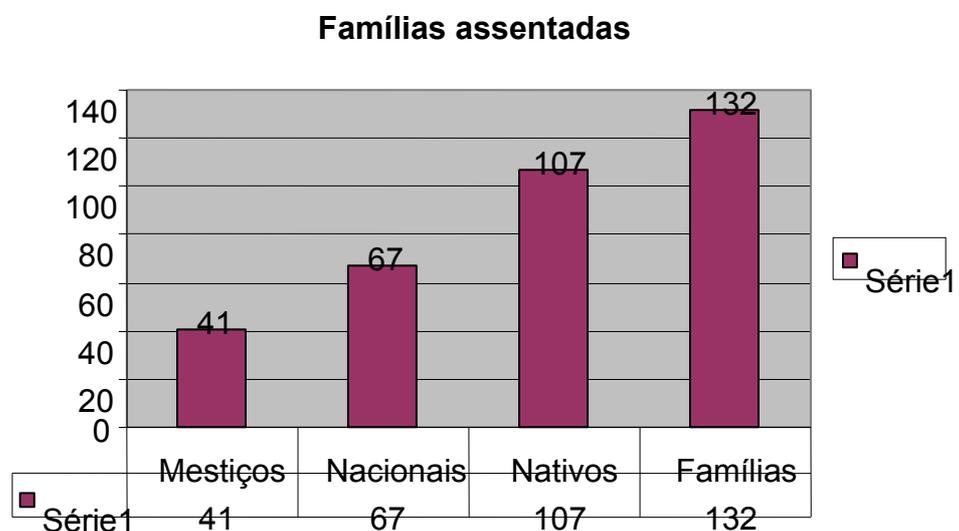
prendemos quase que especificamente a nossa fonte primária de pesquisa, os assentamentos de matrimônios do arquivo da Paróquia Nossa Senhora dos Anjos de Itambacuri. Neles observamos que, nos primeiros anos do aldeamento, os nativos da região casavam-se entre si, isso porque a presença escassa do branco colonizador não permitia disponibilidade para a aproximação entre eles e os nativos aldeados, não sendo possível, naquele momento, cumprir o ideal missionário capuchinho da mestiçagem. Essa ausência ou quase ausência da mestiçagem no período inicial do aldeamento se deve ao pequeno número de civilizados de que dispunha Itambacuri, onde representantes de uma elite social ou envolvidos na administração do aldeamento, não se sujeitavam ao matrimônio que aqui chamamos de misto.

Ao observar esses assentamentos de matrimônios de Itambacuri, podemos observar que é a partir do ano de 1882, nove anos após a fundação do aldeamento, que os brancos civilizados, chamados nos registros de “nacionais”, começam a se unir em matrimônio com os nativos aldeados em Itambacuri e tribos adjacentes. É curioso observar como esta entrada dos nacionais nas relações sociais e familiares daquele aldeamento aconteceu de forma massiva. O número de cônjuges ditos nacionais, registrados em casamentos no ano de 1882, tornou-se muito superior ao número de nativos, e esta lógica da superioridade numérica poderá ser observada nos anos seguintes, numa progressão geométrica. Os casamentos passaram a envolver a cada ano um número maior de nacionais e, progressivamente, foram se extinguindo as uniões onde os dois cônjuges fossem nativos.

Uma explicação para tal fato pode ser buscada no livro de recenseamento das famílias indígenas, encontrado nesse mesmo arquivo da Paróquia Nossa Senhora dos Anjos e já apresentado no primeiro capítulo. O objetivo do censo

realizado em 1912 era prestar conta de quantas famílias indígenas haviam recebido lotes de terras definitivamente para se fixarem no município de Itambacuri. Além de listar o nome dos integrantes das famílias beneficiadas com os lotes de terra, preocupou-se também em especificar a ascendência étnica dessas famílias. Embora o livro traga como título “Famílias Indígenas que Possuem Lotes de Terras Definitivo”, observamos que há um número maior de nacionais e mestiços assentados nestes lotes do que o número de “índios puros”.

Gráfico 2



Ao fazermos um cruzamento entre os dados observados no livro de recenseamento ocorrido no ano de 1912, expressos no gráfico 2 e os assentamentos dos livros de matrimônios de Itambacuri, poderíamos definir a doação da terra feita pelos missionários como meio de atração dos nacionais pobres migrantes que se assentavam no aldeamento de Itambacuri. Sendo o objetivo da missão a transformação do nativo em um homem sedentário e industrioso, sua fixação e possibilidade de produção e contribuição econômica aos cofres do aldeamento seriam viabilizadas pela união com esses migrantes pobres que, por sua vez, em grande parte, mostravam-se interessados em benefícios como terras e estruturas para o trabalho em suas propriedades, proporcionadas pelos missionários quando estes se davam em casamento com o nativo.

Depois que a Assembléia provincial nada decretou a favor da catequese para o próximo futuro exercício 1877 – 1878 e, em vista da falta de meios pecuniários, tendo decorrido dez meses sem que aqui se soubesse se este aldeamento ainda tinha ou não de receber alguma quantia relativamente às consignações deste exercício: julgou-se aqui, por melhor expediente, para não ver perdido o fruto da missão, de deixar entrar bons brasileiros, que tenham coragem para morar na vastidão desta mata virgem, e para descampar juntamente com os indígenas, suprimindo eles a frouxidão dos mesmos e auxiliando-se pois, reciprocamente, na lavoura, no mais com certeza de que só assim há de aqui se conseguir um rápido progresso na cultura e na aliança entre eles auxiliada pela catequese, mui notável aumento de braços úteis ao país, estabelecendo uma grande povoação neste lugar até agora encoberto, mas de muitas e certas esperanças futuras.⁵⁹

⁵⁹ Frei Serafim de Gorísia. Aud. PALAZZOLO, Frei Jacinto de. *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce*. 3 ed. São Paulo: Brasiliana

Torna-se claro que essas uniões entre os nativos do Mucuri e os brasileiros, reconhecidos como nacionais nos assentamentos, não sugerem espontaneidade e tão pouco se configura em livre arbítrio por parte dos cônjuges nacionais ou nativos; pelo contrário, há um tom de manipulação que converge para a satisfação dos interesses ideológicos, postos pela Igreja e pelo Estado.

Observa-se uma troca, onde os benefícios se estenderiam aos dois grupos envolvidos, segundo os interesses missionários. Por sua vez, o trabalhador pobre era contemplado com terras e insumos para o trabalho, ganhava reconhecimento dentro da obra missionária e se tornava uma referência dentro da organização familiar; ao lado do catecismo católico, exerceria grande influência na família, bons motivos para sua adesão a esses matrimônios mistos. Por outro lado, o nativo ganhava a condição de pertencer ao grupo civilizado com menores restrições, conforme discutiremos adiante.

Não estamos aqui fazendo generalizações, nem pretendemos esgotar o estudo de cada unidade de matrimônio interétnico, realizado em Itambacuri. Mas afirmamos que, na gênese do processo que possibilitou essas uniões, houve manipulação. Não há dúvidas de que o desejo da realização destes casamentos foi concebido antes nos missionários do que nos próprios cônjuges envolvidos nesses sacramentos.

Esses casamentos mistos cumpriram com eficácia as intenções expressas pelos missionários capuchinhos, tornando possível o desenvolvimento daquele povoado e sua transformação num centro proto-urbano em curto prazo, e numa cidade sem as menores características da população nativa em longo prazo, conforme podemos observar em Itambacuri, atualmente.

A tendência substitutiva de costumes engendrada por essas uniões mistas fica evidenciada nos discursos dos missionários e, principalmente, na observação dos assentamentos de batismos e casamentos realizados no aldeamento. Cada vez mais os aspectos físicos e culturais das populações originárias do Vale do Mucuri vão sendo diluídas numa composição social do universo civilizado, que passa a contar com uma representatividade numérica superior, oficializando apenas os seus costumes e transformando aquele indivíduo resistente ao processo de cristianização e civilização, o “índio puro”, num estrangeiro dentro do aldeamento, pretensamente criado para acolher as populações nativas da região.

Ao consideramos a riqueza cultural das populações nativas da região, torna-se necessária uma reflexão sobre a maneira como essa cultura foi utilizada dentro das novas relações familiares estabelecidas em Itambacuri. “Cabe mais ainda: lembrar que no período aqui abordado, nem mesmo as chamadas alianças parentais podem encobrir a enorme exploração e espoliação das culturas nativas”.⁶⁰ Assim, esses matrimônios inter-étnicos persuadiram os costumes do mundo nativo e passaram a ditar os padrões cultural e religioso do universo civilizado. O próprio cônjuge encarregava-se de trabalhar para a obra missionária no sentido de podar paulatinamente as manifestações oriundas das selvas, tornando-se o eixo principal das transformações nas características biológicas e culturais da futura população das proximidades de Itambacuri.

Adiante teremos a oportunidade de discutir o significado desses casamentos inter-étnicos para as populações nativas; entretanto, aqui ressaltaremos este sacramento como instrumento encontrado pelos missionários capuchinhos para

⁶⁰ MOURA, Ana Maria da Silva. Os filhos do demônio: Sobre contatos e mestiçagem entre colonos e indígenas. In: Desigualdades. Publicação do grupo de pesquisa LESC do Programa de Pós Graduação em História Social da USS. ISBN859026623-0. Philomena Gebran et alli (orgs). 2003. p. 255.

subordinar as populações selvagens, através da conversão e assimilação dos novos valores religiosos e culturais. Assim, podemos verificar um aproveitamento conveniente da população nativa para satisfação dos interesses do Estado, da população da região e da Igreja, como: a desinfestação das terras até então duvidosas de sua ocupação pelas correrias dos grupos nativos, a aclimação dos braços nativos para o trabalho nos moldes civilizados e o êxito da obra missionária no processo de conversão destas populações ao cristianismo. Não estamos atribuindo aqui, todo o processo de “inserção subordinada” das populações nativas aos casamentos mistos, mas indicamos sua prática como um instrumento poderoso na subordinação da cultura nativa à cultura cristã civilizada no Vale do Mucuri no final do século XIX.

Filhos mestiços civilizados: Orgulho Missionário.

O reconhecimento da obra missionária de Itambacuri diante do Império brasileiro e mesmo após a proclamação da República se verificou devido à progressiva ausência dos costumes das selvas na região onde se instalou a missão. Entre guerrilhas, doenças e fugas, destacamos o cruzamento entre os nativos da região e os colonos brasileiros (nacionais), como principal fator de desmantelamento do binômio, etnia e cultura, das populações originárias do Vale do Mucuri.

Não seria esperado entre a população aldeada que em um tempo relativamente curto, Domingos Pacó, neto do temido Capitão Pahóc, da numerosa tribo dos Crakeatam, se tornasse o professor do aldeamento, ensinando, inclusive,

aos filhos dos brancos. Analisando a representação social de Pacó, como o primeiro fruto dos casamentos inter-étnicos ocorridos em Itambacuri, o usaremos para exemplificar o sentido amplo que ganhou a mestiçagem nesse aldeamento. Para além do processo de redução quantitativa dos grupos étnicos nativos, a mestiçagem provocou uma hibridação cultural que, segundo nos mostra GRUZINSK (2001), não ocorreu sem choques, simultaneidades de temporalidades diferentes e complementaridades de saberes e valores:

As criações mestiças parecem ter uma dinâmica própria que se subtrai em parte das intenções e dos hábitos estéticos de seus autores. Pois as misturas dão origem a limitações e virtualidades, antagonismos e complementaridades, cujo resultado são configurações imprevisíveis. É nessa liberdade de combinações que reside provavelmente a fonte da inovação e da criação.⁶¹

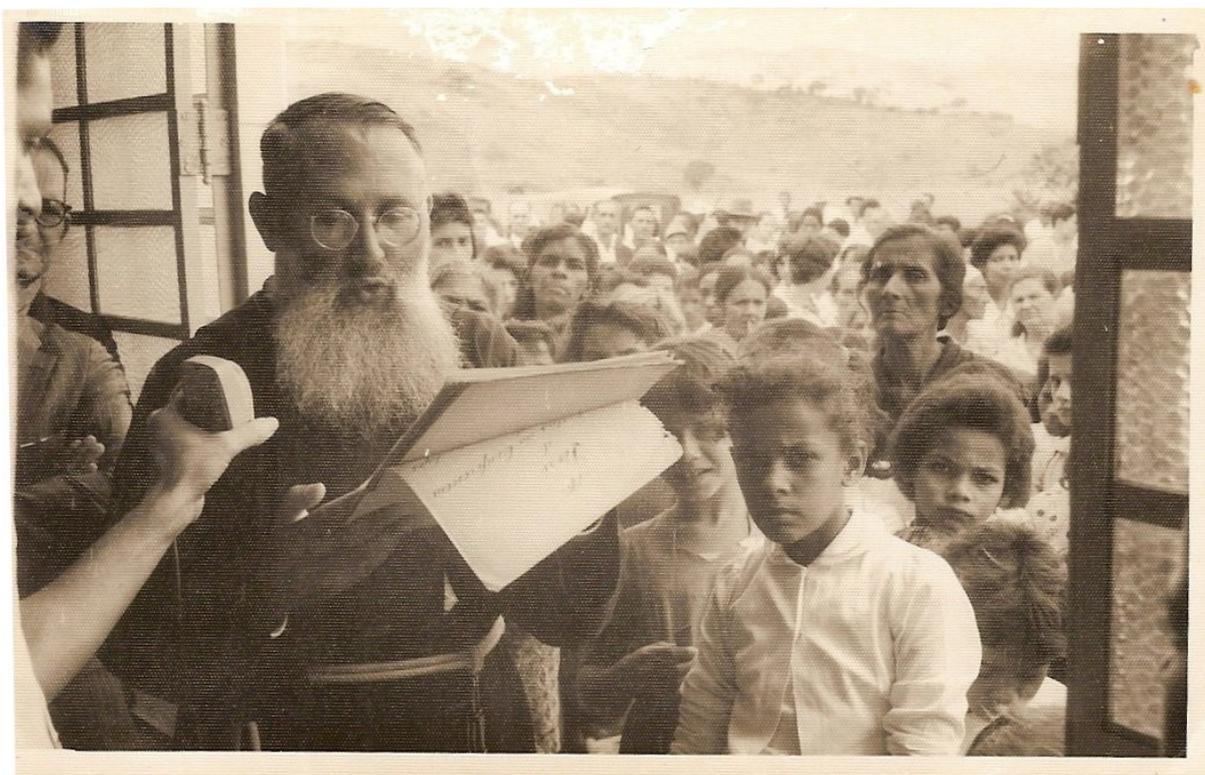
De fato, Domingos Pacó representa, nesse caso, o fenômeno da transculturação presente no mestiço, que viu seu processo educativo transpassado pelos choques culturais produzidos na convivência naturalmente antagônica de sua mãe nativa e o pai civilizado. Entretanto, podemos observar que a adesão de Pacó às especificidades da cultura civilizada é incontestável, ao se tornar professor contratado pelo governo para ensinar as primeiras letras às crianças do aldeamento. Incontestáveis também são os limites do professor, que trazia traços de sua ascendência nativa.

⁶¹ GRUZINSKI, 2001, p. 223. apud. Lua Nova: Revista de Cultura e Política Print ISSN 0102-6445. Transculturação e novas utopias.

O mestiço Pacó ensinou durante 19 anos. Sua substituição tornou-se necessária pela manifesta negligência no cumprimento dos deveres. As contínuas imprudências, aliás, freqüente entre os de sua raça, acabaram por lhe comprometer seriamente a saúde e, por maior infelicidade, perdeu uma vista num lamentável acidente.⁶²

Por outro lado, não podiam deixar de reconhecer suas possibilidades e utilidades nas relações de sociabilidades num povoado como o de Itambacuri; de fato, a mestiçagem trazia em seu bojo antagonismos e complementaridades viabilizadoras do processo civilizador.

Fotografia 1



Fotografia de fotografia tirada em 20 de Julho de 2007 no Museu de Itambacuri, situado no Convento dos Frades Menores Capuchinhos – Paróquia Nossa Senhora dos Anjos.

O professor bilíngüe tanto alcançava os contornos da cultura civilizada, como também se comunicava e se posicionava com eficiência entre os nativos. Assim,

⁶² PALAZZOLO, Frei Jacinto de. *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

poderíamos observar, acompanhada da mestiçagem, uma hibridação cultural, que em sua constituição subtrai elementos de um ou outro modelo cultural e, por sua vez, tem o poder de produzir elementos novos.

Assim, a gestação de uma população mestiça em Itambacuri, cercada de cuidados culturais e religiosos do universo civilizado, prenunciava uma organização social fora dos costumes das selvas, embora essa composição social mestiça em princípio não escapasse aos legados culturais do universo selvagem.

TODOROV (1999), ao discutir sobre os estudos de Duran, pesquisador que escreveu sobre a colonização do povo Asteca no século XVI, sugere que a conversão e a assimilação da cultura ocidental entre os ameríndios só se tornaria possível com a erradicação das antigas crenças e costumes. Não consideramos anacrônico tomar de empréstimo essa teoria para a missão de Itambacuri no século XIX. Ali, a mestiçagem representou para os aldeadores capuchinhos, assim como para a ideologia institucional do Estado da segunda metade do século XIX, a pretensão da substituição cultural que cuidava de arrancar, ainda que aos poucos, os costumes culturais nativos e implantar aqueles de ordem civilizada.

Há, por um lado, o cristão convicto, o evangelizador obstinado; este decide que a conversão dos índios exige um conhecimento mais profundo de sua antiga religião. Mais exatamente, Duran concatena estas duas inferências: 1. para impor a religião cristã, é preciso extirpar todos os vestígios da religião pagã. 2. para conseguir eliminar o paganismo, é preciso conhecê-lo bem antes. Os índios não encontrarão Deus enquanto não tiverem sido arrancadas as raízes, até o menor vestígio da antiga religião.⁶³

MATTOS (2004), ao escrever sobre a miscigenação em aldeamentos capuchinhos, coloca a “brasilidade nativa como afirmação da civilidade republicana,

⁶³ TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América: A Questão do Outro. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 246

em contraponto à importação monarquista dos símbolos de civilidade européia, cujo ápice seria a propagação e promoção da imigração”. No entanto, ao estudarmos a realidade da sociedade de Itambacuri nas últimas décadas do século XIX, observamos que essa configuração de brasilidade está incondicionalmente atrelada à situação de confluência das etnias branca e nativa.

Maria Célia Marinho de Azevedo, ao analisar o processo de extinção da escravidão no Brasil e o processo de imigração que preencheriam a lacuna servil deixada pelos negros, fazendo algumas considerações que nos ajudam a entender o pensamento sobre a mestiçagem vigente no Brasil do século XIX. Embora a autora dê especificidade à questão do negro, pensamos seu texto para a situação do nativo de Itambacuri, porque discute o cruzamento “das raças” como meio de se extinguir aquela julgada indesejável.

Ao contextualizarmos a realidade social de Itambacuri na década de 1880, época de progressiva assimilação de brasileiros no aldeamento, e a sacralização das uniões entre estes e os nativos ali residentes, e compararmos com a realidade social do cenário nacional, onde se intensificava o interesse pelo imigrante europeu em substituição ao trabalho escravo, observaremos uma comunhão de expedientes que atestam adesão às teorias da superioridade racial. Essa teoria formada nas academias, ganhou contorno científico durante o século XIX, endossando aquilo que estava explícito no imaginário popular brasileiro pelo senso comum: a inferioridade intelectual do negro e dos indígenas diante do branco.

Num sentido idêntico de confluência para a solução dos problemas, podemos observar, de um lado, o nativo selvagem, indisposto para o trabalho e, de outro, o negro de intelecto inferior para ser integrado num mercado de trabalho assalariado cada vez mais inevitável. Assim, surge a necessidade da extirpação progressiva das

etnias consideradas inferiores, esboçada no século XIX a partir da idéia do branqueamento da epiderme brasileira.

Há aqui, porém, um aspecto a ressaltar: não era só o negro que necessitava cruzar com o branco para conseguir se elevar mentalmente e, portanto, socialmente; por uma questão de sobrevivência física, também o branco, transposto para um clima que lhe era inadequado, precisava miscigenar-se com as duas raças inferiores, já plenamente adaptadas no habitat tropical. Iniciado este salutar processo de miscigenação, a lei da seleção natural determinaria, por seu turno, a vitória final da raça branca sobre a negra e a indígena, e ainda se obteria uma espécie de homem ariano superior, plenamente ambientado ao continente americano.⁶⁴

A partir da miscigenação, o processo de civilização nos moldes cristãos tornava-se irreversível, uma vez que as uniões inter-étnicas produziam filhos sem a “pureza malévol” do universo selvagem. A preferência já observada em relatórios dos missionários em educar e converter as crianças nativas em detrimento de adultos, considerados irredutíveis à conversão e à alteração de seus costumes arraigados, será potencializada no desejo da erradicação paulatina por morte natural dos nativos da região. Tal fato, como já discutimos, seria viabilizado através dos casamentos mistos, responsáveis pelo branqueamento da população nativa de Itambacuri. A concatenação das opções pela educação das crianças nativas e a eliminação gradativa do fenótipo nativo em Itambacuri, a exemplo do que acontecia nesse mesmo período com os negros no Brasil, podem ser depreendidos em documento redigido pelos diretores desse aldeamento.

No meio dos índios tem sempre alguns de gênio forte e turbulento, inclinados também aos vícios da embriaguez, que não podem viver sem que agitem e perturbem seus companheiros mais mansos em aparência, que são amigos hoje e amanhã, talvez algozes; por conseguinte, é necessário afastá-los um pouco do centro, e pô-los rio abaixo do Itambacuri

⁶⁴ AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda Negra Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites Século XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 1987. P. 71 – 72.

e entremeá-los com famílias boas de lavradores brasileiros, abrigando primeiro Asilo no indígena seus filhos menores: com o que se previnem os acontecimentos funestos de 1893 e os horrorosos morticínios recentemente praticados no Alto Alegre no Estado do Maranhão. Os índios mais velhos vão desaparecendo por morte natural, e os novos vão adquirindo amizades e costumes dos brasileiros, e com eles contraindo vantajosas alianças de casamento.⁶⁵

Torna-se claro o cuidado do empreendimento missionário para com a população futura do aldeamento de Itambacuri, uma população aclimatada ao trabalho e aos costumes civilizados. E é exatamente o sucesso desta proposta dos diretores, frei Serafim de Gorísia e frei Ângelo de Sassoferato, o diferencial da obra franciscana nas selvas do Vale do Mucuri. Os filhos mestiços desestabilizaram as populações originárias, deram fôlego à existência do aldeamento na região e enalteceram o trabalho de conversão dos capuchinhos de Itambacuri, ganhando o aldeamento, o reconhecimento nacional.

Os sacramentos católicos como condição de pertencer ao novo grupo social.

Ao discutirmos o texto de Ronaldo Vainfas “A Heresia dos Índios”, no primeiro capítulo, levantamos a questão dos sacramentos católicos como forma de resistência do nativo da região. Entendemos, nesse caso, por resistência, a capacidade do nativo de continuar a existir frente às adversidades do avanço das práticas sociais, econômicas e culturais do mundo capitalista sobre a região do

⁶⁵ Ofício dos diretores do Itambacuri ao Inspetor da Repartição de Terras e Colonização do Estado de Minas Gerais em Belo Horizonte. Dr. Carlos Prates. 31 de Dezembro de 1901. Apud. MATTOS, Izabel Missagia de. *CIVILIZAÇÃO E REVOLTA: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas*. Edusc, Bauru.2004.P. 345 – 346.

Mucuri, práticas escamoteadas por uma ideologia cristã de conversão e integração dos nativos a esta nova organização social. Ao afirmarmos ser o batismo um meio de sobrevivência no Mucuri em oposição ao designativo de morte entendido pelo grupo quinhentista tratado na obra do autor, o fazemos por entender que essa foi uma maneira encontrada pelos nativos da região de preservação de sua existência.

Poderíamos, assim, elencar os sacramentos do catolicismo como mais uma estratégia de resistência ao avanço da civilização. Permeiar a organização da sociedade civilizada através da consumação de seus ícones e símbolos, tornar-se-ia uma maneira possível de sobrevivência e permanência de acesso à remota utilização das terras da região. Muito mais do que a possibilidade de continuar usufruindo dos recursos das terras do Mucuri, a “aceitação” dos rituais oferecidos pela religião católica depreendia satisfação de interesses civilizados e nativos. Adiante, discutiremos os ganhos adquiridos por esta simbiose cultural e religiosa para a população nativa.

Entre a população civilizada do aldeamento, o recurso do sacramento católico, na prática, não atenuava a inferioridade do nativo em relação ao civilizado. Entretanto, abria-se um código de participação social desse indivíduo no jogo das relações sociais ali estabelecidas. Assim, os sacramentos do batismo e do casamento, apesar de não diluir as fronteiras sociais e culturais, simbolizaram a introdução das populações nativas no universo civilizado. Essa aproximação, ao mesmo tempo em que permitiu fôlego a estas populações, não perdeu seu caráter de dominação e viabilização da consolidação dos interesses econômicos e políticos por parte do Estado, da Igreja e da população civilizada.

Os contatos que vão permitir a formação de grupos mestiços estarão relacionados diretamente aos objetivos da conquista e colonização: os interesses mercantis, a terra produtiva e a subordinação política, neste novo espaço. Muito mais do que mera reprodução biológica, o mestiço representava um enorme impacto político e cultural nestes objetivos colonizadores. Lembramos aqui que na questão política, isto é, nos poderes que se arrogam possuidores de um determinado espaço a ser inserido na órbita metropolitana, emergem os valores culturais fundantes da legitimidade da posse pretendida.⁶⁶

MATTOS (2004), em seus estudos etnográficos sobre o processo de sociabilidade implantado no aldeamento de Itambacuri, aponta para o isolamento daquele que é considerado “índio puro” por parte da catequese do aldeamento, este teria perdido sua posição na rede sócio-simbólica, “uma vez que apenas aos mestiços caberia o papel participativo de trabalhar para a civilização, de acordo com a ótica operativa da catequese capuchinha”.

Ao analisarmos os discursos dos aldeadores de Itambacuri e classificá-los como integrados à política indigenista nacional do século XIX, depreendemos que a principal condição colocada às populações originárias para sua integração à rede social civilizada está pautada na desconstrução de sua essência de nativo. Nesse sentido, os sacramentos são colocados nos aldeamentos como condição fundamental para integração dessas populações ao universo civilizado, não porque cumprem em si a função de desvirtualizar a identidade do nativo, mas porque na qualidade de código, cuja leitura tornou-se em parte comum a ambos os grupos, permite a hibridação e posterior substituição de costumes, facilitando, em longo prazo uma miscigenação capaz de ressaltar os aspectos culturais do grupo que se quer preservar, nesse caso, a supremacia dos interesses civilizados.

⁶⁶ MOURA, Ana Maria da Silva. Os filhos do demônio: Sobre contatos e mestiçagem entre colonos e indígenas. In: Desigualdades. Publicação do grupo de pesquisa LESC do Programa de Pós Graduação em História Social da USS. ISBN859026623-0. Philomena Gebran et alli (orgs). 2003. p. 247.

O status do nativo que recorria aos sacramentos católicos.

É de costume, na historiografia, tratar as populações nativas brasileiras como vítimas, que, ao entrarem em contato com o mundo civilizado europeu, acumularam uma série de perdas que ocasionaram sua descaracterização cultural e progressiva extinção. Essa idéia poderia ser tomada como verdadeira, se a realidade do encontro entre estes universos distintos não fosse tão complexa e permitisse um vasto campo de abordagens e análises. Portanto, tentamos aqui não generalizar as perdas dos grupos nativos e tampouco revitalizar a perspectiva de um branco perverso, ou do nativo inocente e vítima do processo colonizador.

Ao trabalharmos com os batizados e os casamentos católicos para os botocudos da região do Mucuri, entendemos que a intensificação do contato entre os dois universos culturais, a partir do século XIX, tornou-se inevitável, devido à conjuntura histórica de ocupação das terras ainda não integradas ao projeto de desenvolvimento capitalista nacional e a configuração do território nacional pretendido pelo Estado brasileiro.

Portanto, trataremos dos dois grupos como atores que buscam se posicionar de acordo com seus próprios interesses. Teria o nativo se sujeitado à expansão do homem branco sobre as terras destinadas à caça e à pesca, se este não se impusesse pela superioridade de suas armas? Nesse caso, chamamos a atenção para as possibilidades desencadeadas por este contato, onde cada grupo busca a satisfação de seus interesses dentro de suas limitações. Embora não houvesse

simetria entre recursos e armas, e os atores do mundo civilizado acabassem sempre ditando as normas e o direcionamento dessas relações, pode-se entender como previsíveis as possibilidades de ganho para o nativo do Vale do Mucuri neste encontro de culturas distintas.

Ao considerarmos as novas relações estabelecidas no aldeamento de Itambacuri entre “civilizadores e selvagens”, propomos mais do que a já conhecida ótica da simples adaptação e incorporação de hábitos e costumes socialmente impostos de um grupo sobre o outro. Buscamos um entendimento do posicionamento dos respectivos grupos envolvidos como interessados em não perder mais do que o necessário nessa relação de encontro cultural, naturalmente conflituosa. Nessa reinterpretação das possibilidades de relações entre os botocudos e os colonizadores de Itambacuri, é imperativo o abandono de teorias arraigadas na historiografia brasileira, que induzem à concepção generalizante e etnocêntrica, conforme nos aponta Da MATTA.

- a) é de um “economicismo rudimentar, já que nunca se interessa pelos fenômenos políticos e sociais de uma situação de conjunção, tudo colocando em termos econômicos, como se fosse realmente suficiente para garantir a profundidade ou mesmo a correção da análise” e
- b) é evolucionista, já que considera o contato intercultural como um processo possuidor de etapas necessárias para que sociedades indígenas atingissem, “na sua inevitável caminhada”, aquele estágio relacionado ao da sociedade dominante, ou seja, a “situação de contato é imediatamente reduzida – pelo curto-circuito evolucionista – a uma etapa ou a um grau de integração a partir da dimensão econômica”.⁶⁷

Ao deixarmos escapar esta visão anacrônica que mensura os valores e costumes de uma sociedade distinta com medidas padronizadas e forjadas em

⁶⁷ DA MATTA. Apud. ANJOS, José Carlos dos e SILVA, Sergio Baptista da. *SÃO MIGUEL E RINCÃO DOS MARTIMIANOS: Ancestralidade Negra e Direitos Territoriais*. UFRGS/Fundação Cultural Palmares, Porto Alegre. 2004.

ambiente diferente (do mensurador), poderíamos, nesse caso, encontrar a dimensão do outro, dos seus signos e símbolos e da interpretação que ali se forjou, dando significado a estes símbolos na conformação de um outro padrão cultural. De fato, buscar uma definição para os nativos a partir de seu sistema de produção e consumo, ou concluir que estes estão em uma etapa de evolução anterior à do mundo civilizado e que é tarefa do novo grupo acelerar esse processo evolutivo rumo aos padrões civilizados, serão sempre visões simplificadoras e equivocadas do processo desencadeado pelo encontro dessas culturas.

Mas, ao refletirmos sobre as várias nuances desse encontro, poderíamos vislumbrar algumas possibilidades de ganho para os nativos envolvidos. Afinal, os europeus, além das doenças, matanças e crueldades, temas recorrentes nos estudos historiográficos, traziam também ares de novidades às selvas, geradoras de novas possibilidades e de novas formas de sobrevivência, das quais os nativos nem sempre se abstiveram de conhecê-las e inseri-las em seu cotidiano. Por não acreditarmos apenas no expediente da imposição, ou da simples aceitação dos nativos do Vale do Mucuri, buscamos uma discussão sobre as peculiaridades que motivaram esses grupos da selva a uma relação de convivência, aderindo às regras complexas dos brasileiros tidos como civilizados da região no ambiente do aldeamento de Itambacuri.

Como nos aponta BOURDIEU (2005), essas particularidades, que muitas vezes nos escapam à percepção, poderiam ser analisadas no campo simbólico do significado dos bens materiais e das posições que o indivíduo assume dentro de sua organização social, onde “a possibilidade de ordenar o mundo natural e social através de discursos, mensagens e representações, que não passam de alegorias que simulam a estrutura real de relações sociais”, mas que se aparentam

socialmente como reais. Ao confundir-se com a realidade, essa simulação se torna responsável pelo credenciamento de seus indivíduos, conforme as regras estabelecidas: maneira de se vestir, de se portar, de caminhar, entre outras diversas modalidades sociais convencionadas que fazem com que o indivíduo pertença ou não a um determinado grupo social.

De fato, é notável como todos os traços que Weber atribui ao grupo de status pertencem à ordem simbólica, quer se trate do estilo de vida ou de privilégios honoríficos (tais como o uso de roupas particulares, o consumo de iguarias específicas proibidas a outros, o porte de armas, o direito de se dedicar ao diletante a práticas artísticas) ou ainda, as regras e proibições que regulam as trocas sociais, especialmente os casamentos.⁶⁸

Ao pensarmos a condição do nativo do aldeamento de Itambacuri, podemos inferir sobre a complexidade de seus objetivos ao aderir à população do aldeamento, população que em tudo se difere de seus costumes. Num primeiro impacto poderíamos generalizar a situação e novamente buscar uma via explicativa que revela medo e insatisfação desses nativos diante do diferente e da nova organização social à qual se via submetido. Mas ao retornarmos à afirmativa de MATTOS (2004), de que há nas populações ameríndias uma abertura para a dimensão do outro, característica que faz com que essas populações se interessem pela riqueza cultural complementar de outros grupos, poderíamos buscar um novo sentido para as novas relações estabelecidas.

Ao se aproximar do povoado de Itambacuri e estabelecer relações com os aldeados, as populações até então selvagens, descartando nesse caso as ocorrências em que esses costumes foram incontestavelmente impostos, passam a

⁶⁸ BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 6 ed. Perspectiva: São Paulo, 2005. P.15.

perceber a lógica dos símbolos que regem aquela organização social. Nesse sentido, passam a decodificar o significado desses símbolos como definidores de alguns conceitos convencionados acerca do indivíduo naquele grupo social. Muito mais do que aceitar as imposições, o grupo nativo buscou alternativas que permitissem sua aceitação no grupo civilizado.

Na convivência com a população de Itambacuri, logo os nativos perceberam que, na “óptica popular, as maneiras acabam tendo uma utilidade substancial por si mesmas, por haverem adquirido um caráter sacramental”⁶⁹. A partir dessa percepção, talvez até pouco elaborada e pouco consciente, levando em consideração a complexidade da organização social do mundo civilizado capitalista, que tem sua sociedade distribuída em classes distintas e com funções bem definidas, os nativos encontram como meio de reconhecimento social a aceitação e – quem sabe – na apropriação de maneiras típicas do grupo civilizado, meios de convivência e acesso a alguns benefícios encontrados no aldeamento de Itambacuri.

Os interesses religiosos de expansão da fé cristã e o trabalho dos missionários na região são fatores que podem ser vistos em algumas situações específicas como meio utilizado pelos nativos para se chegar ao reconhecimento e projeção social dentro do aldeamento. Entre outras maneiras de tomarem o “elevador social” e ganhar algum tipo de reconhecimento dentro de Itambacuri, destacamos a recorrência do grupo nativo aos sacramentos do batismo e do matrimônio, especialmente os matrimônios, quando estes se davam entre eles e os brasileiros do aldeamento. Estar devidamente sacramentados na lei cristã não significava deixar de ser “selvagem”, concepção válida para o nativo e para os aldeados, preconceitos de ambas as partes; e o traço etnocêntrico marcante da população tida como civilizada não se encerrava no sacramento.

⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 6 ed. Perspectiva: São Paulo, 2005. P.17

Entretanto, o batismo indicava para o grupo civilizado uma forma de interesse por parte do grupo nativo em atenuar os problemas de convivência, conjugado com outras impressões como a conversão e a submissão cultural. Tal interpretação possivelmente não foi nessa mesma ordem entendida pelos nativos que a eles recorriam. Por que não pensarmos os batizados como um meio de sobrevivência para as populações nativas, ou para alguns como um fôlego que permitiu buscar novas estratégias de existência? Se considerarmos a revolta dos nativos de Itambacuri em 1873, vinte anos após a fundação do aldeamento em que os dois missionários chegaram a ser flechados por nativos aldeados descontentes, observaremos que não houve consenso de satisfação por toda a população sacramentada. Os sacramentos viabilizavam a convivência no aldeamento e simbolizava um compromisso de mudança de costumes dos nativos diante dos civilizados.

Nesse jogo das relações sociais em Itambacuri, torna-se imperioso ressaltar a importância do batismo como um meio de persuasão dos missionários sobre o universo selvagem, mas também como um símbolo, do qual as populações nativas passaram a utilizar como recurso para transitar nos aldeamentos, uma chave que abria algumas portas da civilização aos interesses do universo nativo, um recurso pelo qual se conseguiam algumas prerrogativas naquela nova configuração social.

Mais ainda que os batizados amplamente realizados em Itambacuri pelas mãos dos frades missionários capuchinhos, Serafim de Gorisia e Ângelo de Sassoferato, os casamentos entre nativos e brancos foram para aqueles considerados selvagens um indicativo de distinção e proporcionaram, sem dúvida, certo prestígio ao cônjuge nativo perante a população aldeada. Ao se enquadrar no modelo de família monogâmica cristã, os nativos participavam das regras

convencionadas. Poderíamos mesmo pensar que, se perdiam suas características selvagens na visão do grupo civilizado, estariam, em contrapartida, conquistando uma maneira de interagir com as novas oportunidades proporcionadas pela organização social que recentemente se instalou ao seu redor.

É, portanto, natural que, a exemplo das sociedades tradicionais, os grupos de status imponham aos que neles desejam participar, além de modelos de comportamento, modelos da modalidade dos comportamentos, ou seja, regras convencionais que definem a maneira justa de executar os modelos.
70

Vislumbramos, pois, uma troca entre os interesses do mundo civilizado e dos grupos nativos, ainda que trocas de medidas imperfeitas e talvez nem sempre compatíveis porque de origens distintas e não preparadas para o “mercado” que ali se instalou, mas reconhecemos o intuito de ganho, próprio do ser humano, nas comunidades nativas do Mucuri, assim como os percebemos sempre com mais clareza no grupo colonizador. Se, por um lado, a adesão aos novos modelos de comportamento dilacerou traços da cultura das populações originárias, por outro lado, possibilitaram acesso às diversas modalidades de convenções estabelecidas entre os aldeados; a própria possibilidade de escolher ou, na maioria das vezes, ser escolhido para o matrimônio entre aqueles que impunham as novas formas de comportamentos, tornava-se fato certamente propiciador de orgulho e diferencial entre os outros nativos. Esses casamentos inter-étnicos tornaram-se um meio de auferir status por parte do indivíduo considerado selvagem, tanto entre o seu grupo como também entre a população brasileira católica do aldeamento de Itambacuri.

⁷⁰ BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 6 ed. Perspectiva: São Paulo, 2005. P.16

Ainda cedo em Itambacuri, as regras sociais apresentaram sua rigidez com os selvagens do Mucuri, transferindo o status de pertencer à comunidade do aldeamento aos frutos dos casamentos mistos, os mestiços, convencendo um novo compartimento social que segregou o “índio puro” dos mestiços; assim, estes permaneciam em condições de status sociais, segregados dos brancos.

À população mestiça coube a integração às camadas inferiores da população de Itambacuri, sendo aproveitados em trabalhos braçais e, progressivamente, atenuando as características nativas ao contraírem novos matrimônios com os brasileiros do aldeamento. Ao observarmos a lógica dessas uniões, percebemos que o expediente dos casamentos inter-étnicos tornou-se um recurso contraditório para as populações originárias Vale do Mucuri na busca de sua existência. Ao mesmo tempo em que essas uniões possibilitavam status social ao nativo egresso nas relações de sociabilidade do aldeamento de Itambacuri, permitindo sua integração e a descoberta de novas maneiras de existência através do enquadramento progressivo à cultura civilizada, também comprometiam em longo prazo a existência do grupo nativo, que viu seus traços étnicos diluídos entre as características físicas dos brasileiros, que cada vez mais se assentavam no aldeamento de Itambacuri.

A exclusão do indígena “puro” – no limite, incorrigível – fez parte da lógica colonizadora e civilizatória que pautou a catequese do Itambacuri da mesma forma em que os mestiços gerados no empreendimento missionário seriam incorporados nas camadas inferiores da sociedade naquela zona pioneira, ou seja, a dos trabalhadores rurais despojados de terra.⁷¹

⁷¹ MATTOS, Izabel Missaglia de. *CIVILIZAÇÃO E REVOLTA: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas*. Edusc, Bauru.2004.P 299 - 300

Assim, a incorporação dos nativos em Itambacuri, possibilitada pelos métodos católicos da catequese capuchinha, sobretudo pelos casamentos mistos, levou esses grupos a um modelo de civilização comprometida com a produção e o enriquecimento daquele aldeamento. Entretanto, não julgamos aqui os casamentos mistos, batizados, o uso de roupas, ou mesmo outras práticas de costumes civilizados disseminados entre a população nativa, como simples gesto de submissão ou extirpação da população nativa. Aliás, em muitos aspectos, entendemos que compartilhar esses rituais e costumes significou uma forma viável e imediata de preservação do grupo nativo frente à expansão da colonização das terras do Mucuri, e que a adesão à missão cristã se descortinou como forma de atribuir um diferencial ao homem da selva que aqui caracterizamos como status social. Os símbolos religiosos, como já discutimos anteriormente, significavam a entrada do nativo ao universo civilizado. Em Itambacuri, a consecução de status social foi cada vez mais se afirmando fora do aproveitamento de qualquer característica dos grupos dali originários, grupos que, em longo prazo, foi sendo inevitavelmente diluído entre a população civilizada do aldeamento de Itambacuri.

CAPÍTULO III

BATIZADOS E CASAMENTOS ENTRE OS BOTOCUDOS DE ITAMBACURI: CELEBRAÇÕES PRÓ-FORMAS COMO OBJETO DE CIVILIZAÇÃO.

O esforço de compatibilizar os grupos originários da região de Itambacuri ao modelo de organização social do grupo civilizado pode ser depreendido através da incorporação do batismo, do casamento e de outros rituais cristãos assimilados pelos botocudos do Mucuri. Segundo o professor do aldeamento de Itambacuri,

Domingos Pacó, o êxito da missão naquele aldeamento deveu-se prioritariamente ao apoio dos chefes indígenas e do intermédio dos intérpretes, os línguas, ressaltando naturalmente, em seus escritos, a participação de seu pai, o brasileiro Félix Ramos, genro do importante chefe indígena Pahóc.⁷² No entanto, ressaltamos que em Itambacuri, todo tipo de aproximação entre os grupos botocudos e os colonizadores leigos ou agentes missionários foi perpassado pelos símbolos do catolicismo, apresentados desde o início da obra missionária como legitimadores dos costumes cristãos.

Ao analisarmos a série de celebrações de batizados e casamentos ministrados aos indivíduos das diferentes tribos das proximidades de Itambacuri, observamos que o contato, ou mesmo a persuasão de um grupo sobre o outro, deu-se através de valores religiosos que se imbricaram, valores não idênticos, mas que se assemelham. Refiro-me, nesse caso, ao sentimento de religiosidade que acompanha a vida humana desde os tempos do Paleolítico, presente no grupo civilizado e nos grupos nativos. Pierre Bourdieu, em sua obra *A Economia das Trocas Simbólicas*, descreve a religião como uma forma de linguagem pela qual o homem expressa aquilo que não é capaz de explicar, o sobrenatural. Poderíamos encontrar esses valores tanto na sociedade cristã colonizadora do Mucuri como nos botocudos desta região.

Segundo BOURDIEU, todas as religiões, das mais simples às mais complexas, apresentam esquemas simbólicos que servem para representar as expectativas humanas com o sobrenatural. A religião, a arte e a linguagem são sistemas simbólicos estudados pela Sociologia. No caso específico da religião, podemos observar que esta se tornou mais complexa a partir do momento em que

⁷² Dados observados na obra de: MATTOS, Izabel Missagia de. *CIVILIZAÇÃO E REVOLTA: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas*. Edusc, Bauru.2004.

as relações humanas tornaram-se igualmente complexas, ou seja, é a partir do surgimento das classes sociais, quando aparece a figura do sacerdote, que a religião toma grandes proporções.

Devemos ainda considerar a “cultura” de um determinado povo para analisarmos o processo pelo qual se desenvolve sua religião. Os judeus, por exemplo, foram capazes de criar um código de normas com as peculiaridades de uma religião monoteísta; já os gregos, assim como as populações originárias do continente americano, não foram capazes de sair do politeísmo. Criar estereótipos que engessam as possibilidades de questionamentos é uma forma de obter respostas simplistas e estancar o incômodo suscitado pelas dúvidas. No caso das populações nativas da América, foram rotuladas pela selvageria e pelo atraso na ordem evolutiva da humanidade, meio pelo qual a cristandade explicou a religião dos nativos.

BOURDIEU, embasado em conceitos marxistas, preferiu explicar os diferentes caminhos encontrados pela religião entre os diversos grupos humanos como uma resposta aos seus respectivos problemas. Como os problemas não são os mesmos, assim como também as respostas para tais problemas não são as mesmas, as teorias religiosas forjadas na explicação das questões colocadas também diferem, contribuindo para isso o momento histórico e as relações produtivas que regem a sociedade.

Ao buscarmos uma fundamentação lógica para o pensamento religioso, podemos vislumbrar uma distância significativa entre as concepções que forjaram os ideais religiosos dos botocudos do Mucuri e a cristandade europeizada. Ao estudarmos os assentamentos dos batizados e casamentos realizados no aldeamento de Itambacuri, podemos buscar um entendimento sobre o encontro de

valores religiosos distintos e o estabelecimento de relações de poder ali desencadeadas. Nesse caso, destacamos nos batizados e casamentos uma preocupação maior em legitimar a ordem social do aldeamento do que os princípios religiosos que regem estes sacramentos.

Ao explicar a religião a partir de seu local de desenvolvimento, Bourdieu apresenta campo e cidade como ambientes constitutivos de formas de religiões diversas. A expansão e transformação da religião, de primitiva a complexa, se deu graças à urbanização, que acelerou o processo de comunicação, trocas simbólicas, fato pelo qual poderíamos também explicar a complexidade da simbologia católica frente aos botocudos da região de Itambacuri, desencadeando o interesse destes grupos pelos novos rituais e símbolos trazidos pela religião cristã. Se a urbanização, com sua aglomeração humana, favoreceu as relações de poder, estas, entre os grupos nativos dispersos pelas selvas, se mantiveram menos desenvolvidas.

À medida que a sociedade e a religião se tornaram mais complexas, ocorreu a racionalização da religião, caracterizada pela criação da classe dos sacerdotes, ou chefes religiosos, que monopolizaram as relações Deus-homem, e que é legitimada pelo restante da população desprovida de atributos mágicos.

Em Itambacuri podemos verificar o esforço empreendido pelos frades capuchinhos para consecução da adesão dos nativos à religião católica, seja reconhecendo-a como legítima para sua vida, ou submetendo-se às suas regras. No jogo das relações sociais estabelecidas no aldeamento, a adesão dos grupos nativos ao catolicismo significou influência dos missionários sobre a vida destes grupos, configurando-se em relação de poder nas regras sociais matizadas pelos princípios do cristianismo naquele povoado.

Por definição, a função genérica de legitimação não pode realizar-se sem que antes esteja especificada em função dos interesses religiosos ligados às diferentes posições na estrutura social. Isto ocorre pelo fato de que o interesse religioso naquilo que ele tem de pertinente para a sociologia, a saber, o interesse que um grupo ou uma classe encontra em um tipo determinado de prática ou crença religiosa e, sobretudo na produção, reprodução, difusão e consumo de um tipo determinado de bens de salvação (dentre os quais a própria mensagem religiosa), é função do reforço que o poder de legitimação do arbitrário contido na religião considerada pode trazer à força material e simbólica possível de ser mobilizada por este grupo ou classe ao legitimar as propriedades materiais ou simbólicas associadas a uma posição determinada na estrutura social.⁷³

Ao pensarmos o processo de cristianização que, paulatinamente, erradicou o xamanismo das proximidades de Itambacuri, não podemos deixar de confundir, em algum momento, as relações religiosas com o domínio político e as prerrogativas sociais adquiridas pelos grupos que se afirmaram dentro dos padrões legitimados pela Igreja diante da população do aldeamento.

Tendo em vista que o interesse religioso tem por princípio a necessidade de legitimação das propriedades vinculadas a um tipo determinado de condições de existência e de posição na estrutura social, as funções sociais desempenhadas pela religião em favor de um grupo ou de uma classe, diferenciam-se necessariamente de acordo com a posição que este grupo ou classe ocupa a) na estrutura das relações de classes b) na divisão do trabalho religioso.⁷⁴

Estar devidamente batizado e casado numa comunidade regida por princípios cristãos é estar inserido no campo do sagrado, ao passo que qualquer predisposição de burlar regras estabelecidas significa adesão ao profano. Sagrado e profano são definições que equivalem respectivamente a detentores do monopólio do sagrado e

⁷³ BOURDIEU, PIERRE. A Economia das Trocas Simbólicas. 6 ed. Trad: Sérgio Miceli. Perspectiva: São Paulo, 2005. (Coleção estudos)

⁷⁴ Idem.

leigo, sejam eles ignorantes ou desinteressados no que se refere à religião. Nesse sentido, as práticas religiosas dos grupos menos favorecidos, economicamente e politicamente, ficam relegados à condição de inferioridade e primitivismo, rotulados por magia ou feitiçaria; enquanto isso, a religião reafirmada pela classe dominante recebe incremento em seus ritos e cunho de oficialidade. Assim, entendemos a perspectiva das relações entre a religiosidade dos grupos botocudos e a religião cristã desenvolvida no aldeamento de Itambacuri.

Ao discutirmos a idéia de legitimidade dos rituais cristãos disseminados entre os nativos de Itambacuri, observamos que esta concepção de legitimidade, conforme a regra exposta por BOURDIEU, também está associada muito mais ao reconhecimento social e conseqüente projeção, status, do que com o caráter genuinamente religioso. Os sacramentos distribuídos aos nativos do aldeamento, embora reavivassem cotidianamente os rituais do catolicismo, foram muitas vezes descaracterizados em sua essência em detrimento de interesses sociais, conforme discutiremos a seguir.

Os laços de compadrios contraídos em Itambacuri na primeira década do Aldeamento.

Ao levantarmos em nossos estudos a questão da utilização de aspectos religiosos como meio de legitimação de interesses sociais no aldeamento de Itambacuri, o fazemos em parte porque fica evidente nos assentamentos de batizados e casamentos, mecanismos reveladores de contradições nas regras da

doutrina católica, apreendida em seus discursos e na forma como estes sacramentos foram ministrados para os grupos nativos da região do Mucuri. Refiro-nos, nesse caso, especificamente aos discursos e regras sobre o apadrinhamento na doutrina católica e as verdadeiras possibilidades de formação de laços de compadrios na primeira década do aldeamento de Itambacuri, entre os nativos e entre estes e os brasileiros ali instalados.

Em muitos casos, observamos que as celebrações do batizado ou casamento em Itambacuri direcionadas aos nativos, foram pró-formas. Havia uma necessidade de se cumprir o ritual, tornando-o de conhecimento público no aldeamento. Entretanto, os atores nativos envolvidos no processo de conversão muitas vezes tiveram o sacramento, assim como outros símbolos da religião católica, atravessados em suas vidas, sem aprender a dimensão de seus respectivos significados. Ao encontrarmos um número significativo de nativos sendo batizados ou se casando no mesmo instante e em rituais coletivos, questionamos a legitimidade dos laços de compadrios ali estabelecidos e a verdadeira preocupação cristã da Igreja católica com a conversão desses atores nativos.

Nos assentamentos de batismo dos primeiros anos do aldeamento de Itambacuri, podemos perceber a incoerência entre a prática dos sacramentos e o discurso católico, fato perceptível numa série de batizados que traz uma extensa repetição de nomes dos padrinhos encontrados em uma seqüência de 18 batismos, todos realizados no dia 26 de julho de 1873. Mesmo em um caráter de especulação, atrevemo-nos a dizer que não foi uma coincidência o fato de o senhor José Francisco da Silva e Dona Ana Juca terem afinidade com as dezoito famílias dos indígenas por eles batizados naquele dia.

Até que ponto os compadres da selva se afinavam com o senhor José Francisco e com Dona Ana para confiarem a eles a condução espiritual da vida de seus filhos? Havia preocupação dos nativos de Itambacuri na escolha dos padrinhos de batizado de seus filhos? Havia o cuidado por parte dos frades capuchinhos em assegurar o cumprimento das atribuições dos padrinhos estabelecidas pelas normas do catolicismo? Colocamos aqui essas questões por termos conhecimento a respeito da importância contemplada a um padrinho de batismo pela doutrina católica. É ele o responsável pela orientação espiritual e o responsável, de fato, pelo batizando na ausência de seus pais biológicos, representando um segundo pai e uma segunda mãe para o afilhado.

As respostas para essas e outras questões ainda não se encontram elaboradas, mas é possível reconhecer um caráter de correção de comportamento mais voltado para uma satisfação social do que para os aspectos religiosos nesses sacramentos. Havia interesses bem definidos por parte dos missionários quanto aos sacramentos entre os nativos, geradores de novos modelos e regras de comportamento para o grupo, em detrimento das expectativas individualizadas da fé e das vivências do sacramento pelas populações originárias da região. Diferentemente do que acontecia entre os católicos brasileiros, os afilhados não dispunham do acompanhamento de seus padrinhos e a proximidade, laços de amizade, ou interesses sociais, econômicos e políticos não se manifestaram como uma regra entre os compadres nativos e civilizados.

Como já mencionamos no primeiro capítulo, havia um caráter prático na execução dos sacramentos católicos quando estes envolviam os atores do universo nativo. Na seqüência de dezoito batizados ocorridos no mesmo dia e com os mesmos padrinhos, copiamos dois exemplares, entre muitos outros que ilustram

uma preocupação maior com os aspectos de satisfação social do que aqueles propriamente religiosos.

11

Aos vinte e seis de julho de 1873 baptizei Carlota com nove meses de idade filha de Luiz e de Claudina do Potão e vive com Luiz Sebastião Poché do Potão. Forão padrinhos: José Francisco da Silva e Anna Juca.

12

Aos vinte e seis de julho de 1873 baptizei Maria com dois anos de idade filha de Antônio falecido e Claudina, mas vive com Luiz Sebastião Poché de Potão, os padrinhos são os mesmos acima.
Frei Seraphin de Gorísia, missionário apostólico capuchinho diretor.⁷⁵

Os batizados de números 11 e 12 fazem parte de uma seqüência de dezoito batizados, apadrinhados pela senhora Ana Juca, tendo como companheiro no apadrinhamento o senhor José Francisco da Silva que, no dia 26 de julho de 1873, junto com Dona Anna, apadrinhou 16 batizados nativos, aparecendo anteriormente o nome de dona Anna em dois assentamentos acompanhada pelo senhor José Joaquim do Rego.

Interessante ainda seria observar que não sabemos se há parentesco ou proximidade entre esses que se tornaram, juntos, Sr. José Francisco e Dona Anna Juca, os responsáveis pela tutela espiritual de tantos nativos introduzidos à fé católica e carentes dos ensinamentos destes padrinhos para o bom andamento espiritual de suas vidas religiosas. Entretanto, sabemos que os compadres adquiridos pelos nativos, ao contrário do que nos pareceu a princípio, não eram

⁷⁵ Assentamentos de batismo de números 11 e 12, copiados do primeiro livro de batismo do aldeamento de Itambacuri, disponível na Paróquia Nossa Senhora dos Anjos.

casados, fato que pode ser constatado no assentamento do batizado de número 5, ocorrido apenas seis dias antes da seqüência acima apresentada, onde encontramos como padrinho o senhor José Francisco da Silva acompanhado de sua esposa, Maria Francisca Rosa.

05

Aos vinte de julho do ano de 1873 como os outros baptizei a menina Rosa com um ano de idade, filha de Camillo José Baio com Mariana, ambos índios de Pote. Forão padrinhos José Francisco da Silva com sua mulher Maria Francisca Rosa, sendo também os padrinhos de Pote freguesia de Philadélfia.
Frei Seraphin de Gorísia, missionários capuchinho diretor.⁷⁶

Quando afirmo que as celebrações dos sacramentos destinadas aos atores nativos do aldeamento, de caráter prático, contrapunham-se às características de formalidade e pompa, quando destinadas aos brancos, o faço pelas possibilidades de interpretação encontradas nos assentamentos destes sacramentos. Ao depreendermos a importância do rito de iniciação à vida cristã, o batismo, para a sociedade brasileira do século XIX e as concepções forjadas em torno do estabelecimento dos laços de compadrios que aproximavam significativamente os padrinhos dos batizados e seus respectivos pais, questionamos o fato de Dona Anna Juca ter batizado dezoito nativos em um mesmo dia no aldeamento de Itambacuri e entendemos que, verdadeiramente, essa senhora cumpria uma função social diante do diretor missionário, capuchinho Serafim de Gorísia, dos grupos nativos e civilizados do aldeamento, sem contudo, envolver-se com as causas espirituais pretensamente prioritárias nos batizados ali realizados, principalmente ao se tratar dos atributos peculiares a uma madrinha de batismo.

⁷⁶ Assentamentos de batismo de número 05, copiado do primeiro livro de batismo do aldeamento de Itambacuri, disponível na Paróquia Nossa Senhora dos Anjos.

Ao especularmos sobre os motivos reais que faziam com que certos nomes como o da senhora Anna Juca, do senhor José Francisco da Silva, do Sargento Torquato Possato de Souza Bicalho, entre outros, aparecessem repetidamente entre os padrinhos de batismos e de casamentos realizados, sobretudo, nos primeiros anos do aldeamento de Itambacuri, sugerimos entre outras possibilidades, a importância de se realizar os sacramentos e torná-los de conhecimento da população do aldeamento e população nativa adjacente, procurando-se aproveitar a disposição dos atores nativos que recorriam aos sacramentos, vindos de regiões muitas vezes distantes. Para se cumprir a agenda de batismos e casamentos em alguns casos improvisaram-se os padrinhos, homens e mulheres distintos, de conduta ilibada, presentes no aldeamento, para cumprimento do protocolo ritualesco contido nos sacramentos católicos.

Ao estudar sobre o papel político e social do batismo para os escravos negros da região do Vale do Mucuri, no mesmo período em que colocamos nossos estudos sobre os batizados e casamentos para os nativos botocudos desta mesma região, Márcio Achtschin Santos apresenta a idéia de que “o escravo percebe no batismo um elemento definidor da posição social estabelecida na sociedade, adaptando a relação de compadrio à de uma rede simbólica definida como parentesco fictício”⁷⁷. Ainda que seu estudo esteja focado no sacramento do batismo para os escravos negros, poderíamos utilizá-lo por apresentar também o sacramento como alternativa de ajustamento social e político para os negros em comparação à forma como o pensamos: meio para consecução de status social para os nativos, entre seu grupo e entre os brasileiros do aldeamento de Itambacuri, assim também sendo uma alternativa de ajustamento dos nativos à organização social do grupo civilizado.

⁷⁷ SANTOS, Márcio Achtschin. Sociabilidades e Cotidiano Escravo no Século XIX. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Severino Sombra, Vassouras.

...o batismo era o momento em que uma pessoa virava um ser espiritual e ganhava uma nova família. E esta família nova, encabeçada pelos padrinhos, seria a fiadora da fé da pessoa batizada. Enquanto a família biológica tinha a função de criar e educar a criança, esta nova família tinha uma função considerada mais enaltecida e importante: a educação espiritual do batizando.⁷⁸

Em Itambacuri, o batismo manteve sua função religiosa de introduzir o indivíduo na vida cristã. Entretanto, os laços de compadrios por este sacramento estabelecido, conforme observamos muitas vezes, perdeu sua essência religiosa. Impossibilitados pela circunstância impessoal presente nos apadrinhamentos e muito provavelmente impositivos por parte dos dirigentes missionários na escalação destes compadres, esses laços também não ratificavam uma influência vertical dos padrinhos sobre os batizados, fato observado entre os escravos que passavam a viver sob a proteção de seu proprietário/padrinho numa espécie de ordem selada por um acordo definidor de posições e, talvez por isso, contemporizador das relações entre a senzala e a casa grande.

Os proprietários aproveitavam estes mecanismos para legitimar a dominação. Mesmo não sendo um instrumento direto de controle senhorial, o compadrio pacificava a vida na senzala, sendo que tais relações funcionam como instrumento de estabilização social. Florentino e Góes constataam a valorização de cativos idosos aparentados, localizando nestes a existência de um elevado poder pacificador, reduzindo o grau de tensão no interior da comunidade escrava.⁷⁹

⁷⁸ RAMOS, Donald. Apud: SANTOS, Márcio Achtchin. Sociabilidades e Cotidiano Escravo no Século XIX. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Severino Sombra, Vassouras.

⁷⁹ SANTOS, Márcio Achtchin. Sociabilidades e Cotidiano Escravo no Século XIX. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Severino Sombra, Vassouras.

Talvez a diferença dos compadrios estabelecidos entre os escravos e seus proprietários e entre os nativos de Itambacuri e os civilizados influentes do povoado, esteja na respectiva proximidade e distância entre os compadres. Entre a escravaria, o compadre continuaria seu domínio sobre o escravo, enquanto sua posse, agora ainda respaldada pelas prerrogativas de tutor espiritual do afilhado, muitas vezes, escamoteadoras das práticas escravistas, mas que de certa forma assegurava uma relativa proximidade entre indivíduos de universos culturais diferentes.

Já nas relações de apadrinhamento observadas entre os nativos e os civilizados, durante os primeiros anos de existência do aldeamento do Itambacuri, não conseguimos nos documentos estudados encontrar indícios de estabelecimento de proximidade entre os compadres, exceto nos casos em que essa afinidade ocorreu entre os próprios atores do universo nativo, conforme podemos verificar em alguns registros. Não queremos aqui nos favorecer de um exemplo relativo e torná-lo absoluto, mas a observância da impessoalidade entre os compadres nativos e civilizados de Itambacuri podem denotar, por um lado, ilegitimidade do sacramento em seu aspecto religioso, porque as questões doutrinárias prevêm a tutela espiritual do batizando. Ao contrário disto, observamos um caráter distante entre os compadres nativos e civilizados de Itambacuri.

Mais uma vez chamamos a atenção para o exemplo de Dona Anna Juca, que, ao batizar dezoito nativos de diferentes regiões numa única celebração, abre possibilidade para nosso questionamento de que ela sequer conhecia todos os seus afilhados e compadres. No batismo do homem da selva, a madrinha é verdadeiramente uma orientadora espiritual e responsável pela vivência religiosa devotada do batizando? Se obtivermos uma resposta positiva da Igreja,

reafirmaremos nossa hipótese de que os sacramentos ministrados aos nativos de Itambacuri foram celebrações pró-formes com intuito voltado para as questões de reconhecimento social e diluidor da cultura nativa a partir dos aspectos culturais religiosos.

Por outro lado, estes sacramentos conferem legitimidade para o ator nativo enquanto membro participante da nova teia de sociabilidade do aldeamento, fato pelo qual este símbolo, ainda que não compreendido na totalidade de sua dimensão, despertava o interesse dos nativos pelos sacramentos do catolicismo.

Em outros termos, a religião permite a legitimação de todas as propriedades características de um estilo de vida singular, propriedades arbitrárias que se encontram objetivamente associadas a este grupo ou classe na medida em que ele ocupa uma posição determinada na estrutura social (efeito de consagração como sacralização pela “naturalização” e pela eternização).⁸⁰

Se os laços estabelecidos, a partir dos batizados em sua maioria, não geravam aproximação ou proteção direta aos nativos por parte de seus compadres, estas celebrações não se tornaram para os nativos de Itambacuri menos úteis do que entre a escravaria brasileira, porque outros códigos de convivência se forjavam através desses batismos. Entre os benefícios elencados por esses sacramentos, destacamos o livre trânsito dos atores nativos entre os civilizados do aldeamento, parecendo denotar integração à nova rede de sociabilidade formada em Itambacuri.

Os laços de compadrio estabelecidos pelo batismo são considerados os mais importantes pela religião católica. Ao observarmos que estes se deram no aldeamento de Itambacuri nos moldes da impessoalidade e do improvisado,

⁸⁰ BOURDIEU, PIERRE. A Economia das Trocas Simbólicas. 6 ed. Trad: Sérgio Miceli. Perspectiva: São Paulo, 2005. (Coleção estudos)

verificamos, mais ainda, que características estão presentes nas celebrações de casamentos que envolveram os atores nativos durante os primeiros anos do aldeamento, quando foi sacramentada a união de um número significativo de nativos da região. Os casamentos entre estes atores foram, na maioria das vezes, realizados em rituais coletivos, onde dada a lógica depreendida nos documentos e a escolha dos padrinhos do casamento ficavam sob a responsabilidade dos diretores capuchinhos, revelando igualmente uma despreocupação tanto dos frades diretores do aldeamento quanto dos nativos envolvidos nestes rituais.

Aos três dias do mês de janeiro de 1875 o salva dito Rvssmo. Frei Serafim tendo feito por uma vez os pregões, com dispensa dos outros, passou a casar em semelhante guisa como acima os moradores desta freguesia indígena a saber:

=Antônio Pacau com Justina, ambos do Itambacury, sob nº 11 e 12.

=José Adão com Cândida ambos de Pote sob nº 178 e 179.

=Feliciano Catuá com Germana, ambos de Pote sob os nº 198 e 199.

=Pedro Poté com Antonina, ambos de Pote sob os nº 157 e 158.

=Joaquim Nunes com Joana, ambos de Pote, são os nº 207 e 208.

=João Nunes com Ana, ambos do Noreth, sob os nº 220 e 221.

=Antônio Barraí (Barriga) com Claudiana, ambos do Noreth, sob os nº

=José Necané (Negue) com Joana, ambos de Pote sob os nº 204 e 205.

=Florzino Pacote com Carolina, o primeiro de Pote e a segunda do Potão, sob os nº 192 e 195.

=Manoel Potão com Isabel, ambos de Pote, sob os nº 172 e 173.

=Antônio Luís Crinhão com Anna, ambos de Pote sob os nº 23 e 24.

=Bernardo Pojichá com Anna, ambos de Noreth, sob os nº 238 e 237.

=Antônio Nelso (Poguim) com Maria, ambos do Potão, nº 77 e 78.

=Adeodato Catrach com Umbelina, ambos de Pote, sob os nº 200 e 201.

=Antônio Necaú com Anna, ambos de Pote, nº 159 e 160.

81

=Clemente Potem com Maria, ambos de Itambacuri, são nº 21 e 22.

=Benedito Macutiti com Luiza, ambos de Pote nº 161 e 162.

=Alexandre Ruam (Crincó) com Maria ambos de Potão, sob os nº 95 e 96.

Forão testemunhas os Ilmos. Tenente Bernardino Dias Monteiro, Torquato Possato de Souza Bicalho, José Francisco da Silva e Ilma. Maria Satyra dos Reis e Souza e Clemência Lopes da Fonseca.

É notável o caráter prático ao qual nos referimos anteriormente, na citada celebração que envolveu dezoito casais nativos do aldeamento de Itambacuri e regiões adjacentes. Quanto às testemunhas, encontramos um tenente e um sargento, autoridades do aldeamento, acompanhados de cidadãos ilustres do novo centro proto-urbano. Mais uma vez podemos deduzir uma preocupação social ao selar a união destes casais em cerimônia que envolveu nativos vindos de regiões diferentes, contando com as mesmas testemunhas todo o grupo. Seria desnecessário perguntar sobre as proximidades entre essas testemunhas e os nativos contraentes do matrimônio. Assim como ocorre com os batizados, muito mais importantes no estabelecimento de laços de compadrios, esses casamentos, em sua grande maioria, também não estabeleciam proximidade entre os compadres. Para além desses interesses, estavam os laços de parentesco por afinidade que esses casamentos estabeleceram entre os nativos e os brasileiros residentes em Itambacuri.

Independentemente da legitimidade religiosa no estabelecimento dos compadrios através dos sacramentos católicos, especialmente os batismos, essas celebrações e toda a riqueza simbólica do catolicismo foram utilizadas em

⁸¹ Quinto registro do primeiro livro de casamentos do Aldeamento de Itambacuri, disponível na Paróquia Nossa Senhora dos Anjos na cidade de Itambacuri. Este assentamento apresenta a celebração envolvendo dezoito (18) casais, todos nativos da região de Itambacuri.

Itambacuri como instrumento de favorecimento a ambos os grupos, representados por atores nativos e civilizados.

Para os civilizados, representados no aldeamento pelos frades capuchinhos, diretores da obra missionária e seus seguidores, os sacramentos foram utilizados como meio de persuasão e domínio sobre as populações originárias da região, uma forma pacífica, porque não armada, de reverter, através do pensamento religioso, a cultura nativa aos moldes culturais civilizados. Portanto, seria da religião a responsabilidade de transformação desses seres de costumes selvagens em laboriosos trabalhadores brasileiros, conforme podemos entender no decreto imperial conhecido como “Regulamento das Missões” de 1845. No cumprimento deste propósito, nada contribuiu mais com os missionários do que o sacramento do matrimônio que, em Itambacuri, misturou nativos e brasileiros numa escala suficiente para, a médio prazo, descaracterizar de forma biológica e cultural a etnia dos grupos que habitavam a região antes da colonização.

Entre os nativos do Mucuri, apesar de não ter sido o compadrio estabelecido pelos sacramentos uma fonte de proteção e benefício para os atores nativos, os laços foram aparentemente pouco desenvolvidos, salvo quando as famílias civilizadas assumiam de fato a educação das crianças nativas, trazendo-as para o convívio cotidiano. Entretanto, como já discutimos e agora reafirmamos, os sacramentos do catolicismo em si mesmos foram instrumentos pelos quais as populações originárias do Mucuri, conseguiram fôlego, um meio de resistência.

BOURDIEU definiu resistência como sobrevivência, e é nessa condição que aqui aplicamos o termo. Diante da inevitável expansão da sociedade civilizada sobre as terras do Vale do Mucuri e da potencialização dos confrontos e massacres entre brasileiros e nativos, os sacramentos do catolicismo distribuídos pelos frades

capuchinhos em Itambacuri representam uma maneira pela qual as populações originárias resistiriam, ainda que imediatamente, a essa expansão, abrindo-se um leque complexo de uso e interpretação destes sacramentos pelas populações nativas do Mucuri.

Distinção entre os sacramentos ministrados a nativos e brancos e a importância do parentesco por afinidade em Itambacuri.

Quando pensamos a utilização dos sacramentos católicos pelos nativos de Itambacuri como uma estratégia de resistência, entendemos que os grupos nativos não assumiram o ideal religioso teórico contido nestes sacramentos. Fácil é compreender que os sacramentos, assim como todos os símbolos do catolicismo não faziam o mesmo sentido para os grupos nativo e civilizado. Por isso, entendemos que os próprios frades missionários capuchinhos de Itambacuri concebiam as celebrações de batismos e casamentos para os nativos de forma diferenciada em relação aos sacramentos ministrados aos civilizados do aldeamento.

A idéia religiosa de catequizar os povos nativos e salvar almas esteve sempre na missão de Itambacuri, transpassada pela preocupação com a sobrevivência do trabalho missionário do aldeamento, dependente dos subsídios do governo. Para isso, o trabalho da missão em Itambacuri esteve sempre alicerçado na transformação do indígena em mão-de-obra útil e na busca de desinfestar as matas

do Mucuri para sua progressiva integração ao território brasileiro, determinação esta do Segundo Reinado.

A necessidade de receber verbas enviadas pelo governo para o prosseguimento da missão, intensificava a busca pelo reconhecimento do trabalho missionário do aldeamento de Itambacuri. Para isso, fazia-se necessário, a apresentação de resultados que atendessem às expectativas do governo imperial. Nesse sentido, os sacramentos estiveram longe de se mostrarem tradicionais e espontâneos, como ocorria entre o grupo civilizado de costumes europeizados, porque eram calculados como recursos para se atingir as metas propostas pela catequese do aldeamento de Itambacuri. Os sacramentos católicos foram meios eficientes para se atingir os objetivos de desestruturação cultural dos grupos nativos, pretendido pelo Estado e pela Igreja, conforme podemos entender no discurso do vice-diretor do aldeamento, frei Ângelo de Sassoferato.

Frei Serafim se convenceu logo de que não devia formar dos indígenas um povo a parte, separado do nacional civilizado, por que isso prejudicaria o fim que nós, e também o governo, tínhamos em mira. Por isso, abriu logo escolas para ambos os povos misturando-os como se formassem um só. Demais disso, promoveu casamentos entre ambos por considerar ser este o único meio capaz de assimilar a pura raça indígena: isto foi reconhecido pelo próprio governo.⁸²

Ao pensarmos as diferenças entre os sacramentos ministrados aos brasileiros e aos nativos de Itambacuri, o fazemos porque, para os últimos, esses símbolos católicos foram sempre mesclados de forte conotação ideológica, com objetivos pré-definidos. Os sacramentos, especialmente os casamentos inter-étnicos,

⁸² Frei Ângelo de Sassoferato. 1915. Apud: MATTOS, Izabel Missagia de. *CIVILIZAÇÃO E REVOLTA: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas*. Edusc, Bauru.2004.

despontavam como fiadores da obra missionária aos olhos do governo imperial. A adesão dos nativos a estes rituais do catolicismo e sua entrada no universo religioso se confundiam com o sucesso da obra missionária.

Esses casamentos que aliaram nativos e brasileiros marcaram o início de um processo de mudanças que, em médio prazo, levaria à eliminação do “índio puro”, cada vez mais isolado na cadeia de sociabilidade de Itambacuri, como nos revela MATTOS. 2004, em seus estudos sobre a catequese e os botocudos na província de Minas. Ao conseguir articular um grande número de casamentos mistos, os capuchinhos de Itambacuri adquiriram contorno de importância no cenário indigenista do Império brasileiro e estiveram em conformidade com os ideais de miscigenação e desocupação de novas terras para o rompimento de fronteiras entre as áreas civilizadas e selvagens no Brasil do século XIX.

Os casamentos inter-étnicos, além dos benefícios concebidos pelos missionários em médio e longo prazo, no processo de difusão dos valores culturais civilizados sobre os nativos, e a escamoteação dos caracteres físicos dos grupos nativos através dos sucessivos cruzamentos com novos brancos e mestiços, também apresentaram ganhos imediatos para os missionários e aos interesses dos colonizadores da região.

Referimo-nos, nesse caso, à importante estratégia dos laços de parentesco por afinidade. O estabelecimento destes vínculos introduzia representantes culturais do universo civilizado, ligados aos interesses da missão, às famílias dos grupos nativos da região de Itambacuri.

A importância reconhecida dos agentes indigenistas “práticos” tanto pelos diretores civis de índios quanto pelos próprios missionários na província de Minas, diz respeito à exigência indígena de negociação de um sentido

prático e simbólico para sua sobrevivência nos aldeamentos. Com efeito, os instrumentos dialógicos utilizados para atração dos botocudos para a missão, como os rituais católicos e os demais objetos que fascinavam a curiosidade prática/sobrenatural dos indígenas, demonstra como o trânsito da magia – capaz de mobilizar grupos guerreiros de botocudos ao longo dos oitocentos – também informou o processo de mediação entre os missionários e os índios, caracterizando-se assim, como um processo de dupla mão. Os agentes inter-culturais “línguas”, ainda que fossem mestiços incorporados à teia de parentesco dos subgrupos botocudos, uma vez identificados pelos índios como lideranças, foram capazes de conduzir politicamente os equívocos e contradições das relações interétnicas, compatibilizando os mundos em convivência mestiça e misturando pensamento mágico e consciência história na prática cotidiana da conversão civilizatória.⁸³

O próprio professor mestiço do aldeamento de Itambacuri, Domingos Pacó, atentou em seus escritos para a relação entre o êxito da obra missionária e os laços de parentesco por afinidade, como foi o caso de seu pai Félix Ramos, oficialmente casado com sua mãe Umbelina Pahóc, mediador das primeiras incompatibilidades entre os frades capuchinhos e alguns grupos nativos da região.

Ana Maria da Silva Moura, em seu texto *Os Filhos do Demônio: sobre Contatos e Mestiçagens Entre Colonos e Indígenas*, nos chama a atenção para as relações entre colonos brasileiros e as populações nativas durante o Brasil colônia. Em seu texto, apresenta o contato entre civilizados e nativos como uma relação dialética possuidora de características conflitantes, ao mesmo tempo em que se encontram semelhanças e complementaridades que, na visão da autora, proporcionaram o hibridismo cultural e novas possibilidades de relações como guerras, tutelas, casamentos formais e misturas biológicas e culturais.

⁸³ MATTOS, Izabel Missagia de. *CIVILIZAÇÃO E REVOLTA: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas*. Edusc, Bauru.2004. P. 406.

O estabelecimento de alianças através de relações de parentesco, pelo cunhadismo, (considerado pelos padres como concubinação, logo ilegítimos), ou pelos casamentos formais, foram, desde o início da colonização, um tipo específico de contato, que “contudo (tal concubinação) não se tratava simplesmente da adoção de práticas nativas pelos portugueses carentes na ausência de mulheres brancas. Mais importante, a poligamia e o concubinato refletiam, às vezes, as alianças pactuadas entre portugueses e índios, conferindo aos colonos certo prestígio dentro das estruturas indígenas”.⁸⁴

Como podemos observar, as relações de parentesco foram, desde o início da colonização, tidas como um recurso de aproximação entre civilizados e nativos. Em Itambacuri, esta relação de parentesco foi utilizada estrategicamente pelos missionários capuchinhos como condição de sustentação da obra catequética desde seu início, com a conquista da confiança do temido capitão Pahóc, através de seu genro, o brasileiro Félix Ramos, facilitador do contato entre os nativos daquele grupo e os missionários.

Talvez essas relações, isoladamente, se confundam com outras situações muito parecidas, conforme observamos no comentário da autora acima. Mas o que nos chama a atenção para esses laços de parentesco desencadeados no aldeamento de Itambacuri é a abundância de repetição, comprovada por uma série de assentamentos de casamentos. Esta série de documentos atesta a diluição de quase toda a população nativa da região de Itambacuri através da mestiçagem, acompanhada de hibridismo cultural e progressiva substituição dos valores culturais do grupo nativo pelos valores do universo civilizado. No bojo destas relações, os atores nativos foram tomados como isolados na rede familiar monogâmica cristã, facilitando o cerceamento progressivo das manifestações reveladoras da identidade coletiva de seu grupo.

⁸⁴ MOURA, Ana Maria da Silva. Os filhos do demônio: Sobre contatos e mestiçagem entre colonos e indígenas. In: Desigualdades. Publicação do grupo de pesquisa LESC do Programa de Pós Graduação em História Social da USS. ISBN859026623-0. Philomena Gebran et alli (orgs). 2003. p. 251.

Outra utilidade dos parentescos estabelecidos entre atores nativos e civilizados foi levantada por MATTOS. 2004, como uma solução viável para o problema das ameaças de “traição” dos grupos nativos em relação aos civilizados. Nessa perspectiva, o estabelecimento de parentesco entre os civilizados e os grupos nativos serviu para desarticular as “alianças políticas entre os próprios índios, consideradas sempre como virtualidade no imaginário colonizador”.⁸⁵ De fato, como já discutimos acima, tais laços de parentesco isolavam os atores nativos entre os civilizados, dificultando cada vez mais sua organização coletiva.

Mais difíceis de mensurar, no aldeamento de Itambacuri, foram as relações entre civilizados e nativos, fora da instituição do matrimônio católico. Embora não se encontrem assentamos sobre o assunto especificamente, podemos depreender esta situação nos próprios registros religiosos, com mais frequência nos de batismo, onde aparecem mulheres nativas recorrendo ao sacramento para seu filho sem declarar a paternidade do mesmo. Filho natural, como era de costume o termo, foi a definição para tal situação, ilustrada neste assentamento de matrimônio entre um nativo e uma mestiça.

No dia trinta de setembro de mil oitocentos e oitenta e quatro conferiu o mesmo sac^{to}. a Bento Rodrigues Munhéc, filho de Manuel Rodrigues Munhéc e Anna de Souza, com Thereza Gomes dos Santos, filha natural de Clemência Gomes dos Santos, moradores mestiços indig^s do Itambacuy aonde habitão também as testemunhas do casamento: José Lorenço da Silva e Beatriz Cândida da Costa, e Joaq^m Esperidião da Costa.⁸⁶

⁸⁵ MATTOS, Izabel Missagia de. *CIVILIZAÇÃO E REVOLTA: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas*. Edusc, Bauru.2004.

⁸⁶ Casamento de nº 42 do ano de 1884 entre índio e mestiça em Itambacuri. Disponível para consulta no arquivo da Paróquia Nossa Senhora dos Anjos em Itambacuri.

Poderíamos voltar aqui a uma breve discussão sobre a busca de status social almejadas pelos diversos segmentos daquela sociedade ainda em fase de estruturação, tema não esgotado no capítulo II. É possível que as mulheres indígenas, longe de se sentirem usadas pelos brancos do aldeamento com quem tiveram filhos sem, contudo, estabelecer famílias, sentissem-se valorizadas, por serem capazes de atrair e seduzir atores socialmente considerados mais importantes e poderosos que os homens de seu grupo. Além disso, o filho mestiço estava em condições favoráveis de integração aos segmentos sociais desfavorecidos de Itambacuri, em comparação ao “índio puro”, isolado pela sociedade local.

Assim, podemos conceber a complexidade dos parentescos entre atores nativos e civilizados de Itambacuri, complexidade que só será percebida ao abandonarmos as teorias que vitimizaram os nativos ou fizeram dos colonizadores corajosos heróis. Mais do que isso, esses laços de parentescos significaram trocas de valores simbólicos para afirmação social, tanto para os nativos quanto para os brasileiros recém-instalados no aldeamento. Como é da natureza das trocas, havia perdas e ganhos de fatores culturais ou essenciais na manutenção da existência de um ou outro grupo dentro do povoado de Itambacuri.

Supressão cultural nativa: Mitos e Esquecimentos na estruturação de uma cidade civilizada.

Quem passar pelo centro da pequena cidade de Itambacuri nos dias atuais, poderá ter sua curiosidade aguçada pelos monumentos e homenagens que ali se

encontram. Todo itambacuriense, se indagado, prestará informações entusiásticas sobre aqueles dois senhores de pedra que guardam zelosamente o desenvolvimento e o progresso da pequena cidade.

Localizada no nordeste mineiro, trinta quilômetros ao sul de Teófilo Otoni, Itambacuri conta com aproximadamente quinze mil habitantes, com suas cachoeiras e terras férteis lendárias para seu povo.

Os Senhores de pedra, colocados na praça central da pequena cidade, representam, sob a matéria sólida, a memória que se quer guardar desde os tempos de sua fundação até o desenvolvimento de Itambacuri. Estão representados no monumento frei Seraphim de Gorizia e frei Ângelo de Sassoferrato, referência da memória coletiva dos itambacurienses, que ouvem as histórias da fundação da cidade pelos frades capuchinhos desde muito cedo, estando seus principais elementos ilustrados na praça central da cidade.

Jacques Lê Goff, em sua obra, História e Memória, apresenta vários conceitos para memória, desde os aspectos biológicos e psicológicos até os sociológicos. A memória humana é capaz de apreender tanto os fatos ocorridos, quanto a narrativa destes; nesse caso, entra o papel da linguagem e da oralidade, que permite a transição dos fatos ao longo do tempo. A História também exerce um papel importante na construção da memória, na medida em que seleciona o que acredita ser importante e deixa esquecidos no passado muitos outros fatos.

Fotografia 2



Frei Serafim de Gorisia e Frei Ângelo de Sassoferrato⁸⁷

Lê Goff afirma ainda que há por parte da história uma manipulação da memória coletiva. A conservação da memória está ligada a questões sociais, sendo transmitida de forma oral ou escrita, não significando que uma forma seja superior a outra, mesmo porque, nas sociedades que não dominavam a escrita, podemos encontrar uma forte presença da memória, expressa através dos mitos, na maioria das vezes ligados às origens. Além dos mitos, destacou a importância da transmissão oral dos segredos de profissão que permitiram o aperfeiçoamento de técnicas.

A passagem da oralidade para a tradição escrita ocorre, primeiramente, através da construção de monumentos para “lembrar” os feitos históricos importantes. Dentre essas construções, destacam-se as estelas, presentes na realidade da Antiguidade.

A palavra latina monumentum remete para a raiz indo-européia men, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (memini). O verbo monere significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O monumentum é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filosóficas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. Quando Cícero fala dos monumenta huius ordinis [Philippicae, XIV, 41], designa os atos comemorativos, que quer dizer, os decretos do senado. Mas desde a Antiguidade romana o monumentum tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte.⁸⁸

⁸⁷ Monumento em homenagem aos fundadores do aldeamento de Itambacuri edificado na praça central de Itambacuri. Fotografia de 18 de Agosto de 2006.

⁸⁸ LE GOFF, Jacques. História e Memória. Documento/Monumento. 5 ed. Unicamp: Campinas, 2003. P. 535

Em Itambacuri, o monumento aos capuchinhos parece cumprir com eficácia sua característica voluntária de ligar-se ao poder de perpetuação das lembranças que se quer guardar. Reafirma a história da fundação do aldeamento de índios pelos padres capuchinhos e ilustra o que se ouviu e aprendeu desde a infância. Aquelas estátuas de pedra na praça central indicam, de forma já selecionada, a parte da história da cidade que se quer evidenciar para os moradores e para os que estão de passagem ou visitantes.

A cidade surgiu com o aldeamento dos grupos nativos que se encontravam na região pelos dois padres, tendo como diretor Frei Seraphim e vice-diretor Frei Ângelo. O primeiro, um grande intelectual de família nobre italiana, teria deixado tudo pelo ideal missionário da evangelização, o segundo, sem os mesmos dotes intelectuais, tornou-se companheiro inseparável de frei Seraphim ao longo dos quarenta e cinco anos em que trabalharam juntos no aldeamento.

Dialogando com diversos grupos de idades variadas no município de Itambacuri, observamos, em suas memórias sobre a origem da cidade, a preponderância da participação dos dois missionários capuchinhos em detrimento de outros grupos ou outros atores que compartilharam daquele momento.

Alguns itambacurienses narram a história de sua cidade emocionados, atribuindo valores épicos aos feitos dos dois capuchinhos, como é o caso do escritor e produtor rural, senhor Serafim Ângelo da Silva Pereira que, aos 87 anos, conta de forma apaixonada a memória histórica que viveu ao longo de sua vida. Chegou a conhecer o missionário, Ângelo de Sassoferrato, que faleceu quando ele tinha apenas sete anos de idade.

A força, o prestígio e o carisma dos missionários ficaram para os itambacurienses evidentes em suas relações com os nativos, nas negociações

políticas com o Império, ou mesmo com a República e na admiração que adquiriram no aldeamento. Essas virtudes podem ser observadas em diversos documentos e na narrativa do senhor Serafim Ângelo que, orgulhosamente, tem no nome uma homenagem feita por seus pais aos dois padres capuchinhos fundadores de Itambacuri. Eis um pouco da interpretação histórica de Serafim Ângelo em consonância com o pensamento local:

A história de Itambacuri é pobre, embora tenha sido fundada por dois intelectuais da subordem franciscana. Vieram para servir de pacificadores dos índios que andavam em constantes atritos uns com os outros...Tomaram o navio no porto de Gênova na Itália, um navio de bandeira francesa de nome Poitou, chegaram no Rio de Janeiro e vieram pro campo do apostalado passando por Juiz de Fora, Ouro Preto, Santa Maria do Suaçuí, Capelinha e Filadélfia (Teófilo Otoni) e de lá seguindo as instruções do brigadeiro Luis Antônio de Magalhães Musqueira, no sentido de procurar um lugar longe da civilização para fazer um aldeamento de índios. O Itambacuri foi escolhido por estar longe de Filadélfia, por ser um belo horizonte com boas aguagens e belas cachoeiras, terras férteis e clima agradável. No dia 19 de fevereiro de 1873, trazidos pelos índios potons que sabiam do local, os campos do Tambacuri, eles avistaram o baixadão e o barulho da cachoeira, Frei Serafim então vendo aquele local, levantando o braço direito disse: daqui não sairei mais, e no dia 13 de abril de 1873 frei Serafim e frei Ângelo com uma missa solene oficializaram a criação do aldeamento de índios Nossa Senhora dos Anjos do Itambacuri...Os índios potons, que trouxeram os missionários, viviam às margens do rio Poton, afluente da margem direita do rio Todos os Santos, que já eram civilizados pelos moradores de Teófilo Otoni... Nessa região havia várias tribos nômades, tanto que não deixaram coisa nenhuma para a história, não deixaram nenhuma construção, eles viviam em casinhas feitas de madeiras cobertas de folhas, ficavam na região enquanto tinham caça, pesca, raízes... tinha aproximadamente oito ou nove tribos na redondeza do Itambacuri: Xamineque, Noreth, Pontarth, Quitc ... Não se perdeu o interesse pela língua do índio nos vinte primeiros anos da presença de frei Serafim. Aos vinte anos houve uma revolta dos índios no dia 24/05/1893, eles emboscaram e flecharam os dois padres, aí então é que houve maior aversão pelo estudo da língua indígena; alguém que queria estudar era desencorajado (estudar língua de bicho, de bugre, de capeta?) ... Os motivos da revolta é uma incógnita até hoje, ninguém sabe, eles eram amigos dos padres e de repente revoltaram, depois voltaram a ser amigos dos padres e nunca mais houve desentendimento desse tipo, os padres os perdoaram e continuaram amigos. Frei Serafim morreu dia 03 de dezembro de 1918 aos 90 anos de idade após 45 anos de apostolado. O Ângelo morreu aos 80 anos de idade em junho de 1926, me lembro dele; depois que seu companheiro morreu ele deixou o convento e foi morar numa pequena casa ao lado do colégio Santa Clara do qual era capelão...

89

⁸⁹ Depoimento gravado em entrevista com o senhor Serafim Ângelo Pereira da Silva reconhecido pela população local como o mais sábio conhecedor da história de Itambacuri.

O depoimento do senhor Serafim Ângelo, juntamente com o que se ouve da população em Itambacuri nos dias atuais, compõe o conhecimento popular acerca da criação do aldeamento e conseqüente formação dessa cidade. Serafim Ângelo traduziu em suas obras “Itambacuri e Sua História” volumes I, II e III, as histórias que se ouvem na cidade, carregadas de admiração e gratidão aos dois capuchinhos, símbolos da benevolência divina para com aquele local desprovido de “civilização”.

Para grande parte dos itambacurienses, como para o escritor Serafim Ângelo, os dois missionários foram predestinados por Deus às mais santas e duradouras incumbências de evangelizar os pagãos, trazendo-os à luz do conhecimento ocidental.

Além do monumento, das homenagens e das lendárias histórias que são contadas no município sobre a organização e zelo digno de europeus, na formação da cidade, a historiografia local também dá sua contribuição para a memorável saga franciscana, como podemos ver a seguir:

... barrando-lhe todos os esforços e principalmente, dos que lhes sucederam, surgiu logo de início, o fantasma dos silvícolas. O choque de interesses entre esses e os recém-chegados e por ser destituídos de quaisquer princípios de respeito aos direitos humanos, insolentes e falsos (...) salteavam as fazendas, matavam pelos motivos mais fúteis...⁹⁰

Na medida em que a historiografia local segue oficializando alguns elementos como o exemplar acima, as múltiplas memórias do itambacuriense vão se perdendo.

⁹⁰ Retirado de “Itambacuri e Sua História” volume I, obra de Serafim Ângelo Pereira da Silva

Podemos verificar a priorização e seleção dos aspectos mais convenientes com os interesses de quem constrói a história, ocultando, nesse caso, a presença dos nativos e dos mestiços que foram, sem dúvida, pedra fundamental na composição da sociedade itambacuriense e que ficaram marginalizados da memória coletiva em benefício de interesses políticos, etnocêntricos e religiosos.

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos, que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.⁹¹

Se o que remete o cidadão a uma reflexão sobre suas origens são coisas materiais, em Itambacuri isso se encontra em abundância, nos contos, monumentos, declaração de descendência doada pelos padres, os próprios capuchinhos, ali ainda hoje, conduzindo a espiritualidade da maioria da população. Todos esses elementos concretos fazem aguçar a memória no que tange à história do município, em relação estreita com os missionários fundadores do aldeamento.

Ao escrever sobre o entrave que se tornou o nativo para o desenvolvimento da colonização, o admirável itambacuriense senhor Serafim Ângelo da Silva Pereira constrói uma história local e, ao mesmo tempo, dispersa a memória coletiva de outros segmentos. Os escritos locais, os monumentos, não remetem a outro tipo de reflexão que não seja a exaltação aos dois homens de pedra da praça central de Itambacuri, na catequização do nativo. Acerca dos grupos nativos, restou uma sabedoria generalizante que os rotulou como selvagens incultos, necessitados da

⁹¹ LE GOFF, Jacques. História e Memória. Documento/Monumento. 5 ed. Unicamp: Campinas, 2003.

misericórdia cristã e dos benefícios do desenvolvimento luso-brasileiro. Pouco se alterou a perspectiva do itambacuriense acerca dos atores indígenas da região; entretanto, ao trabalharmos com os assentamentos de batismos e matrimônios em Itambacuri, entendemos que estes grupos, embora seus nomes não tenham se tornado ilustres na história e historiografia local, foram atores ativos do processo de construção daquela cidade.

O registro paroquial, em que são assimilados, por paróquia, os nascimentos, os matrimônios e as mortes, marca a entrada na história das “massas dormentes” e inaugura era da documentação de massa.⁹²

Há de fato uma centralização tendenciosa na história local, que reforça a aura mítica dos capuchinhos pioneiros, frei Seraphim de Gorizia e frei Ângelo de Sassoferato, em detrimento da participação dos agentes nativos e mestiços. Entende-se aqui que não há nenhum demérito à obra dos missionários, mesmo porque são inegáveis todos os seus esforços, fidelidade à fé que professavam, mas também suas mazelas. O que se propõe é um esforço em compreender a forma como a população nativa, com suas peculiaridades e riquezas, foi sendo apagada da memória coletiva itambacuriense, ficando relegada à condição de meros aldeados, “domesticados” e paulatinamente esquecidos, anulados plenamente em suas características étnicas e culturais.

Na observação de conversas informais pelas ruas da cidade ou em depoimentos, mesmo de pessoas de nível cultural acadêmico mais elevado, quando se levanta a questão da origem do município, a memória dos entrevistados está

⁹² LE GOFF, Jacques. História e Memória. Documento/Monumento. 5 ed. Unicamp: Campinas, 2003.

sempre fixada nos dois diretores do aldeamento. Resta pouquíssimo conhecimento acerca de outros atores. Situações, vontades, feitos, heranças e marcas envolvem sempre os dois senhores de pedra da praça como protagonistas. Se em Itambacuri, uma cidade fundada através do trabalho do povo nativo e seu agrupamento e “evangelização”, não há alimento para a permanência da memória coletiva desse povo, nas cidades brasileiras originárias a partir de seu afugentamento ou extermínio, dificilmente será encontrado um de seus traços culturais.

É curiosa a forma como o processo de transculturação e construção historiográfica matou a memória do povo nativo em Itambacuri, cidade onde é possível comprovar documentalmente que grande parte da população originou-se de casamentos entre nativos e brancos. Casamentos que foram estimulados pelos próprios “protagonistas” da história do município, como forma de facilitar o controle sobre o “selvagem”, garantindo seu enquadramento nos padrões comportamentais do branco civilizado. Entretanto, mesmo sendo de conhecimento da população, a participação dos nativos na estruturação da sociedade de Itambacuri, não se ouvem lendas, causos, dialetos ou contos destes primeiros povoadores que, pelo processo da miscigenação, se fazem presente em muitos itambacurienses até os dias atuais.

Não há ali nada de concreto que possa acessar, aguçar ou alimentar a memória do cidadão aos elementos e características dos nativos dos tempos do início do aldeamento. Mesmo aquelas figuras que se destacaram por estar atuando diretamente ao lado dos aldeadores, ou em extrema oposição a eles, são geralmente esquecidos do conhecimento popular local, fato perceptível em conversas no município e historiografia local.

Até mesmo os nomes de nativos e mestiços que se fizeram grandes no aldeamento, como Domingos Pacó, que foi nomeado professor do povoado aos 14

anos de idade, não aparecem entre os depoimentos ou escritos sobre a história local. Pacó, professor bilíngüe, se reconhecia como nativo e após 18 anos no exercício da função de professor, foi substituído e retornou para a vida nas matas. O professor foi identificado com os “graves defeitos” dos nativos que, na visão dos aldeadores, educava os mesmos junto aos maus costumes e bebedeiras.

É compreensível a demissão do professor mestiço, sendo este cada vez mais identificado com os interesses do povo nativo. Por outro lado, é preciso entender os motivos que levaram Domingos Pacó, assim como tantos outros atores nativos, a ficarem perdidos na história popular itambacuriense.

De fato, os nativos se fizeram presentes na história da formação da cidade como elementos fundamentais, o que comprova que os elementos do passado não se perpetuam involuntariamente em totalidade na história, mas que sua condição de sobrevivência na memória coletiva de um determinado povo está atrelada a uma seleção desses elementos, atores e acontecimentos, por agentes que se dedicam ao estudo do passado com as relações atuais, os historiadores.

Há em Itambacuri poucas famílias que se reconhecem como descendentes dos nativos aldeados no século XIX. Em raros casos encontramos alguns que se reconhecem e se orgulham de sua descendência, inclusive alguns possuem declarações doadas pelos padres capuchinhos que atestam esta descendência; mas, mesmo para estes, a memória da fundação e o desenvolvimento do município estão atrelados ao trabalho missionário de frei Serafim e frei Ângelo, que é reportado por eles em detalhes, enquanto as histórias ligadas aos trabalhadores nativos e mestiços do aldeamento, ascendentes familiares de quem se orgulham, são sempre contadas de forma genérica e muito pobre em detalhes.

Não há dúvida, nesse caso, de que não contam detalhes porque não têm conhecimento. Desde os tempos de escola, vive-se a história de sua cidade a partir do engrandecimento dos homens de pedra representados no monumento da praça. Não possuem fontes ou artifícios que os levem a interessar-se pela participação dos nativos, com os detalhes de quem se entusiasma por conhecer e valorizar a construção da história de seu povo. Assim, passados mais de doze décadas do início do aldeamento, observa-se que os valores, crenças e costumes dos nativos, foram dizimados e suas memórias apagadas na construção da história de Itambacuri.

CONCLUSÃO

Ao trabalharmos com os assentamentos de batismos e casamentos da Paróquia Nossa Senhora dos Anjos, nos propusemos analisar a organização social

desenvolvida nas proximidades da cidade de Teófilo Otoni. Para isso, partimos da criação do aldeamento Nossa Senhora dos Anjos de Itambacuri, fundado pela ordem dos Frades Capuchinhos vindos da Itália para catequizar e civilizar os “bravos índios” botocudos que habitavam a região do Vale do Mucuri, e, a partir disso, sondar as relações que se firmaram entre Estado e Igreja. Nesse sentido, recorreremos ao papel desempenhado pelos sacramentos para o sucesso do aldeamento e do “progresso” que chegava ao Vale do Mucuri.

A necessidade de inserir o botocudo na vida civilizada surge a partir da criação da Companhia de Comércio e Navegação do Vale do Mucuri, iniciativa do político liberal mineiro Teófilo Benedito Otoni, como medida necessária para o desenvolvimento da região, uma vez que os constantes choques envolvendo os fazendeiros e os nativos acabavam por atrasar o processo de desenvolvimento proposto pela Companhia e desejado pelos civilizados que à região chegavam.

A criação do aldeamento contou com a colaboração do Estado brasileiro, interessado na consolidação de uma identidade nacional e de uma maior integração territorial. Até meados do século XIX, ainda havia regiões desconhecidas pelo governo, entre elas o Vale do Mucuri, visitado por algumas poucas expedições de reconhecimento.

Na busca da integração do Vale do Mucuri ao território brasileiro e da inserção de sua população no espírito de nacionalidade almejado, o Estado imperial encontra, como principal obstáculo, as populações originárias. Para superar esse obstáculo, o Estado se propôs a uma divisão de responsabilidade com a Igreja, fato evidenciado no decreto conhecido como *Regulamento das Missões*, onde o contato e os ensinamentos dos costumes civilizados ficaram sob incumbência das ordens religiosas, destacadamente a Ordem Menor dos Frades Capuchinhos.

A partir da criação do aldeamento, pudemos constatar a necessidade de se criarem mecanismos que atraíssem os nativos ao povoado. Isso foi feito através da simbologia católica, levada amplamente pelos capuchinhos aos nativos de aldeamento.

Ao estudarmos as relações sociais em Itambacuri, entendemos que não houve simplesmente uma assimilação da cultura do grupo civilizado pelas tribos nativas da região. Ao contrário do que encontramos em muitos relatos, não existiu uma relação de mão única, da qual os brancos saíssem totalmente favorecidos e os índios tivessem apenas perdas. Entendemos esse contato como uma relação de mão dupla, onde não percebemos o nativo como vítima da maldade do homem civilizado. Ao contrário, entendemo-lo como um ser que soube assimilar a cultura cristã, incorporando-a a sua e utilizando-a como meio de sobrevivência.

Nesse estudo das relações de sociabilidade desenvolvida em Itambacuri, destacamos batizados e casamentos, formalizando a ascendência cultural do homem branco sobre a cultura indígena. Constatamos que, desde os primeiros anos da fundação do aldeamento, foram realizados sacramentos pelos frades capuchinhos, aproximando o nativo cada vez mais da cultura do branco civilizado. O sacramento atraía a atenção destes grupos nativos que desconheciam o ritual, possibilitando-lhes uma inserção, ainda que sob muitas condições, à cultura civilizada.

Através dos batizados, os nativos se tornavam “filhos de Deus”, passando a pertencer à comunidade cristã e também à comunidade itambacuriense. Por meio dos casamentos, em sua maioria entre mestiços, os capuchinhos conseguiram atingir dois objetivos: a inserção dos valores cristãos no cotidiano dos nativos e o modelo de família monogâmica cristã.

Observamos, ainda, que os sacramentos inter-étnicos em Itambacuri podem ser vistos como um elevador social, no momento em que os indígenas passaram a contrair matrimônio com brancos, a fim de se integrarem ao mundo civilizado, adquirindo status entre seu grupo e maior visibilidade frente aos civilizados do aldeamento. Esses casamentos, no entanto, podem ser entendidos como uma relação de interesses mútuos, uma vez que os brancos também saíam favorecidos desta relação por meio da distribuição de lotes de terras aos novos casais mestiços, como é possível observar através do livro de recenseamento do ano de 1912.

Portanto, tanto brancos como nativos se favoreceram através da consolidação do enlace matrimonial. Igualmente favorecidos foram os ideais pretendidos pela Igreja e Estado. A primeira, por ter consolidado a fé cristã no povoado e regiões adjacentes, como se pode observar nos dias de hoje. Quanto ao Estado, foi possível liberar as terras até então ocupadas pelas correrias dos grupos nativos para sua utilização, no projeto de produção capitalista incipiente na região.

Um dos enfoques desse estudo está na identificação dos sacramentos católicos como uma forma de subordinação da cultura nativa ao universo civilizado. Essa afirmativa só pode ser considerada após relativizarmos os interesses e os ganhos dos grupos nativos, ao se prestarem aos rituais do catolicismo. Ao admitirmos uma “abertura para o outro”, sugerida por MATTOS (2004), nos grupos nativos, entendemos o interesse manifestado por estes em conhecer a simbologia da religião cristã.

Nove anos após a fundação do aldeamento, podemos notar um grande crescimento demográfico em Itambacuri, com a chegada de muitos civilizados à região. Esse dado pode ser constatado a partir da análise dos assentamentos de batismos e casamentos, assim como no livro de recenseamento de 1912. Neste,

juntamente com os dados contidos nos livros de casamentos, foi possível observar que esses migrantes nacionais dirigiam-se à região de Itambacuri atraídos pela possibilidade de adquirir lotes de terras, distribuídos pelos capuchinhos.

A distribuição desses lotes revelou-se claramente como uma iniciativa para que muitos pobres brasileiros pudessem se fixar na região, favorecendo o processo de civilização, como também um meio de promover, a partir da doação destes lotes de terra, a sedentarização do nativo.

Desse modo, os enlaces matrimoniais contraídos entre nativos e nacionais pobres se explicam através de relações de interesses de ambas as partes, onde os primeiros desejavam ser inseridos no mundo civilizado, usando para isso o casamento com os nacionais, enquanto estes manifestavam interesse em possuir terras e se firmar dentro da política civilizadora promovida pela missão capuchinha.

Os mestiços, frutos desses casamentos inter-étnicos, passam a fazer parte da composição étnica de Itambacuri e vão sendo cada vez mais incorporados ao mundo civilizado a partir da assimilação da cultura imposta pela missão. Essa mestiçagem se configurou no sucesso da empresa missionária civilizadora, pois, através de sua prática, foi possível suplantam a cultura nativa ao longo dos anos e apresentar resultados considerados favoráveis ao governo brasileiro, onde os traços e costumes nativos diminuía na mesma proporção em que os ares de crescimento urbano, na época, identificados como progresso, chegavam à região.

Em outra abordagem, analisamos os batizados e os casamentos como celebrações sem legitimidade religiosa, voltadas especificamente para os objetivos da civilização. Assim, buscamos compreender as relações estabelecidas em torno dos laços de compadrio evidenciadas no aldeamento, bem como entender o

processo de perda da memória das origens nativas e a oficialização de uma memória que coloca no centro das atenções os símbolos da cultura civilizada.

A legitimidade dos laços de compadrios, contraídos em Itambacuri através dos sacramentos de batismos distribuídos pelos frades capuchinhos aos indígenas da região é algo sujeito a questionamento. Isso porque não percebemos nos padrinhos inscritos nos assentamentos qualquer possibilidade de proximidade com os batizados; pareceu-nos serem eles apenas indivíduos que auxiliavam os missionários na realização de um ato formal. Nesse caso, não nos chamou a atenção o fato de se realizarem rituais coletivos, mas a questão de um mesmo padrinho batizar até dezoito crianças nativas de diferentes regiões. Reafirmamos esta hipótese quando observamos que, na maioria dos registros, os padrinhos eram civilizados. Esses padrinhos, muito provavelmente, não participavam ativamente da educação religiosa de seus afilhados.

Discutimos ainda a questão da simbologia católica atuando no imaginário das populações nativas, que vai ao longo do tempo assimilando a cultura cristã imposta pelos frades, respaldada pela elite de fazendeiros e comerciantes de Teófilo Otoni e, principalmente, por parte dos próprios habitantes civilizados do aldeamento, atraídos pelas vantagens de aquisição de terra na região.

Em torno dos laços de compadrio, podemos entender as formas simbólicas da religião que permitiram a inserção do nativo à cultura cristã; isso porque a aquisição dos sacramentos representava um passaporte para sua entrada no mundo civilizado.

Colaborou para a difusão dos valores cristãos e da cultura civilizada a presença dos chamados línguas, que eram os intérpretes que mediavam as conversações entre os nativos e os civilizados, destacando-se, neste caso, Félix

Ramos. Ao tornar-se genro do temível capitão Pahóc, esse realizou as atividades que permitiram os primeiros contatos entre as duas culturas, favorecendo a abertura do grupo nativo ao universo civilizado.

Os trabalhos de catequese se iniciaram bem cedo e as crianças eram o alvo preferencial dessa política catequizadora, respaldada e apoiada pelo governo brasileiro. As novas idéias e os novos comportamentos foram sendo assimilados pelos nativos que acabaram, ao longo da sua história, perdendo elementos que identificavam suas origens, ou omitindo-os.

Isso pode ser percebido claramente nos dias de hoje na pequena cidade de Itambacuri, onde praticamente não se ouve falar de cultura indígena. Em contrapartida, foi erguido um monumento em praça pública para imortalizar a memória popular quanto à participação dos dois fundadores capuchinhos, vistos como representantes dos bons costumes e exemplo a ser seguido por toda população.

A construção deste monumento em homenagem aos capuchinhos é algo comparável a costumes arraigados desde a Antigüidade, quando se erguiam estelas em honra aos benfeitores. Entretanto, o que chama a atenção em nossos estudos é o fato de que não há em Itambacuri, elementos materiais que propiciem algum tipo de recordação dos habitantes nativos que ali viviam antes da chegada dos aldeadores e que, com eles, construíram a história da pequena cidade. A preservação da memória capuchinha através da construção de monumentos se opõe ao esquecimento da cultura indígena.

Os batizados, os casamentos mestiços e os forjados laços de comradrios apagaram as lembranças do passado das populações originárias da região de

Itambacuri. Hoje, apenas encontramos feições de mestiçagem produzidas pelos matrimônios igualmente mestiços.

FONTES:

Livros de Batizados do Arquivo da Paróquia Nossa Senhora dos Anjos em Itambacuri.

Livros de Casamentos do Arquivo da Paróquia Nossa Senhora dos Anjos em Itambacuri.

Livro de Recenseamento das famílias Pojichás do ano de 1912 do Arquivo da Paróquia Nossa Senhora dos Anjos em Itambacuri.

PEREIRA, Serafim Ângelo. Entrevista concedida a Teófilo Carlos de Oliveira. Itambacuri, 18 de Agosto de 2006.

Entrevistas aleatórias com pessoas de Itambacuri.

BIBLIOGRAFIA:

AMOROSO, Marta Rosa. Mudança de Hábito: *Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos*. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1998.

AZEVEDO, Célia Marinho de. Onda Negra Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites Século XIX. São Paulo: Paz e Terra, 1987. P. 71 – 72.

AZZI, Riolando, *A Cristandade Colonial: Mito e Ideologia*. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. *A Cristandade Colonial: Um projeto Autoritário*. In *Historia do Pensamento Colonial no Brasil*. Rio de Janeiro: Paulinas, 1987.

BAETA NEVES, Luís Felipe. *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: Colonialismo e repressão cultura*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

BARROS, José D' Assunção. *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004. 222 p.

BARROS, José D' Assunção. *O Projeto de Pesquisa Em História. Primeiro Volume: Da Escolha do Tema ao Quadro Teórico*. Rio de Janeiro: 2002. 308 p.

BARROS, José D' Assunção. *O Projeto de Pesquisa Em História. Primeiro Volume: Quadro Teórico e Formulação de Hipóteses*. Rio de Janeiro: 2001.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 4 ed. Companhia das Letras. São Paulo, 1992.

_____. *Cultura como tradição*. in *Tradição Contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

BOURDIEU, PIERRE. A Economia das Trocas Simbólicas. 6 ed. Trad: Sérgio Miceli. Perspectiva: São Paulo, 2005. (Coleção estudos)

CULTRERA, Samuel. *Entre os Selvagens*. Trad: Teodolindo A. da Silva Pereira. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Legislação Indigenista no Século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992. 360 p.

DUARTE, Regina Horta. *Notícia sobre os Selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 184 p.

GRUZINSKI, 2001, p. 223. apud. Lua Nova: Revista de Cultura e Política Print ISSN 0102-6445. Tranculturação e novas utopias.

HÖFFNER, Joseph. *Colonialismo e Evangelho: Ética do Colonialismo Espanhol no Século de Ouro*. Trad Port. São Paulo: Presença\Edusp, 1973.

HOORNAERT, Eduardo e AZZI, Riolando. *Historia da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1991. Volume II.1.

JOSÉ, Oilian. *Os indígenas de Minas Gerais: Aspectos sociais, políticos e etnológicos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965. 217p.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um Conceito Antropológico*. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 117 p.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória. Documento/Monumento*. 5 ed. Unicamp: Campinas, 2003. P. 535

MARCATO, Sônia de Almeida. *A Repressão contra os Botocudos em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Boletim do Museu do Índio: Etno-História. 1979. 57p.

MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e Revolta: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas*. Bauru: Edusc, 2003. 492p.

MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e Indigenismo*. Campinas: Tese apresentada para o Concurso de Livre Docência – Unicamp. 2001.

_____. *Negros da Terra*. São Paulo : Cia das Letras, 1994.

MOURA, Ana Maria da Silva; LIMA, Carlos, A.M. *Devoção e Incorporação: Igreja, Escravos e Índios na América Portuguesa*. Rio de Janeiro: 2002.

PALAZZOLO, Frei Jacinto de. *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973. 344p.

PEREIRA, Serafim Ângelo da Silva. *Itambacuri e Sua História. Volume I*. Belo Horizonte: 1989. 118 p.

_____. *Volume II*. 1991. 233 p.

_____. *Volume III*. 1999. 334 p.

SANTOS, Márcio Achtchin. *Sociabilidades e Cotidiano Escravo no Século XIX*. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Severino Sombra, Vassouras.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. Org: Mirian Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 212 p. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

SUESS, Paulo (org). *Cultura e Evangelização*. São Paulo: Loyola, 1994.

_____. *A Multiplicidade das Vozes na Conquista Espiritual da America : Lógica e Testemunhos da Cristandade Colonial*. in *Cultura e Colonização*. São Paulo : Loyola, 1991.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: A Questão do Outro*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 246

_____.As Estruturas Narrativas. 2ª Ed. Trad. Port. São Paulo :
Perspectiva, 1970.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*.
São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____.Tropicicos do Pecado. Rio de Janeiro : Campus, 1989.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)